

**“OS MOVIMENTOS CÍVICOS URBANOS DE ORIGEM UNIVERSITÁRIA.  
CONHECIMENTO E INTERVENÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES  
URBANO-SOCIAIS.  
DOIS ESTUDOS DE CASO NAS CIDADES DE SALVADOR E DE LISBOA”**

**Laís da Silva Cerqueira**

**Dissertação de Mestrado em Urbanismo Sustentável e  
Ordenamento do Território**

**Setembro, 2018**

**“OS MOVIMENTOS CÍVICOS URBANOS DE ORIGEM UNIVERSITÁRIA.  
CONHECIMENTO E INTERVENÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES  
URBANO-SOCIAIS.  
DOIS ESTUDOS DE CASO NAS CIDADES DE SALVADOR E DE LISBOA”**

**Laís da Silva Cerqueira**

**Dissertação de Mestrado em Urbanismo Sustentável e  
Ordenamento do Território**

**Setembro, 2018**

**“OS MOVIMENTOS CÍVICOS URBANOS DE ORIGEM UNIVERSITÁRIA.  
CONHECIMENTO E INTERVENÇÃO NAS TRANSFORMAÇÕES URBANO-SOCIAIS.  
DOIS ESTUDOS DE CASO NAS CIDADES DE SALVADOR E DE LISBOA”**

LAÍS DA SILVA CERQUEIRA

Dissertação apresentada ao Mestrado em da Universidade Nova de Lisboa, como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Seixas

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Leandro Pereira

LISBOA

2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território, sob a orientação científica do Professor Doutor João Seixas.

Esta tese foi escrita em Português do Brasil por opção da autora.

Dedico este trabalho aos meus pais, que me ensinam todo dia o que é o amor.

Dedico também, a todas as pessoas que acreditam em cidades mais justas.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer sempre, por tudo, mas nesse trabalho os agradecimentos são especiais. Primeiramente aos meus pais, Ana e João. Sem eles, nada disso seria possível e dedico tudo que é possível na minha vida ao amor deles. Me ensinaram muito mais que responsabilidades, mas o quão grandioso é possível um amor ser. Todas as minhas alegrias e conquistas serão eternamente dedicadas a eles. À minha irmã, Lorena, e a minha vó Valdir Maria pelo cuidado de sempre e pelo amor incondicional. Ao Ricardo Duarte, pela compreensão, companheirismo, amor e carinhos diários. Aos meus amigos, a todos eles que estão sempre ao meu lado, nos momentos bons e ruins, mas especialmente a Lari e Bruninha, que me deram força, me ouviram, discutiram comigo e me ajudaram a entender muito sobre o trabalho e sobre as cidades. Também a Sonhusca, Dilton, Eva, Tana, Clara, Camilinha, Amandinha e Polly, que estiveram presente em tantos momentos e que me deram muita garra, me ouviram e estiveram ali, disponíveis, só isso já é muito! Muito obrigada! Vocês foram essenciais. Aos meus orientadores João Seixas e Gabriela Gaia, pela paciência e pelos aprendizados constantes. Aos meus entrevistados, pela disponibilidade e pela ajuda. Um muito obrigado, às vezes é pouco, mas a minha certeza é de que sem essas atitudes o mundo seria um nada, e que minha gratidão será eterna.

## RESUMO

O presente trabalho se propõe analisar de que forma os movimentos cívicos urbanos, que surgem da lógica das vivências universitárias, colaboram para as transformações urbanas e sociais. Para compreender esta questão, o trabalho incidirá sobre dois movimentos cívicos urbanos que surgiram de experiências universitárias em duas cidades distintas, com o intuito de verificar de que forma a ação destes movimentos cívicos urbanos colaboram para a gestão política dos territórios e apropriação das pessoas no espaço público, desenvolvendo dinâmicas que geram diversidade, vitalidade, e qualidade de vida urbana. Desta forma, o trabalho se propõe a estudar um movimento cívico urbano em Portugal, a Associação Locals Approach (que nasceu na Faculdade de Arquitetura de Lisboa) e outro no Brasil, o Curiar (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU - da Faculdade de Arquitetura da UFBA). Neste âmbito, trabalhará o conceito de urbanidade, como consequência das relações entre o social e o espacial (NETTO 2012) a partir da vivência das pessoas no espaço público (gerando qualidade de vida), de transformação urbana, de intervenções colaborativas e de movimento cívico urbano, entendido através do olhar de Oriol Nel-lo (2015), quando esclarece que estes são movimentos que tem como objetivo principal a transformação da cidade em benefício de grupos sociais desfavorecidos. Por sua vez, analisará os contextos sociais, econômicos e políticos de cada movimento urbano escolhido, trazendo questionamentos relativos à produção de conhecimento científico e técnico que a universidade fomenta, e de que forma essa produção de conhecimento é refletida na política urbana e na sociedade.

## ABSTRACT

The present work intends to analyze how the urban civic movements, that arise from the logic of the university experiences, collaborate for the urban and social transformations. To understand this question, the work will focus on two urban civic movements that emerged from university experiences in two different cities, in order to verify how the action of these urban civic movements collaborate for the political management of territories and appropriation of people in space developing dynamics that generate diversity, vitality, and quality of urban life. The work proposes to study an urban civic movement in Portugal, the Association Locals Approach (which was born in the Faculty of Architecture of Lisbon) and another in Brazil, Curiar (Model Office of Architecture and Urbanism - EMAU - Faculty of Architecture of UFBA). In this context, the concept of urbanity will be worked out as a consequence of the relationships between social and spatial (NETTO 2012) based on people's experience in the public space (generating quality of life), urban transformation, collaborative interventions and civic movement urban, understood through the eyes of Oriol Nel-lo (2015), when it clarifies that these are movements that have as main objective the transformation of the city to the benefit of disadvantaged social groups. In turn, it will analyze the social, economic and political contexts of each chosen urban movement, raising questions about the production of scientific and technical knowledge that the university fosters, and how this production of knowledge is reflected in urban politics and society.

## RESUMEN

El presente trabajo se propone analizar de qué forma los movimientos cívicos urbanos, que surgen de la lógica de las vivencias universitarias, colaboran para las transformaciones urbanas y sociales. Para comprender esta cuestión, el trabajo se centrará en dos movimientos cívicos urbanos que surgieron de experiencias universitarias en dos ciudades distintas, con el fin de verificar de qué forma la acción de estos movimientos cívicos urbanos colaboran para la gestión política de los territorios y la apropiación de las personas en el espacio público, desarrollando dinámicas que generan diversidad, vitalidad, y calidad de vida urbana. Por lo tanto, el estudio tiene como objetivo estudiar el movimiento cívico urbano en Portugal, los Locals Approach Asociación (que nació en Lisboa Facultad de Arquitectura) y otro en Brasil, Curiar (Oficina de arquitectura y urbanismo - Emau - la Facultad de Arquitectura de la UFBA). En este ámbito, trabajará el concepto de *urbanidad*, como consecuencia de las relaciones entre lo social y lo espacial (NETTO 2012) a partir de la vivencia de las personas en el espacio público (generando calidad de vida), de transformación urbana, de intervenciones colaborativas y de movimiento cívico urbano, entendido a través de la mirada de Oriol Nel-lo (2015), cuando aclara que estos son movimientos que tienen como objetivo principal la transformación de la ciudad en beneficio de grupos sociales desfavorecidos. Por su parte, analizará los contextos sociales, económicos y políticos de cada movimiento urbano escogido, dando lugar a cuestiones relativas a la producción de conocimiento científico y técnico que la universidad fomenta, y de qué forma esa producción de conocimiento se refleja en la política urbana y en la sociedad.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1a, 1b e 1c - Imagens das "Superillas" em Barcelona. Imagens retiradas do Google Imagens em setembro de 2018.

Figura 2 - Cartaz de uma das manifestações do movimento "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!". Retirado de <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.com/p/imagens.html>, em setembro de 2018.

Figura 3a e 3b - Imagens da tela que mostram os eventos que ocorrerão em duas cidades diferentes, a partir da criação do grupo nacional. Imagem retirada pela autora. Setembro de 2018

Figura 4 - Imagem do site da edx, onde é possível visualizar as universidades parceiras que tem cursos na plataforma. Retirado pela autora em setembro de 2018.

Figura 5 - Página do grupo "Just Space" de Londres que une uma série de movimentos sociais e ativistas e que tem como um dos membros técnicos de suporte, a Bartlett School of Planning, UCL. Retirado do site do grupo pela autora em setembro de 2018.

Figura 6 - Cartazes do desenvolvimento do Plano de Bairro de Saramandaia. Retirado do Facebook do projeto em setembro de 2018.

Figura 7 - Mapa da Área Metropolitana de Lisboa. Desenvolvido pela autora baseado no mapa existente no site da Área Metropolitana de Lisboa em setembro de 2018.

Figura 8 - Relação entre a cidade de Lisboa e a sua Região Metropolitana para o país. Retirado de "Economia de Lisboa em números, 2016". Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 9 - Movimento pendular entre Lisboa e sua Região Metropolitana. Retirado de "Economia de Lisboa em números, 2016". Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 10 - Gráfico com o PIB per capita das regiões do país, destacando a Área Metropolitana de Lisboa. Retirado do site do Pordata em 14-09.

Figura 11 - Perfil da atividade econômica na Área Metropolitana de Lisboa. Retirado de "Economia de Lisboa em números, 2016". Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 12 - Gráfico sobre o peso da AML no país por setor de atividade. Retirado de "Economia de Lisboa em números, 2016". Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 13 - Recorte da cidade de Lisboa, mostrando o contraste da malha urbana. Retirado de Lisboa Interactiva. Setembro de 2018 <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>

Figura 14 - Desenvolvimento de Lisboa durante os anos. Retirado de Salgueiro, T. Barata. Desenvolvimento urbano de Lisboa, 2002, Lisboa.

Figura 15a, 15b, 15c e 15d - Gráficos com dados antes e depois da União Europeia. Desenvolvido pela autora com dados retirados do Centro de Informação Europeia Jacques Delors. Setembro 2018

Figura 16a, 16b e 16c – Nos dois primeiros mapas a divisão entre distritos e municípios em Portugal. No último mapa a concentração de população por distritos. Retirado de <http://www.mslima.com/sop/divisoaes/>. Setembro de 2018

Figura 17 – Mapa das freguesias de Lisboa. Retirada de Wikipedia. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_freguesias\\_de\\_Lisboa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_freguesias_de_Lisboa). Setembro 2018

Figura 18 - Localização dos BIP/ZIP na cidade de Lisboa. Retirado do <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1289927720M5bEX9ym2Lp76UW4.pdf>. Setembro 2018.

Figura 19 - Principais áreas de estudo dos diplomados do ensino superior na AML. Retirado de Economia de Lisboa em números, 2016. Setembro de 2018.

Figura 20 – Gráficos de qualificação académica da população residente. Retirado do Documento Economia de Lisboa em números, 2016. Setembro de 2018.

Figura 21 – Tabela com o cruzamento de informações sobre as linhas de pesquisa existentes no CIAUD e as linhas transversais de estudo. Retirado do site do CIAUD <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/index.php/pt/nucleos-2/linhas-invest-transver>. Setembro de 2018

Figura 22a e 22b - Cartazes de eventos realizados pela AEFA. Retirado do site <http://aefa.pt/pt/organizacao/noticias-informacoes/91-assembleia-geral-pt/176-aga20180322>. Setembro de 2018.

Figura 23 - Foto retirada do Google Maps com grafite sobre a ocupação do bairro em 2 de maio de 1974. Setembro de 2018.

Figura 24 - Tabela com algumas informações sobre o Bairro 2 de Maio. Gabalis, setembro de 2018.

[http://www.gebalis.pt/SiteCollectionDocuments/Moradores/Dados\\_Bairros/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20%202%20DE%20MAIO.pdf](http://www.gebalis.pt/SiteCollectionDocuments/Moradores/Dados_Bairros/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20%202%20DE%20MAIO.pdf)

Figura 25 - Mapa de localização do Bairro 2 de Maio em Lisboa. Mapa retirado do Wikipedia.[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_freguesias\\_de\\_Lisboa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_freguesias_de_Lisboa) e editado pela autora em setembro de 2018.

Figura 26a, 26e 26c - Espaço da "Casa para Todos" antes da recuperação. Retirado do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

Figura 27a, 27b e 27c - Processo de recuperação do espaço "Casa para Todos". Retirado do Facebook do Projecto "2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

Figura 28a, 28b e 28c - Primeira imagem do cartaz para convocação da reforma do espaço para moradores e interessados. Duas outras imagens do espaço "Casa para todos" recuperada. Retirado do Facebook do Projecto "2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

Figura 29a e 29b - Imagem 9a - Painel de apresentação do "Projecto 2 de Maio todos os dias" . Imagem 9b - Começo da criação da plataforma digital para exposição dos P

Figura 30a, 30b e 30c - Processo de desenvolvimento do projeto de acupuntura urbana do Largo do Cantinho. Retirado do site do grupo Locals Approach em setembro de 2018.

Figura 31a, 31b e 31c - Cartaz do concurso de requalificação do Largo do Cantinho e fotos do processo de requalificação. Retirado do site do Locals Approach e do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

Figura 32a, 32b e 32c - Cartazes dos workshop's realizados no bairro durante o "Projecto 2 de Maio todos os dias". Retirado do facebook do projeto em setembro de 2018.

Figura 33a, 33b e 33c - Cartaz da oficina sobre reciclagem e fotos sobre a atividade. Retirado do facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

Figura 34a, 34b, 34c - Cartazes sobre as Práticas da Agricultura Urbana no "Projecto 2 de Maio todos os dias". Retirado do site do grupo Locals Approach e do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

Figura 35a, 35b e 35c - Cartaz da "Festa do Vizinho" e fotos da realização da festa. Retirado do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro 2018.

Figura 36a, 36b e 36c - Cartaz de um evento comunitário de visita à Piscina da Nazaré e fotos da visita. Retirado do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro 2018.

Figura 37a e 37b - Imagens do site do projeto 2 de Maio todos os dias, e do Facebook do Projeto. Imagens retiradas pela autora em setembro de 2018.

Figura 38a, 38b e 38c - Fotos dos processos realizados no "Projecto D'Ajuda". Retirado do site do Locals Approach em setembro de 2018..

Figura 39a e 39b - Mapa de localização de Salvador dentro do Estado da Bahia e do país Brasil. No segundo mapa, em vermelho, o município de Salvador. Retirado de Google Maps. Setembro de 2018.

Figura 40 - Mapa da Região Metropolitana de Salvador. Desenvolvido pela autora em setembro de 2018.

Figura 41 - Tabela de Mobilidade Pendular na RMS, por motivo de trabalho e estudo, 2010. Retirado do artigo "Cenário da mobilidade pendular da Região Metropolitana Salvador (RMS)" de Silva, João e Queiroz, Silvana.2017

Figura 42 - Planta da Restituição da Bahia, por João Teixeira Albernaz. Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/seculo17/invasao-holandesa/planta-albernaz.htm>

Figura 43 - Mapa da "cidade baixa" e "cidade alta" em Salvador, e foto das duas "cidades". Retirado do artigo "Dois Centros, Duas Políticas, Dois Resultado", de Eloísa Petti Pinheiro, e do site <https://365salvador.wordpress.com> em setembro de 2018

Figura 44 - Pirâmide Etária, distribuição por sexo, Salvador, 2010. Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Retirado de [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) . Setembro de 2018

Figura 45 - Evolução do IDHM de Salvador. Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Retirado de [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) Setembro de 2018

Figura 46 - Mapa dos 163 bairros de Salvador e a divisão entre Prefeituras-Bairro. Retirado de do PDDU de Salvador em setembro 2018

Figura 47 - Quadro com estrutura governamental brasileira. Retirado de <http://www.okconcursos.com.br/apostilas/apostila-gratis/140-administracao-publica/1612-organizacao-do-estado-brasileiro#.W6gjrGhKjIU> em setembro de 2018.

Figura 48 - Tabela com responsabilidades dos três níveis de Governo para saúde, educação e segurança e justiça. Reproduzido pela autora com base na tabela do Site Politize (<http://www.politize.com.br/niveis-de-governo-federal-estadual-municipal/>) em setembro de 2018.

Figura 49 – Tabela com Instituições e Cursos Superiores do Império. Reproduzido da tabela do artigo de Souza, José, 1996, Revista da Faculdade de Educação, PUCCAMP, Campinas, V.1, N. 1, p. 42 a 56 em setembro de 2018.

Figura 50 - Gráfico que mostra o investimento no governo à universidades federais. Retirado de <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml> em setembro de 2018.

Figura 51 - Mapa do Campus da UFBA em Salvador. Retirado de <http://www.escoladefisica.fis.ufba.br/Mapa-da-UFBA-Campus-Ondina/> em setembro de 2018.

Figura 52 - Imagens dos eventos promovidos pelo DEA - FAUFBA. Retirado do facebook do Grupo em setembro de 2018.

Figura 53 - Imagens dos eventos e de divulgação da Empresa Junior - Projecta. Retirado do facebook do grupo. Setembro de 2018

Figura 54 - Imagem com distribuição regional do FeNEA. Retirado do site do FeNEA. Setembro de 2018

Figura 55 - Mapa com a distribuição dos EMAU's no Brasil. Retirado do site do FeNEA. Setembro de 2018

Figura 56 - Imagens da logo e da marca do Curiar. Imagem enviada pelo grupo. Setembro de 2018.

Figura 57 - Imagem de divulgação do Curiar na FAUFBA. Enviada por e-mail pelo grupo. Setembro de 2018.

Figura 58 - Imagens de reforma da sala cedida para o Curiar. Enviada pelo grupo por email. Setembro de 2018.

Figura 59 - Mapa de localização da comunidade em relação à Faculdade de Arquitetura e a localização do Terreiro do Gantois na comunidade. Enviado pelo grupo, com alteração da autora. Setembro de 2018.

Figura 60 - Entrada principal do Terreiro de Ilé Íyá Omi Àse òyamase (Terreiro do Gantois). Retirado de <http://aldeiadepedrapreta.blogspot.com/2014/06/um-abraco-que-vale-toda-uma-luta.html> em setembro de 2018

Figura 61a e 61b - Imagens da escada antes da intervenção. Enviada pelo grupo por e-mail em setembro de 2018

Figura 62 - Cartaz distribuído pela comunidade e pela Faculdade de Arquitetura para chamar as pessoas para participar da intervenção. Retirado do Facebook do grupo do Curir em setembro de 2018.

Figura 63a, 63b, 63c, 63d, 63e e 63f - Fotos do processo inicial de limpeza, e reconstrução de alguns degraus da escada. Enviadas pelo grupo por e-mail em setembro de 2018.

Figura 64a e 64b - Cartaz informativo sobre a intervenção e foto do processo de construção da escada. Enviado pelo grupo em setembro de 2018.

Figura 65a, 65b e 65c - Fotos do processo de inserção de construção dos mosaicos da escada. Enviada pelo grupo por e-mail em setembro de 2018.

Figura 66 - Capa do produto final desenvolvido pelo grupo com a compilação de todos os processos desenvolvidos junto e na comunidade. Enviado pelo grupo em setembro de 2018

Figura 67a e 67b - Cartaz de divulgação da ação de distribuição e plantação de mudas, e foto da distribuição das mudas para a população local. Enviado pelo grupo em setembro de 2018.

Figura 68a, 68b e 68c - Primeira imagem sobre oficina de arte urbana, e a segunda e a terceira imagem com o antes e depois de muro que foi intervencionado pelo grupo em parceria com os Canteiros Coletivos. Enviado pelo grupo por e-mail em setembro de 2018.

Figura 69a, 69b e 69c - Foto da oficina de reciclagem com as crianças da comunidade, da exibição do filme “Wall-E” e oficinas de saneamento e ambiente em parceria com a ESA-Jr (Empresa Junior de Engenharia Sanitária e Ambiental). Enviadas pelo grupo em setembro de 2018.

Figura 70a e 70b - Prancha do concurso realizado na Faculdade de Arquitetura da UFBA para desenvolvimento de uma lixeira para a comunidade do Gantois, e prancha de discussão para desenvolvimento das propostas para Plano de Intervenção, junto com a comunidade. Enviado pelo grupo em setembro de 2018.

Figura 71a e 71b - Fotos da oficina "Brincando no Gantois" com o intuito de apresentar as crianças o espaço da rua como espaço também de brincadeiras e aprendizados. Enviado pelo grupo em setembro de 2018.

Figura 72 - Esquema do ciclo existente entre a universidade e a sociedade. Produzido pela própria autora.

Figura 73 - Tabela da relação entre grupos originados ou pertencentes à Universidade, e a sua resposta à sociedade. Produzido pela autora em agosto de 2018.

Figura 74 - Caracterização dos dois movimentos dos estudos de caso: Locals Approach e Curiar. Produzido pela autora

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

AEFA-UL – Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

APCP - Áreas de Proteção Cultural e Paisagística

APRN - Áreas de Proteção de Recursos Naturais

ArqPop - Arquitectura Popular: Espaços e Saberes, PROJETO, CIDADE E MEMÓRIA

AU+E – Arquitectura Urbanismo e Engenharia

AUGI's – Área Urbana de Génese Ilegal

BIP – Bairros de Intervenção Prioritária

CAU/BA - Conselho de Arquitectura e Urbanismo da Bahia

CIAUD - Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Conder – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CP – Comboios Portugal

DEA - Diretório dos Estudantes de Arquitectura

EJ – Empresa Júnior

EMAU – Escritório Modelo de Arquitectura e Urbanismo

EMAU – Escritório Modelo de Arquitectura e Urbanismo

EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa

ENEA – Encontro Nacional de Estudantes de Arquitectura

ESA- JR - Empresa Junior de Engenharia Ambiental da UFBA

FA – Faculdade de Arquitectura de Lisboa

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FAPEX - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão

FAUFBA – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

FCT – Fundação para Ciência e Tecnologia

FENEA – a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo

FIES - Fundo de Investimento Estudantil

GESTUAL – Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local

GETCPI - Gabinete de Transferência do Conhecimento

IAB-BA - Instituto de Arquitetos do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JESSICA - Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas

LOM – Lei Orgânica do Município

LOUOS - Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NUTS - Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

ONG – Organização Não Governamental

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDM – Plano Diretor Municipal

PHD - *Philosophiæ Doctor*

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIEX - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão

PLH – Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POEMA - Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo

PPGAU – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

PPP - Projeto Político Pedagógico

ProExt - Programa de Extensão Universitária

PROUNI - Universidade para Todos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RJIES – Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior

RM – Região Metropolitana

RML – Região Metropolitana de Lisboa

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SAVAM - Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural

SeNEMAU - Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo

SINARQ - Sindicato dos Arquitetos do Estado da Bahia

U.E. – União Europeia

U:ICLC - Informal Colectivies for Living Cities

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UIT- Unidade de Intervenção Territorial Ocidental

UNE - União Nacional de Estudantes

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

ZIP – Zonas de Intervenção Prioritária

# ÍNDICE

1.	<b>PARTE I. INTRODUÇÃO À DISSERTAÇÃO</b> .....	23
1.1.	APRESENTAÇÃO .....	23
1.2.	INTRODUÇÃO AOS TEMAS .....	24
1.3.	OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO.....	28
1.4.	METODOLOGIAS EMPREGUES .....	29
2.	<b>PARTE II. ENQUADRAMENTO TEORICO.</b> .....	32
2.1.	CONCEITUAÇÃO. AS CIDADES E O URBANO. ....	32
2.2.	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	36
2.3.	REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.....	45
2.4.	PANORAMA SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE.....	54
3.	<b>PARTE III – ESTUDOS DE CASO</b> .....	61
3.1	METODOLOGIA DOS ESTUDOS DE CASO .....	61
3.2.	ESTUDO DE CASO 1 .....	64
3.2.1.	LISBOA.....	65
3.2.2.	UNIVERSIDADE PORTUGUESA .....	75
3.2.3.	LOCALS APPROACH .....	82
3.2.4	PROJETO NO BAIRRO 2 DE MAIO, AJUDA, LISBOA. ....	88
3.3.	ESTUDO DE CASO 2 .....	103
3.3.1.	SALVADOR.....	103
3.3.2.	UNIVERSIDADE BRASILEIRA .....	114
3.3.3	CURIAR .....	124
3.3.4	O PROJETO DO GANTOIS.....	134
4.	<b>PARTE IV - ANÁLISE CRÍTICA</b> .....	147
6.	<b>PARTE V - CONCLUSÃO</b> .....	160
7.	<b>PARTE VI – REFERÊNCIAS</b> .....	165

7.	<b>PARTE VII – ANEXOS</b> .....	178
----	---------------------------------	-----

*"Toda arquitectura es política. Podemos leer en los espacios cotidianos las prioridades políticas de nuestra sociedad. La arquitectura tiene el poder de dar forma al comportamiento cívico porque, más que poner ladrillos, establece los principios fundadores de los intercambios públicos y sociales".*

*"Toda arquitetura é política. Podemos ler nos espaços cotidianos as prioridades políticas de nossa sociedade. A arquitetura tem o poder de dar forma ao comportamento cívico porque, mais que por tijolos, estabelece os princípios fundadores dos intercâmbios políticos e sociais. "*

Rozana Montiel

# 1. PARTE I. INTRODUÇÃO À DISSERTAÇÃO

## 1.1. APRESENTAÇÃO

Este projeto surge da minha experiência cotidiana nas cidades de Salvador e de Lisboa, bem como dos estudos arquitetônicos e urbanos realizados nas duas cidades, que me auxiliaram no entendimento teórico e sensorial da cidade, suas apreensões, relações, dinâmicas, estruturas políticas, sociais e econômicas.

Foi a partir do meu contato direto com o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, o Curiar, e outros movimentos cívicos urbanos, culturais e artísticos (Rede de Arte e Cultura do Engenho Velho de Brotas, Canteiros Coletivos e Grupo de Pesquisa Lugar Comum) que pude perceber a potencialidade das ações que estes movimentos cívicos poderiam ter na transformação das realidades sociais e espaciais das cidades. Já em Lisboa, pesquisando sobre as atuações destes movimentos cívicos na cidade, justamente para perceber a diferença nas formas de trabalho, encontrei alguns grupos como Rés do Chão, Coletivo Warehouse, e o LocalsApproach - este último, que assim como o Curiar, surgiu de uma inquietação produzida pela experiência Universitária - que buscam um tipo de ação produzida coletivamente no espaço. Com essas pesquisas pude perceber que mesmo em dois países com realidades sociais, econômicas e políticas tão diferentes, há uma necessidade, por parte das pessoas, de vivenciar e participar da produção do espaço urbano, dando suporte ao surgimento destes movimentos cívicos, e da criação, no caso de Lisboa, já institucionalizada governamentalmente, de programas municipais como o BIP/ZIP e o Orçamento Participativo, que dão apoio a este tipo de ação.

O presente trabalho surge de inquietações no fazer, participar, apropriar e teorizar sobre as cidades, seja na produção do conhecimento teórico que a universidade proporciona, seja no desenvolver de ações de apropriação do espaço junto com os movimentos cívicos urbanos. Entender a importância da urbanidade<sup>1</sup> na construção das cidades, a partir do surgimento de movimentos cívicos urbanos que advêm de experiências desencadeadas pela discussão de conceitos e princípios teóricos, reflete sobre a urgência na necessidade de

---

<sup>1</sup>O entendimento do conceito de urbanidade é apoiado em autores como NETTO (2012) que descreve como “um fenômeno produzido nas relações entre o social e o espacial” e AGUIAR (2012), que complementa quando fala que “espaços com urbanidade são espaços hospitalares”, relacionando urbanidade a qualidade (de vida urbana), resultado da participação das práticas humanas no espaço, de forma a desenvolver dinâmicas que geram diversidade, troca de saberes e vivacidade.

atuação e de produção do espaço a partir de narrativas diferenciadas, inferindo ainda sobre a capacidade e relevância de intervenção destes tipos de movimentos cívicos urbanos, que emanam das instituições de conhecimento.

Neste âmbito, as inquietações surgidas a partir das experiências e reflexão sobre o espaço universitário, movimentos urbanos e a cidade, remetem a alguns questionamentos que pretendem ser respondidos no desenvolver desta tese. Dentre eles está o questionamento principal:

*- De que forma os movimentos cívicos urbanos, procedentes das experiências universitárias, colaboram para as transformações urbano sociais?*

E a partir deste questionamento incitar outros que auxiliem a responder esse principal como:

*- Porque houve/há a necessidade de surgimento de movimentos cívicos urbanos dentro da Universidade?*

*- De que forma esses movimentos atuam?*

*- Eles colaboram para a geração de urbanidade nos locais que atuam?*

*- Como eles conseguem se sustentar e desenvolver suas ideias e projetos?*

*- Qual a importância da atuação desses grupos?*

A partir disso, a dissertação apresenta uma introdução sobre os temas que serão melhor explorados no enquadramento teórico, traça os objetivos para alcançar repostas às perguntas acima referidas e apresenta as metodologias que serão aplicadas na dissertação.

## **1.2. INTRODUÇÃO AOS TEMAS**

Este capítulo propõe trazer alguns pontos relativos ao desenvolvimento das cidades a partir da revolução industrial, o modo como os sistemas econômicos e sociais influenciaram, e ainda influenciam, a formação das cidades, políticas, modos de governabilidade e ação de movimentos cívicos urbanos e sociais. Não se pretende igualar a formação histórica, política, econômica e social das diferentes cidades ocidentais, mas sim entender a base comum em elas se desenvolvem, compreendendo que há diferenças de intensidade, percursos e impactos envolvidos em cada processo.

São inegáveis as transformações que a Revolução Industrial causou nas cidades. As mudanças no modo de produção, na relação entre campo e cidade, a rapidez da urbanização,

dentre outros fatores geraram uma série de mudanças de cunho social, urbana e econômica. As cidades não conseguiram comportar a chegada de quantidade de pessoas que saíram do campo em busca de novas oportunidades. O surgimento dos primeiros “slums”, a desorganização espacial, e a chegada de diversas doenças relacionadas a higiene fizeram com que as cidades fossem olhadas de uma forma diferente, e com isso uma série de ações higienistas foram desenvolvidas com o intuito de organizar urbanisticamente as transformações que estavam ocorrendo, e utilizar e experimentar as novas produções de materiais e técnicas que estavam sendo inventadas. Segundo Lefebvre(1968)<sup>2</sup> há uma lógica de “induzido” e “indutor” no processo de industrialização que pode ser considerado o motor das transformações da sociedade:

*“Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é o indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e a planificação, as questões referentes a cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazes e das questões relativas a cultura” (LEFEBVRE, 1968, p. 12)*

A lógica capitalista concorrencial surge junto com a industrialização das cidades e acompanha o processo de transformação destas (quando já são consideradas os centros da vida social, econômica e política). Segundo Marques(2016)<sup>3</sup> citando Caggiola:

*“O capitalismo (o modo de produção baseado na hegemonia do capital sobre todas as outras relações sociais) não é qualquer sistema econômico dinamizado pela procura de lucro, mas só aquele baseado nas relações de produção capitalistas, no qual o lucro se origina na mais-valia extraída (extorquida) na e pela exploração da força de trabalho livremente contratada e remunerada por um salário.” (Marques, 2016)*

Lefebvre (1968) descreve que existem dois tipos de valores na sociedade: o de uso, e o de troca. Segundo a lógica capitalista, é o valor de troca que importa, ou seja, é a ação de se construir/fazer algo para gerar algum tipo de retorno, principalmente financeiro. Já o valor de uso é aquele que faz ou constrói algo somente para que seja usufruído, independente do retorno financeiro ou não que isso vai gerar: “a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (Lefebvre, 1968, p. 4). Desta forma, as cidades deveriam ser construídas na lógica do valor de uso, já que a cidade deveria ser um bem público e democrático que se faz para gerar bem-estar às pessoas que nela habitam. Porém, na lógica capitalista em que a cidade está

---

<sup>2</sup> LEFEBVRE, Henri. “O Direito à Cidade”. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

<sup>3</sup> Marques, Sabrina. Neoliberalismo: uma fase atual do Capitalismo. 2016.

inserida, ela é construída para servir como valor de troca, já que os planejamentos e ações que ocorrem nas cidades refletem o interesse de grupos políticos e econômicos que viram na cidade uma oportunidade de geração de riqueza:

*“A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de revalorização do uso. No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo da cidade (...)” (LEFEBVRE, 1968, p. 6)*

Fruto de várias crises cíclicas o capitalismo foi se reinventando ao longo dos anos e passando por processos de transformação. Nos anos 80 e 90, em meados de uma de suas crises, a lógica neoliberalista, que advinha do liberalismo clássico, veio à tona, trazendo uma nova relação entre o capital e o homem. Segundo Marques(2016) citando Anderson:

*“A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno.” (Marques, 2016)*

A partir daí o neoliberalismo se consagra como uma teoria que propõe, segundo Harvey(2005)<sup>4</sup>, que o “bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.” (HARVEY, 2005, p. 12). Sendo o papel do estado neste processo o de preservar a estrutura necessária para isso, garantindo os direitos das propriedades individuais e o funcionamento apropriado do mercado. Ou seja, o Estado teria o papel de apoiar a estrutura do livre mercado e comércio, sem criar uma estrutura de apoio social e econômico, acreditando que com a base instalada de garantia dos direitos das propriedades, a própria estrutura social e econômica iria se regular.

Com isso, o Estado perde seu papel de garantidor dos direitos sociais e passa a ser mais controlador (NEL-LO, 2015)<sup>5</sup>, e uma das consequências dessa forma de agir política e economicamente é a maior valorização do poder econômico, aumento dos privilégios dos

---

<sup>4</sup> HARVEY, David. O Neoliberalismo: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008. (título original: a brief history of neoliberalism, 2005)

<sup>5</sup> ORIOL Nel-lo. La ciudad en movimiento crisis social y respuesta ciudadana. 1ª edição. 2015

detentores deste poder e abandono dos direitos sociais, aumentando as desigualdades, priorizando os interesses dos detentores de poder econômico que se sobrepõe aos interesses coletivos.

Os territórios urbanos, nesta lógica, ficam dependentes das grandes negociações políticas e econômicas, se tornando um produto a ser comercializado, investido e reinvestido, como um grande espaço de experimentação onde é determinado, a partir da lógica política e econômica vigente, e baseado e defendido por planos e projetos urbanísticos, o preço dos solos, o nível de investimento e a função do espaço, definindo assim, o público que terá acesso ou não aquele território. Estas ações, de forma geral, podem converter os espaços em bens rentáveis a serem explorados pelo capital, priorizando as intervenções em áreas que produzem mais lucro.

Em contrapartida a este modo de construir a cidade surgem grupos, organizações, ativistas e movimentos que entendem o espaço urbano como elemento chave de uma cultura urbana compartilhada, diversa e ativa, que busca essa forma de atuação como uma contra-força ao que vem sendo planejado e executado nas cidades. Segundo Nel-lo (2015)<sup>6</sup>:

*“Cuando en una sociedad quienes menos tienen se agrupan para debatir, proponer y actuar con el objetivo de cambiar las condiciones de vida en una ciudad, constituyen aquello que denominamos movimientos sociales urbanos. Son sociales por su carácter colectivo y por sus objetivos, y urbanos porque la ciudad no es para ellos solo la arena en la que plantean sus demandas, sino también el objeto mismo de su actuación. De este modo, los movimientos sociales urbanos se distinguen de otras acciones colectivas por poner en el centro de su interés la pugna por mejorar las condiciones de residencia, el medio ambiente, el espacio público y los servicios, así como la capacidad de los habitantes de cada barrio, de cada ciudad, de cada territorio de intervenir en los procesos de toma de las decisiones que les afectan.” (NEL-LO, 2015. P.8)*

Esses grupos manifestam-se de forma diferente nos países onde atuam, buscando estratégias que visam o compartilhamento, cooperação e colaboração, com o intuito comum de trabalhar de forma multidisciplinar, valorizando as pessoas e o território como elementos fundamentais para a concretização das ações e transformações sociais, políticas e espaciais. O surgimento desses coletivos, movimentos, organizações e associações reflete, de certa forma, uma crise política e democrática, oriunda da maior necessidade de os cidadãos terem voz ativa nas decisões que interferem de forma direta na sua qualidade de vida, e um reflexo do descontentamento da sociedade pela forma como as cidades estão sendo construídas e geridas.

*“Las transformaciones espaciales se hallan pues entre las causas y los efectos primordiales de la presente crisis económica y social.” (NEL-LO, 2015. P.24)<sup>6</sup>*

Dentro destes grupos, que enxergam as cidades como espaços de transformação das realidades urbanas e sociais, podemos ainda destacar grupos que, oriundos das instituições de conhecimento, sentem a necessidade de aliar teoria e prática e atuar de forma mais concreta na cidade. Esses grupos, cada vez mais crescentes, se amparam, além dos estudos e críticas dentro das universidades, em redes que, com o auxílio das novas tecnologias, conseguem chegar a comunidades e metodologias de ação, unindo a teoria corrente na universidade à prática social. Assim, essas ações permitem uma resposta da universidade aos crescentes problemas urbanos, unindo-se aos cidadãos que têm uma ação proativa nos seus espaços, e buscando os elementos perdidos pela produção do espaço neoliberalista atual, tentando garantir o que Lefebvre<sup>7</sup> diz na teoria e que se busca nas práticas das ações:

*“O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e que sobreviva da vida camponesa conquanto que o “urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível. O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte.” (LEFEBVRE, 1968, p. 118)*

É com o intuito de analisar essas novas respostas às produções do espaço, baseando-se na necessidade de abordar os conceitos relativos à produção de urbanidade e de diversidades, que este trabalho se justifica. Tem ainda como parâmetro, para análise dessas transformações urbanas, o estudo de coletivos que partem de uma experiência privilegiada dentro das cidades, que é a passagem por uma instituição de produção do conhecimento – a universidade - e que por esta particularidade se constitui e atua de forma diferente, buscando aliar a teoria e ação, para a realização de práticas coletivas urbanas.

### **1.3. OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO**

Desta forma, este trabalho tem como objetivo principal pesquisar, caracterizar e analisar, a atuação de dois movimentos cívicos urbanos, que trabalham, ou trabalharam, diretamente com a produção do conhecimento acadêmico, dentro das universidades, para

---

<sup>6</sup> Oriol Nel-lo. La ciudad en movimiento crisis social y respuesta ciudadana. 1ª edição. 2015

<sup>7</sup> LEFEBVRE, Henri. “O Direito à Cidade”. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

entender de que forma estes movimentos cívicos colaboram para as transformações urbanas e sociais, buscando caracterizar a forma de atuação, o surgimento, desenvolvimento, seus contextos, a necessidade de criação desses movimentos cívicos urbanos.

Como objetivos específicos temos:

- Pesquisar e analisar, através da revisão bibliográfica, conceitos como espaço urbano, transformações urbanas, movimentos cívicos urbanos, movimentos sociais, urbanidade e intervenção colaborativa;
- Caracterizar a relação entre a produção do conhecimento e a troca de saberes com a sociedade nas universidades brasileiras, seus contextos históricos, sociais, políticos e econômicos;
- Identificar, caracterizar e analisar o Curjar e o projeto realizado na comunidade do Gantois, em Salvador, como exemplo da sua forma de atuação, intervenções, pontos positivos e negativos e as transformações urbanas e sociais geradas no espaço a partir do projeto;
- Caracterizar a relação entre a produção do conhecimento e a troca de saberes com a sociedade nas universidades portuguesas, seus contextos históricos, sociais, políticos e econômicos;
- Identificar, caracterizar e analisar a Associação Locals Approach, a partir do projeto realizado no Bairro 2 de Maio, em Lisboa, como exemplo da sua forma de atuação, intervenções, pontos positivos, negativos e transformações urbanas e sociais geradas no espaço a partir do projeto;
- Analisar e inferir sobre a colaboração dos movimentos cívicos urbanos estudados nas transformações urbanas e sociais das respectivas cidades, contextualizando suas diferenças históricas, sociais, econômicas e políticas e buscando semelhanças e diferenças nas formas de atuação e na contribuição para a troca de saberes entre a universidade e a sociedade.

#### **1.4. METODOLOGIAS EMPREGUES**

A dissertação se limitará a entender de que forma os movimentos cívicos urbanos, procedentes das experiências universitárias, colaboram para as transformações urbanas e

sociais. Esta análise decorrerá a partir da escolha de dois movimentos cívicos urbanos que surgiram das dinâmicas universitárias, e da relação entre a produção de conhecimento dentro da universidade e sua troca com a sociedade. Em seguida, analisará se a sua forma de atuação colabora para a transformação urbana e social.

De início será desenvolvido uma revisão bibliográfica sobre as cidades, a forma de produção delas, os movimentos urbanos sociais e a universidade, como forma de perceber o enquadramento na formação urbano social das cidades ocidentais, conceitos, e perceber os possíveis fatores que direcionam as transformações das realidades, e que leva ao impulsionamento de novas formas de ação. Em seguida se iniciará os estudos dos movimentos cívicos urbanos que atuam em Salvador, no Brasil, e em Lisboa, Portugal, inferindo sobre a colaboração da intervenção deste tipo de movimento cívico urbano nos espaços públicos das cidades mencionadas. Nesta etapa, o trabalho se desenvolverá de duas formas: A primeira fazendo uma contextualização do local de fala dos movimentos cívicos urbanos escolhidos – O Locals Approach e o Curiar - e um desenvolvimento sobre a história de surgimento do grupo. A segunda etapa consistirá na análise de um projeto de cada movimento escolhido, de forma a perceber se colaboraram ou não para transformações urbanas e sociais no território de atuação

Desta forma, o projeto se baseará em dois métodos: A análise conceitual, que auxiliará no entendimento das questões ligadas à sociedade, cidade, universidade e dinâmicas sociais e políticas do objeto estudado, e a análise empírica, que é baseada na recolha de dados a partir das entrevistas registradas durante o período da pesquisa, pela autora.

Análise conceitual: Pesquisa e revisão bibliográfica, buscando clarificar os conceitos e compreender os fenômenos sociais e urbanos mais recentes, ajudando no entendimento das ações que serão apresentadas nas próximas etapas. Além disso, essa pesquisa bibliográfica abará o levantamento de todo material desenvolvido e publicado pelos dois movimentos cívicos urbanos, com elementos que auxiliem na compreensão do surgimento desses dentro da universidade e material de apoio sobre suas formas de atuação e intervenção.

Análise empírica: Realização de entrevistas com quatro atores – chave que têm relação com os grupos estudados, com a cidade, com a universidade e com o local do projeto dos grupos, além de visitas, categorização e quantificação de dados (quando possível), fotos, mapeamentos, desenhos, imagens e caracterização das ações dos dois movimentos cívicos urbanos nos projetos escolhidos nas cidades a partir da análise crítica, de desenvolvimento e

capacidade de intervenção dos movimentos cívicos nos espaços urbanos, e quantos procedimentos mais forem necessários para complementar a construção das narrativas com o cruzamento de todos os dados levantados anteriormente.

## **2. PARTE II. ENQUADRAMENTO TEORICO.**

A dissertação se propõe a analisar, conceituar e entender questões relativas a cidade e o urbano, a produção do espaço, os movimentos cívicos urbanos e a construção da relação entre a universidade e a sociedade, na tentativa de obter um enquadramento teórico básico sobre os temas que envolvem a ação dos movimentos cívicos urbanos nas transformações urbano sociais.

### **2.1. CONCEITUAÇÃO. AS CIDADES E O URBANO.**

As cidades são o reflexo histórico, social, político e econômico de onde ela está inserida. Podemos citar uma série de características comuns que compõem uma cidade ocidental: Urbanização, concentração de atividades do setor secundário e terciário, transportes, praças, ruas, edifícios e pessoas. Porém, o conceito de cidade vai além do que consideramos como seus componentes, elas abarcam termos como urbano, urbanidade e espaço público, que nos conduzem ao melhor entendimento das relações de produção e de práticas sociais que existem nelas. Esses termos foram estudados por diversos autores durante muitos séculos, e entender a correlação entre esses termos, e o reflexo destas relações nas nossas vidas é importante para sermos atores ativos na melhora da nossa qualidade de vida, e assim da cidade.

Segundo o dicionário Priberam de língua Portuguesa, a palavra *cidade* vem do latim “*civitas*” e se relaciona a condição de cidadão. Também está diretamente relacionada com a noção de Urbe quando indica “Povoação que corresponde a uma categoria administrativa, geralmente caracterizada por um número elevado de habitantes, por elevada densidade populacional e determinadas infraestruturas, cuja maioria da população trabalha na indústria e nos serviços”. Porém, o mesmo dicionário revela outros significados: “conjunto de habitantes dessa povoação” e “vida urbana” fortalecendo assim a importância dos cidadãos na significação das cidades, e da relação com o urbano.

Os estudos teóricos sobre as cidades percorrem os séculos, e apontam para uma série de questões que têm relação com a particularidade de cada espaço e tempo histórico. Porém, essas mesmas definições nos mostram a generalidade da caracterização, já que, em muitos casos, independentemente do ano, o conceito se mantém atual. Podemos comprovar essas análises a partir da apresentação, a seguir, de definições diferentes de cidade, em anos distintos, mas que, de uma forma ou de outra, se complementam ou são semelhantes. Por

exemplo, segundo Montaner e Muxí (2015) citando Aristóteles “A cidade é por natureza, uma pluralidade; a cidade é composta não só de indivíduos, mas também de elementos especialmente diferentes (...)”. Lefebvre (1968) fala da cidade como “ projeção da sociedade sobre um local (...)”(p.56) que “compõe-se de fatos, representações e de imagens emprestadas à cidade antiga (pré-industrial, pré-capitalista) mas em curso de transformação e de nova elaboração” (p. 13) sendo “(...) a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico(...)” (p. 49). Já Milton Santos (1994), conceitua cidade como “ um meio material e um meio social adequados a uma maior socialização das forças produtivas de consumo. ” (p. 116) sendo “o particular, o concreto, o interno.” (p. 34).

As cidades são o reflexo da história passada e atual, das práticas sociais, econômicas e políticas que nela foram desenvolvidas, e das transformações físicas fruto destas histórias e práticas. Isto nos permite entender a importância das cidades e dos seus elementos na vida urbana, e assim na vida cultural e social das pessoas. Os conceitos acima indicados, pertencem a contextos históricos, políticos e culturais distintos, porém são definições que poderiam ser aplicadas a qualquer cidade ocidental, o que demonstra que as cidades têm suas características próprias, mas também semelhanças entre si. As diversas conceituações que serão derivadas disso não se esgotam por si só, se complementando. Desta forma, o que difere cada uma das cidades, além da morfologia física, é o urbano, a vida urbana que é criada a partir das formas, histórias, estruturas, dinâmicas políticas e econômicas presentes.

Assim, é necessário deixar clara a diferença entre a cidade e o urbano. Se Lefebvre (1968) faz a diferenciação entre cidade e urbano como “a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. ” (p. 49) sendo ainda mais específico quando define o urbano como “lugar de encontro, prioridade de valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens(...)” (p. 117), para Milton Santos (1994)<sup>8</sup> “O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. ” (p. 34) . Dois conceitos distintos, porém, complementares. A cidade e o urbano caminham juntos (não necessariamente em paralelo). Assim, o urbano se constitui como uma característica que se relaciona diretamente com as ações, práticas, cotidianos, relações sociais e rotinas das

---

<sup>8</sup> SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997

peças que vivem nas cidades (os atores urbanos), e a cidade esse espaço onde essas relações e dinâmicas acontecem, e por isso também o seu reflexo.

Outro termo importante de ser destacado e que faz uma relação entre a cidade e o urbano é “urbanidade”. Segundo Lefebvre (1968): “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos de diferença, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade. (...)” (p. 15). Justamente nesses encontros, diferenças, conhecimentos e reconhecimento que a cidade e o urbano se cruzam, e quando a urbanidade surge.

Dentre as diversas formas de teorizar a urbanidade a que melhor se encaixa na relação entre o urbano e a cidade é o entendimento da urbanidade como qualidade do urbano, “modo como espaços da cidade acolhem as pessoas.” (AGUIAR, 2015). Assim, o urbano seria a base da prática social e política da urbanidade e, também, o resultado destas práticas, ou seja, a ação; e a cidade seria o ‘palco’, espaço onde as ações acontecem. A urbanidade deriva também do compartilhamento, da diversidade, do encontro, da coletividade, mas não é só isso, ela está relacionada ao “modo como essa relação espaço/corpo se materializa” (AGUIAR, 2015), e também a materialidade do local onde ela acontece. É essencialmente nos espaços públicos que a urbanidade acontece, e a forma como ele é pensado, desenhado e efetuado auxilia ou dificulta na geração de urbanidades.

Uma das grandes autoras que discorrem sobre a urbanidade é Jane Jacobs (1961). Fala de urbanidade, porque fala de diversidade, e é a diversidade um dos pontos essenciais da produção da urbanidade. Em seu livro “Morte e Vida das grandes cidades”, Jacobs (1961) indica uma série de fatores que são essenciais para a geração da diversidade urbana e destaca quatro condições específicas para isso: usos combinados, quadras curtas, prédios antigos e concentração, mas também destaca a importância dos “olhos da rua”, do uso das calçadas e a valorização do espaço público (território essencial para essa diversidade que, para ela, é tanto física, quanto social) como ferramenta para geração de segurança, contato e integração.

*“Precisamos de todos os tipos de diversidade, intrinsecamente combinados e mutuamente sustentados. Isso é necessário para que a vida urbana funcione adequada e construtivamente, de modo que a população das cidades possa preservar (e desenvolver ainda mais) a sociedade e a civilização.” (JACOBS, 1961, p. 268)*

Neste sentido é necessário entender a importância do Espaço Público na construção da urbanidade. Mas, afinal, o que é o espaço público? Segundo Alex (2008), “O espaço público,

portanto, deve ser visto como um conjunto indissociável das formas assumidas pelas práticas sociais.” (ALEX, 2008, p. 20). O espaço público é tudo o que não é privado, o que inclui desde elementos abstratos como o ar, a paisagem, a vista, até praças, ruas, vielas e parques, elementos mais concretos. O espaço público tende a ser um espaço democrático, de encontros, misturas, práticas sociais e políticas, lazer, comércio, dentre muitas outras atividades geradoras de urbanidades.

No entanto, vale ressaltar que a palavra “Público” define que aquele espaço pode ser acessado por qualquer pessoa, porém o fato de ser público, por si só, não garante a diversidade, urbanidade ou democratização do espaço, e sim garante a possibilidade de ser. Um espaço público pode ser um possível gerador de não-urbanidade, a depender da forma como ele é projetado e de como é administrado. Por exemplo, muitas praças são fechadas à noite. Isso faz com que a possibilidade de acesso àquele espaço seja negado, e por isso, a prática (qualquer que seja) não aconteça. Um exemplo de espaço público é a Praça. Segundo Alex (2008):

*“A praça, em sua origem latina, caracteriza-se como espaço de encontro e convívio, urbano por natureza. Espaço este que se conforma por várias aberturas no tecido urbano que direcionam naturalmente os mais diversos fluxos em busca dos, também, mas diversos usos, que imprimem a esse espaço o caráter de lugar e ponto central da manifestação da vida pública. É, em sentido amplo, o espaço para troca. Neste sentido, a praça em nossa cultura vincula-se ao conceito de espaço público, acessível a todos os indivíduos, moradores ou visitantes capazes de interagir livremente na mesma base, independente de sua condição social.” (ALEX, 2008, p. 10)*

A praça é um espaço público, mas nem todo espaço público necessariamente será uma praça. Essa diferença exprime a importância de se entender os outros elementos da vida urbana como tão relevantes quanto a praça nas cidades. E apesar da praça por si só experimentar a diversidade no cerne da sua função, as ruas, os jardins, as calçadas, as vielas e os parques precisam ser olhados como, também, possíveis geradores de vida urbana. A praça sozinha não conseguirá resolver o problema da falta de urbanidade. Por isso, o espaço público precisa ser olhado como um potencializador na construção de cidades mais democráticas e geradoras de urbanidade.

Desta forma, a cidade, em cada momento histórico, reflete e molda fisicamente as demandas da sociedade. O urbano são as práticas e ações frutos da cultura, política, economia e relações sociais do tempo em que se fala. A urbanidade dá qualidade ao que é urbano, e o espaço público permite a cidade sua utilização como valor de uso (LEFEBVRE, 1968), sendo o

agente físico com a maior possibilidade de garantir a urbanidade de forma mais democrática. Entender que a cidade e o urbano andam juntos, não necessariamente em paralelo, e “*como processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram o espaço urbano e modelaram a cidade, sem que a ação criadora decorra imediata e dedutivamente desses processos*” (LEFEBVRE. 1968, p. 52) é significativo para perceber como a lógica de produção das cidades está diretamente relacionada com nossas práticas sociais e como “*Essas transformações da vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e arena dessas interações complexas.*” (Lefebvre. 1968, p. 52).

## **2.2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

A industrialização, derivada da Revolução Industrial, é um marco na transformação das cidades, das comunicações, transportes e agricultura. O crescimento urbano, tanto em densidade, como em expansão territorial, causou e influenciou uma série de outras transformações nas cidades. A industrialização, a produção econômica, a urbanização, e as dinâmicas sociais e físicas, são inseparáveis na forma como se influenciam, apesar de serem processos diferentes. Tudo isso, aliado a processos político-econômicos e globais, moldam os territórios e as relações sociais através da produção dos espaços urbanos.

*“É essencial não mais considerar separadamente a industrialização e a urbanização, mas sim perceber na urbanização o sentido, o objetivo, a finalidade da industrialização. Por outras palavras, é essencial não mais visar ao crescimento econômico pelo crescimento; ideologia “economista” que acoberta intenções estratégicas: o superlucro e a exploração capitalista, o domínio do econômico (aliás fracassada, só por este fato) em proveito do Estado.” (LEFEBVRE, 1968, p. 125)*

A lógica de produção do espaço, com o processo de industrialização, esteve relacionada ao capitalismo liberal, denominada de “cidade liberal” por Benevolo (2006)<sup>9</sup>. A base de todas as transformações e relações, a partir daquela época, foi a divisão do trabalho, que, com sua forma de produção, conseguiu reunir elementos suficientes para estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento das máquinas, e uma produção quantitativa nunca vista anteriormente (Benevolo, 2006). Assim, a divisão do trabalho e a forma de produção industrial estimulou uma série de outras transformações: criação das cidades industriais, busca por novas fontes de energia, e o desenvolvimento das máquinas, seja para agricultura, seja para

---

<sup>9</sup> BENEVOLO, Leonardo. A cidade e o arquitecto. 1 ed. Lisboa: 70 arte, 2006.

a própria indústria. A percepção de que o desenvolvimento das indústrias estava muito relacionada as questões ligadas a cidade, como a localização, as fontes de energia, os transportes e uma concentração de mão de obra, fez com que o espaço urbano fosse desenvolvido a partir das necessidades produtivas das indústrias.

Segundo Goitia (1982), no final do século XVIII e no início do XIX, nas cidades europeias, a urbanização era feita sem planejamento, apenas cumprindo o que era necessário para o progresso das indústrias. Habitação de baixo custo, para operários (slums), portos, estradas de ferro, bancos, instituições financeiras, e o crescimento da importância do centro urbano como local que tinha vantagens operacionais - como a grande quantidade de pessoas, facilidade nos transportes e concentração de instituições públicas – facilitando as relações com os poderes políticos e privadas (bancos). Novas cidades surgiam ao redor ou próximo de grandes indústrias, sendo, principalmente nestas, a fábrica dona do solo urbano, e a determinadora das transformações que ocorreriam naquele espaço.

*“Tudo foi estabelecido sem qualquer plano orgânico, segundo a lei do mínimo esforço, pois considerava-se que tudo o que facilitasse a promoção industrial era em si mesmo bom para o bem-estar e progresso das nações. (...) A violenta apropriação do espaço levada a cabo pela indústria constituiu uma verdadeira catástrofe para a estrutura urbana (...)” (GOITIA, 1982,p. 148 e 149)*

As consequências de todo esse desenvolvimento urbano, que começou na Revolução Industrial e vai até à criação da chamada “cidade moderna”, está relacionada com a lógica de produção capitalista liberal e industrial, que levou a grandes transformações quantitativas e qualitativas nas cidades: Maior quantidade de habitantes e maior densidade; menor qualidade das habitações; maior necessidade de variedade de serviços e surgimento de novos equipamentos; criação de novas tecnologias, e assim, uma maior velocidade nas transformações industriais, na divisão do trabalho e nas relações sociais; desenvolvimento de novos meios de transporte (portos, estradas e ferrovias); e novas formas de controle e gestão, com mudança dos poderes políticos e econômicos existentes antes da industrialização (Benevolo, 2006).

Com o caos em que as cidades estavam se transformando, em meados do século XIX, autores como Ruskin e Dickens incitaram a ideia de revalorização dos campos e paisagens naturais, porém a pouca importância que a agricultura e o campo foram tendo, tomou dimensões nunca antes vistas, determinando a falta de investimentos nesses lugares, ou o mínimo investimento necessário para dar apoio a produção industrial, ocasionando a perda

de importância da agricultura como espaço de possibilidades de trabalho. A cidade, agora, era esse espaço, que proporcionava oportunidades de mudanças de vida, onde, além da chance de conseguir um emprego, era possível o desenvolvimento intelectual e cultural, muito distante do que a vida no campo poderia gerar. O êxodo rural levou milhares de pessoas, em busca de uma melhora de vida, para as cidades, contribuindo ainda mais para os problemas urbanos.

A ideia de livre mercado, e de que a cidade poderia se desenvolver sem a necessidade de intervenção de uma autoridade reguladora, assim como a economia, fortaleceu o surgimento dos especuladores dos terrenos que, apoiados na desvalorização do campo, tomavam os espaços que seriam para agricultura, para os converterem em possíveis terrenos de venda. Esses especuladores ditavam a forma como a cidade precisava se expandir, garantindo maior lucro possível da venda em cada terreno. Segundo Goitia(1982):

*“Estes especuladores dos solos originaram a cidade inorgânica, as ampliações inorgânicas do século passado. Qualquer outra solução funcional para além da simples quadrícula teria prejudicado os seus interesses. Se as ruas não fossem todas de tráfego e aproximadamente da mesma hierarquia, os valores dos terrenos seriam perigosamente afectados. Nada podia ser mais simples para uma época que apressadamente parcelava, vendia e construía bairros inteiros, do que o traçado em quadrícula.” (GOITIA, 1982, p. 157)*

Segundo Benevolo (2006), a “cidade moderna” está assentada na pesquisa arquitetônica moderna, funcional e cientificista, depois do primeiro pós-guerra, que começou com as transformações dos edifícios para depois se inserirem nas transformações de bairros e no ordenamento territorial. Essa cidade, que já tinha proporções inimagináveis, abrigava uma expansão desenfreada e desregulada. Conservava uma produção de cidade que reforçava modelos políticos antigos, inserindo o planejamento urbano como ferramenta de “controlo e de coação, a favor de grupos dominantes” (Benevolo, 2006, p. 27), porém, com estéticas novas. É importante ressaltar que essa “cidade moderna” aconteceu em tempos diferentes nas diversas partes do mundo, sendo posterior nos países da América Latina, mas com intenções parecidas e consequências mais fortes.

As cidades se tornam, assim, redutos de produção de conhecimento, cultura, economia e tecnologia, mas que ao mesmo tempo abarcam problemas como a geração de habitações de péssimas qualidades, expansão urbana desenfreada e desqualificada, falta de emprego, meios de transporte ineficazes, escassez de serviços, dentre outros problemas,

promovendo uma cidade de exclusão e segregação que, atualmente, ainda atinge as grandes cidades.

*“ o espaço produtivo propriamente dito é cada vez mais a cidade, onde também as populações humanas se concentram mais. A cidade se torna ainda o meio de trabalho para a maior parte da população ativa e o meio de existência para a maior parte das pessoas” (SANTOS, 1994, p.115)*

Na cidade pós-liberal, segundo Benevolo (2006), o papel da administração pública era garantir o mínimo necessário (infraestruturas) para que os particulares urbanizassem os espaços (garantindo, através de planos reguladores, a delimitação entre o tamanho dos edifícios e os espaços públicos) dando aos especuladores e imobiliários as vantagens do desenvolvimento do território (já que a administração pública abarcava todos os custos técnicos e econômicos). Na fase posterior a cidade moderna (pós-moderna), denominada por Benevolo (2006) como “cidade industrial pós-liberal recorrigida” os terrenos passaram a ser da administração pública que conseguia ter um controle maior da expansão urbana, distribuindo-o entre público e privado, diminuindo os gastos (já que aproveita melhor a mais valia dos terrenos) e aumentando os programas de construção pública. Apesar disso, essa cidade continuava reproduzindo as ferramentas de exclusão e segregação que a cidade industrial liberal propagava.

A cidade, então, fortalece o seu papel como espaço produtivo. Quando falamos em produção, já entendemos que a constituição dos espaços não é simplesmente fruto de uma resposta às necessidades da sociedade, mas que ela, por si própria, é criada com o intuito de influenciar processos, e gerar algum tipo de retorno para a economia. Como Lefebvre (1968) explicita: *“Houve na história uma produção de cidades assim como houve produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e de civilização, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos prático-sensíveis.”* (P. 47). A produção do espaço urbano diz diretamente sobre a produção das cidades, e, se assim for, a cidade é entendida como um produto. Produto este, que é feito a partir de uma lógica de produção econômica e política, com o intuito de atender a demandas específicas de um público específico.

*“A sociedade urbana começa sobre as ruínas da cidade antiga e da sua vizinhança agrária. No decorrer dessas mudanças, a relação entre a industrialização e a urbanização se transforma. A cidade deixa de ser o recipiente, o receptáculo passivo dos produtos e da produção. O centro de decisão, aquilo da realidade urbana que subsiste e se fortalece na sua deslocação, entra a partir de então para os meios da produção e para os*

*dispositivos da exploração do trabalho social por aqueles que detêm a informação, a cultura, os próprios poderes de decisão. ” (LEFEVBRE, 1968, p.142)*

Desta forma, a cidade, que na sua função principal deveria atender a uma demanda social, passa a ser um meio que orienta a produção necessária para garantir o desenvolvimento econômico, contribuindo com a lógica econômica e política vigente. Os seus espaços passam de valor de uso para valor de troca. (Lefebvre, 1968)<sup>10</sup>. Também Santos (1994) fala da transformação da realidade urbana, passando de valor de uso a valor de troca na perspectiva de Marx. Se a cidade passa a ser um produto, que será construído a partir de uma ideologia econômica vigente, ela, a cidade, passa a atender ao valor de uso que será exigido, que é ser o valor de troca para grandes empresas. Assim a localização passa a ser o valor de uso que a cidade pode oferecer as grandes empresas, enquanto que o valor de uso original dela, que deveria ser oferecer qualidade de vida aos cidadãos, fica em segundo plano, renegado ao que sobra do valor de uso que essas empresas vão ter (Santos, 1994).

*“Com o valor de uso uma mercadoria presta um serviço. Mas, como valor de troca, o que importa é o resultado alcançado. Como valor de uso, uma mercadoria não é divisível à nossa vontade; essa é uma propriedade que os valores de troca podem ter (Marx, A Contribution, 1970, pp.37 e 51). Pode-se pensar a terra urbana, o produto urbano do trabalho social, o espaço urbano como valor de uso indivisível, criador de um valor de troca para as máquinas, os escritórios, as múltiplas atividades nele situadas? Ou, em outras palavras, haverá um valor de troca atribuído a uma máquina, um escritório ou outra atividade, em função de sua localização sobre um locus que, em si mesmo, é um valor de uso? ” (SANTOS, 1994, p. 124)*

Como forma de garantir o desenvolvimento desta cidade, o projeto do planejamento urbano se fortaleceu, reforçando o seu objetivo de controle e coesão, e se constituindo como ferramenta de modelagem da cidade, que atenderia ao desenvolvimento exigido pelos detentores de poder. Com a ideia do livre mercado, diminuição da intervenção do Estado na economia (que garantiria o suporte para o acontecimento do livre mercado econômico, “bem como a santidade da propriedade privada junto à progressiva privatização de recursos sociais”) (Neil Smith, 2009), e o surgimento da globalização<sup>11</sup> (que como consequência gerou

---

<sup>10</sup> Segundo Lefebvre (1968) existem dois tipos de valores na sociedade: o de uso, e o de troca. O valor de troca é a ação de se construir/fazer algo para gerar algum tipo de retorno, principalmente financeiro. Já o valor de uso é aquele que faz ou constrói algo somente para que seja usufruído, independente do retorno financeiro ou não que isto vai gerar.

<sup>11</sup> Segundo o dicionário Priberam de Língua Portuguesa, globalização é um “Fenômeno ou processo mundial de integração ou partilha de informações, de culturas e de mercado. Mundialização”. Já o dicionário Michaelis de Língua Portuguesa, globalização é “integração entre os mercados produtores e consumidores de diversos países graças ao desenvolvimento e barateamento

uma competição econômica mundial por investimentos e multinacionais), destacou a cidade como elemento importante neste jogo da disputa mundial, transformando, mais uma vez, a lógica de produção dos espaços da cidade.

*“o processo de internacionalização das cidades, ora em marcha, acelera essa evolução, já que a vocação mundial das cidades as envolve num movimento cujo ritmo não é dado apenas pelas própria cidade, ou seu próprio país, mas pelas exigências de uma competitividade cuja escala é planetária.(...) A proporção que a produção exige equipamentos urbanos especializados, isto é, espaços especificamente organizados, não apenas o uso, mas também a produção do Capital Geral<sup>12</sup> se tornam cada vez mais inigualitários, e tanto mais desiguais quanto mais um país adota uma política voltada para o mercado externo, cuja lei é estranha às necessidades reais do país. “ (SANTOS, 1994, p. 125 e 130)*

O livre mercado produz formas distintas de divisão social e territorial do trabalho, porém com o fortalecimento das comunicações, redes, fluxos e tecnologias que surgem junto com essa nova era da globalização. Agora, as grandes empresas se preocupavam com a produção para um mercado externo exigente e diversificado. As cidades precisavam dar apoio a essa nova produção, e, aproveitando a dinâmica territorial já implementada pelos séculos passados, estimulou a criação de novas formas de divisão do trabalho e novas empresas que davam suporte a essa nova forma de produção.

*“As novas divisões do trabalho vão, sucessivamente, redistribuindo funções de toda ordem sobre o território, mudando as combinações que caracterizam cada lugar e exigindo um novo arranjo espacial. (...) Como a divisão social do trabalho e a divisão territorial do trabalho dependem, em proporção crescente, de decisões políticas, o presente e a evolução futura das cidades dependem, em proporções semelhantes, do papel que, na economia, cabe aos atores do jogo político, segundo diferentes níveis, e da forma como, respondendo a essas determinações, o espaço urbano é, a cada momento, reorganizado” (SANTOS, 1994, p. 121)*

O planejamento urbano, desta forma, passa a ter um viés de planejamento estratégico, já que a cidade passa a estar inserida numa lógica competitiva. Dentro desta ideologia a cidade vira uma marca que precisa ser vendida. Segundo Vainer(2000), a cidade, então, fica

---

dos custos de transporte, aos importantes avanços tecnológicos dos meios de comunicação, que reduziram significativamente o tempo e a distância (rede de computadores, satélites etc.), e ao surgimento e à ação de empresas multinacionais, integrando as economias e tornando o mundo um mercado único imenso.” Separando ainda em globalização cultural/social: “Processo pelo qual a arte, a cultura, a música, o comportamento, o vestuário dos indivíduos de um país sofrem e assimilam as influências de outros, devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.”

<sup>12</sup> Para Milton Santos(1994) o Capital Geral é o espaço urbano construído como um todo indivisível, que faz parte do Capital Social produzido por todos, que é a cidade. Podemos fazer uma associação com o que Lefebvre desenvolve de Valor de Uso das cidades.

estruturada por três pontos principais: a cidade mercadoria, a cidade empresa e a cidade pátria.

Segundo Vainer (2000), a cidade vira mercadoria porque ela precisa se vender para o mercado externo. Para isso, é necessária a adaptação dos seus espaços urbanos (com ferramentas de marketing urbano e estudos de possibilidades de “compradores”), para atender a características mundialmente exigidas (existência de centros de convenção, hotéis, parques industriais, dentre outros) que garantam a atração de investidores e pessoas. Esta é uma cidade luxo, que busca um público específico. O planejamento estratégico urbano, então, se volta para a busca de estratégias que garantam as características mundiais exigidas, independente do que a população da cidade precisa, ou do que seria mais adequado para o desenvolvimento ou “vocação” daquela cidade. Essa lógica de cidade-mercadoria produz, então, cidades iguais, que competem entre si por “compradores” iguais, minando a maior riqueza das cidades que são suas características identitárias.

*“Frente a diagnóstico tão universal, não fica difícil entender por que as propostas constantes de todos os planos estratégicos, sejam quais forem as cidades, pareçam-se tanto umas com as outras: todos devem vender a mesma coisa aos mesmos compradores virtuais que têm, invariavelmente, as mesmas necessidades. (...) o mercado externo e, muito particularmente, o mercado constituído pela demanda de localizações pelo grande capital é o que qualifica a cidade como mercadoria. O realismo da proposta fica claro quando nossos pragmáticos consultores deixam claro que esta abertura para o exterior é claramente seletiva: não queremos visitantes e usuários em geral, e muito menos imigrantes pobres, expulsos dos campos ou de outros países igualmente pobres; queremos visitantes e usuários solventes.” (VAINER, 2000, p. 80)*

Na cidade-empresa, segundo Vainer (2000), a cidade deixa de ser objeto (mercadoria), sujeito passivo, para se tornar o sujeito ativo, a empresa. Essas duas formas coexistem entre si a depender do poder e investimento que terão em cada uma das possibilidades. A cidade-empresa funciona como uma multinacional, que exige dela mesma todos os quesitos necessários para conseguir competir e produzir de forma eficaz, gerando lucros. Essa nova forma de atuação exige a mudança administrativa da cidade, buscando cada vez o lado privatizador e capitalista (que é o lado capaz de permitir a liberdade necessária à cidade-empresa). Obriga a mudança dos atores políticos, que se transformam de gestores sócio-políticos a gestores empresariais, redefinido o poder local e a significação da cidade, que renega o seu papel de polis (espaço político) para ser tornar espaço competitivo e produtivo. A cidade-empresa passa a “produtivizar a cidade e os cidadãos”.

Já a cidade-pátria (Vainer, 2000) se desenvolve como o elemento que vai compor a ideologia da cidade-empresa e cidade-mercadoria, criando um consenso entre os cidadãos. É importante na composição da nova construção significativa da cidade que o patriotismo esteja fortemente enraizado, principalmente através do marketing, para a legitimação dessas novas formas de apropriação das cidades.

Esses três pontos se apoiam entre si para o controle e aceitação de novo projeto de cidade por parte dos cidadãos. Apoiado a isso, há um “sentimento (ou consciência) de crise” (Vainer, 2000) urbana e social, que impõe, indiretamente, a todos os cidadãos essa necessidade de mudança, fundamentada, ainda, na construção da cidade-pátria anteriormente citada. Desta forma, os atores políticos precisam ser fortes o suficiente para manter estabilizado o sentimento de crise, e permitir que os projetos de cidade permaneçam, a fim de concretizar e reafirmar o seu papel na competitividade mundial.

*“Tendo invocado em sua origem a necessidade de descentralização do poder, e sua conseqüente democratização na esfera municipal, o planejamento estratégico urbano e seu patriotismo de cidade desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática. Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania.” (VAINER, 2000, p. 98)*

A cidade se constrói, assim, como um projeto que busca a produção do espaço voltada para a competitividade externa, dependente da lógica econômica vigente. É vendida como produto que serve aos turistas, investidores e acionistas, e não aos cidadãos, apoiada por uma ideologia de classe e política, que tem como aliado a própria liderança administrativa. Esta cidade, produzida e vendida como mercadoria, empresa e/ou pátria, reforça um território segregador e excludente, já que, para garantir o bem do projeto maior de cidade competitiva, é preciso afastar o que é considerado mundialmente condenável, controlando os espaços e quotidianos através de ações políticas. (Vainer, 2000).

Pode-se perceber, portanto, a importância das cidades nas construções das ideologias econômicas e políticas vigentes. A lógica de produção dos espaços urbanos atende às questões econômicas e políticas, deixando ao que sobra do território as questões sociais e ambientais. A ação local, buscando um resultado global, foi uma das estratégias usadas em busca de um “lugar ao sol” na competitividade mundial. A produção do espaço urbano prioriza, desta forma, a necessidade externa vigente, com ações locais que visam uma cidade,

em que o território é delimitado por um jogo de poder, autorizado pelo Estado (que em muitos casos é o próprio poder), onde a produção urbana local é construída por todos, mas usufruída apenas por alguns. As cidades contemporâneas refletem a construção histórica, política, econômica e social do mundo, que, com novas questões (que dizem respeito principalmente a essas novas redes e estruturas mundiais) têm se readaptado buscando atender aos novos desafios lançados, porém, mantendo uma estrutura social que agrava as desigualdades originais, e que continua segregando e excluindo.

*“As cidades, nestas perspectivas, são agora verdadeiros motores da economia global, da produção social, numa transformação das cadeias de valor económico e financeiro – talvez já prevendo, precisamente, as capacidades da revolução tecnológica e da flexibilização espacial do trabalho. Nesse sentido, o sistema capitalista condiciona com mais vigor as práticas de produção espacial, mas também – e no que se assume de um novo tipo ou carácter de influência – as próprias representações do espaço, e como tal a planificação do espaço, e enfim os espaços de representação, inclusive os de ordem mais identitária e socialmente mais colectiva.” (SEIXAS, 2013, p.68)*

No entanto, novas abordagens governamentais têm sido exploradas pelos atores políticos. Essas abordagens começaram com os cidadãos ativos que buscavam novas formas de vivência urbana, implementando novas práticas de vida urbana. Geralmente essas ações começam com um grupo pequeno, mas que com a facilidade na divulgação de ações, por conta da rapidez de comunicação das novas tecnologias, chegam facilmente a uma grande quantidade de pessoas com os mesmos, ou parecidos, propósitos. Com essa pressão, e em alguns casos vontade política de ação, a adesão a esses tipos de estratégias políticas urbanas e sociais por parte dos governadores se torna inevitável, transformando aos poucos a forma de gerir de forma colaborativa as cidades.

Em Barcelona, as formas de ação colaborativa já são realidades nas transformações das “superillas”, que buscam a diminuição dos carros e valorização do espaço público, através da implantação desse sistema de forma faseada (fase Experimental, Temporária e Estruturante), procurando entender as dinâmicas que podem ser criadas, a aceitação das pessoas que vivem e trabalham naquele espaço e possíveis impactos que aquelas transformações podem causar, seja positiva, negativa, para as pessoas ou para as estruturas urbanas, tendo, se necessário, a possibilidade de alteração do plano inicial no meio do processo.



Figura 1a, 1b e 1c - Imagens das "Superillas" em Barcelona. Imagens retiradas do Google Imagens em setembro de 2018.

Essas novas formas de governabilidade colaborativas são relativamente novas e estão em processo de implementação, principalmente em países como o Brasil, onde essas discussões estão começando a ser feitas agora pela administração pública, apesar de já haver algumas modificações legislativas (como no caso dos Parklets em São Paulo) e atuação de muitos grupos urbanos nas grandes cidades. Segundo Seixas (2015):

*“Têm-se sucedido dinâmicas de reação e de reconfiguração das estruturas e culturas de ação política e governativa na cidade (Bagnasco e Le Galès, 2000; Jouve e Booth, 2004), desde a maior autonomia destas ao planejamento e à operacionalidade de base estratégica, e ainda a inovadores processos de governança e de participação cívica. Um pouco por todo o lado (...) vão-se materializando ideias, projectos e processos novos, numa busca de diferentes formas de vivência e de acção, desejavelmente mais duradouras e sustentáveis, mais justas e equitativas. Ideias, projectos e processos simples e complexos, uns consensuais e outros consideravelmente revolucionários, do campo social ao económico, do político ao filosófico, desafiando muitas vezes de forma surpreendente velhos status e estabelecidos paradigmas.” (SEIXAS, João, 2015, p.46)*

### 2.3. REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

A produção dos espaços urbanos obedece a uma lógica mundial de transformação das cidades em produtos competitivos (VAINER, 2000). Esta produção reflete no espaço, assim como uma série de outras questões, uma cidade construída para um grupo determinado, geralmente detentor do poder financeiro, inserido em um mercado imobiliário, e onde o controle, planejamento e desenvolvimento da cidade está voltado para as respostas do capital. O direito à cidade, entendido, segundo Lefebvre (1964), como direito que se estabelece como agregador de outros direitos como de liberdade, habitação, mobilidade, apropriação, pertencimento e socialização, fica em segundo plano, ao que sobra de produção da cidade competitiva.

Dentro desta lógica, os movimentos sociais urbanos surgem como contraponto a produção desta cidade e derivam das reivindicações dos movimentos sociais e políticos originados pelos operários no século XIX. Com a industrialização, muitas revoluções sociais se instalaram por conta das más condições sociais que os trabalhadores tinham naquela época. Os principais direitos relacionados as cidades como morar, se locomover e acessar (a educação, a saúde, a cultura...) foram conquistados a partir das lutas sociais e urbanas destes operários. Segundo Lefebvre (1964) a pressão que a classe operária fez no século XIX foi essencial para o reconhecimento dos direitos, entradas dos costumes e inscrição nos códigos sociais daquela época (mesmo que não totalmente), e foi decisivo nas conquistas futuras, porém, como o próprio Lefebvre(1964) salientou, não foi suficiente para a mudança total de paradigma, tanto que questões como a habitação e o solo urbano, até hoje, constituem pautas de lutas de movimentos urbanos no mundo todo (MNL<sup>13</sup>, MTST<sup>14</sup>, no Brasil; “Yo no me voy”, “STOP Desahucios”, na Espanha, “Morar em Lisboa”, “STOP Despejos”, em Portugal, dentre outros) e derivam de lutas relacionadas às consequências da produção capitalista para a sociedade e as cidades, provenientes, ainda, da época da industrialização.

*“O solo urbano sujeito às leis do mercado fundiário urbano constitui o primeiro instrumento de divisão social do espaço, atraindo, em regra, para o centro os indivíduos e as organizações com mais recursos financeiros e arredando para a periferia os menos providos ou completamente desprovidos.” (RODRIGUES E SILVA, 2015, p.18)*

Um dos marcos das lutas sociais ocidentais foi o Maio de 68 na França, onde estudantes se uniram e fizeram manifestações a favor de reformas no setor educacional, que atraíram uma série de outras lutas sociais, políticas e urbanas, culminando em protestos e greves na França, e influenciando, posteriormente, uma série de movimentos sociais, políticos e urbanos em diversos países. Na verdade, 1968 foi um ano de mudanças sociais e políticas também nos Estados Unidos (Morte de Martin Luther King e defesa dos direitos civis dos negros), Brasil e México (reivindicações contra a ditadura militar e perda da força democrática), dentre outros, que reforçaram a importância da liberdade e dos direitos, perante a exploração do capital e autoritarismo dos governos, e da importância reivindicativa que esses movimentos exercem na transformação e conquistas sociais.

---

<sup>13</sup> MNL<sup>M</sup> - Movimento Nacional de Luta pela Moradia

<sup>14</sup> MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

Nessa época os movimentos sociais denotavam uma luta de classes decorrentes da lógica de produção capitalista e da forma de produção dos espaços. Buscavam a quebra das estruturas desiguais e das contradições sociais nas sociedades capitalistas, e a resolução das contradições específicas das problemáticas urbanas (CASTELLS, 1973), sendo estas, fatos e situações da vida cotidiana que refletem o acesso (a saúde, educação, casa, transportes, cultura, espaços públicos...) e o direito à cidade descrita por Lefebvre (1964) e completada por Harvey(2006) quando explícita que a liberdade da cidade também significa poder mudar a cidade segundo os nossos desejos, e não somente ter acesso ao que dela já existe.

*“Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual.” (LEFEBVRE, 1964, p.111)*

É importante ressaltar que todo o urbanismo e arquitetura realizados refletem um poder, uma política. Os espaços refletem as escolhas públicas ou privadas, e estabelece princípios sociais de intercâmbios entre as pessoas. A cidade molda as pessoas, e as pessoas moldam a cidade. É uma relação mútua. Não se pode falar de vida social sem falar de transportes, habitação e espaços públicos. Por isso a importância das mobilizações urbanas como forma de transformar os espaços e, assim, a sociedade. Uma questão que é sempre posta quando se fala em movimentos sociais urbanos é que, em muitos casos, a transformação causada pelas reivindicações dos movimentos é momentânea ou pequena, a ponto de não conseguir transformar a estrutura vigente, causando a necessidade de reivindicações coletivas repetidas durante os séculos. Porém pequenas mudanças podem alterar dinâmicas já existente ou desencadear uma série de outras transformações, mudando, assim, de certa forma, algumas realidades.

Mas, afinal de contas, qual a diferença entre movimentos sociais e movimentos sociais urbanos? Para Tarrow (1998) os movimentos sociais são “desafios coletivos planejados por pessoas com propósitos comuns e vínculos de solidariedade na interação continuada frente as elites, oponentes e autoridades.” Segundo Castells (1973) os movimentos sociais urbanos são “sistemas de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura do sistema de agentes urbanos e de outras práticas sociais, de modo que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de forças no sistema urbano.” Castells (1974, P. 312)”<sup>16</sup>. Outra definição de

movimentos social urbano pode ser dado por Nel-lo (2015), no qual, os movimentos sociais urbanos são “movimentos que tem origem urbana e tem entre seus objetivos principais a transformação da cidade em benefício dos grupos sociais mais desfavorecidos.”<sup>15</sup>.

Com isso, comparando as definições acima estabelecidas de movimentos sociais e movimentos sociais urbanos podemos confirmar a ligação direta entre as lutas de origem social e as de origem urbana, quando percebemos que a principal diferenciação do conceito é a especificidade da ação em ambiente urbano, ou com objetivos urbanos. Assim, todo movimento urbano é um movimento social, porque a mudança em estruturas urbanas, gera mesmo que minimamente, mudanças em algum fator social. Assim, considerando a definição de Tarrow (1998) de movimentos sociais, apoiada nas definições de Castells (1973) e Nel-lo de movimentos sociais urbanos, poderíamos então dizer que os movimentos sociais urbanos são as práticas sociais, de origem urbana, planejados por pessoas com propósito comum, e com o objetivo de mudar as estruturas urbanas estabelecidas a partir das contradições da problemática urbana, em prol das minorias.

O principal motor dos movimentos sociais é a comunicação. E se antes essa comunicação era baseada em panfletos, sermões, manifestos, entre outros, que eram espalhados pelas ruas ou de pessoas para pessoas, agora, o novo paradigma dos movimentos sociais mudou, e com isso uma série de novas características foram adaptadas aos antigos movimentos. A partir dos anos 60, o mundo começou um processo de transformação estrutural, com a intensificação da globalização e com novos paradigmas tecnológicos. Aos poucos foram se desenvolvendo novas formas de informação e comunicação em rede, que, com o surgimento e ampliação da internet, tomaram um rumo nunca antes visto no mundo.

A sociedade foi transformada pelas tecnologias, mas também a transformou. Ao contrário do que muitos pensam, as novas formas de comunicação não levaram a um isolamento das pessoas, mas sim a criação de uma rede maior de interesses e interlocuções. Com as novas tecnologias de rede e sem fio, ficou mais fácil encontrar pessoas com os mesmos interesses e se engajar politicamente e socialmente (Castells, 2005). Aliado a isso nos anos 80 e 90 houve um fortalecimento das estruturas e associações locais com a valorização do desenvolvimento local, surgimento de novos movimentos sociais reivindicativos, vinculados diretamente a relação territorial, questões ambientais e étnicas (principalmente em países que passaram por processos ditatoriais como Brasil - 1988 e Portugal - 1974).

Essa mudança organizacional da sociedade baseada em redes de comunicação e informação alterou também as estratégias de atuação dos movimentos sociais urbanos. Esta mudança não causou um desaparecimento de formas antigas de ação, mas sim uma transformação dessa forma de prática, que, na maioria dos casos, ainda precisa do espaço físico e público como método de atuação para conseguir o impacto e visibilidade que são relevantes a causa, sendo a rua o principal espaço de manifestação e luta.

Em 2012, surgiu o movimento "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!", um exemplo português de combinação de movimento social e popular com a internet. Com o apoio das redes sociais o "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!" levou às ruas, em uma das suas manifestações, cerca de 500mil pessoas em Lisboa, se estendendo por outras cidades do país, e chegando, por volta de, 1 milhão de pessoas em todo o país. Protestavam contra as medidas de austeridade do governo e contribuiu para o não aumento da Taxa de Social Única (TSU) proposta pelo Governo, aos trabalhadores, naquela época.



Figura 2 - Cartaz de uma das manifestações do movimento "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!". Retirado de <http://queselixeatroika15setembro.blogspot.com/p/imagens.html>, em setembro de 2018.

No Brasil, um exemplo conhecido da influência das redes sociais na mobilização de pessoas, foram os protestos de Junho de 2013, que conseguiram levar milhares de pessoas as ruas de diversas cidades brasileiras. Os protestos começaram por conta do aumento da tarifa dos transportes públicos em São Paulo, com o movimento MBL – SP (Movimento Passe Livre - São Paulo), mas com a rápida divulgação que tiveram via redes sociais, tomaram proporções inesperadas, atingindo não só a crítica ao aumento da passagem, mas também outras pautas sociais e principalmente urbanas, buscando a retomada dos espaços urbanos. Segundo o MBL (2013) " A cidade é usada como arma para a sua própria retomada". Foi configurado como protestos apartidários e dentre as conquistas, além da redução das tarifas dos ônibus, teve a

aprovação da Emenda Constitucional nº 90 (que inclui o transporte como direito social) e a retirada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37, que retiraria o poder de investigação do Ministério Público.

Também no Brasil, outro exemplo, mais recente, foi a criação, via redes sociais de um grupo de mulheres contra um candidato a Presidência da República, no Brasil. O grupo "Mulheres unidas contra Bolsonaro" na rede social *Facebook*, conta, segundo dados do jornal *El País Brasil*, com uma velocidade de crescimento que chega a 10.000 novos membros por minuto, atingindo em menos de 2 semanas mais de um milhão de membros, composto só por mulheres. No entanto, apesar do grupo ter surgido todo via redes sociais, já está havendo uma convocatória para uma mobilização nas ruas, em diferentes cidades do país.

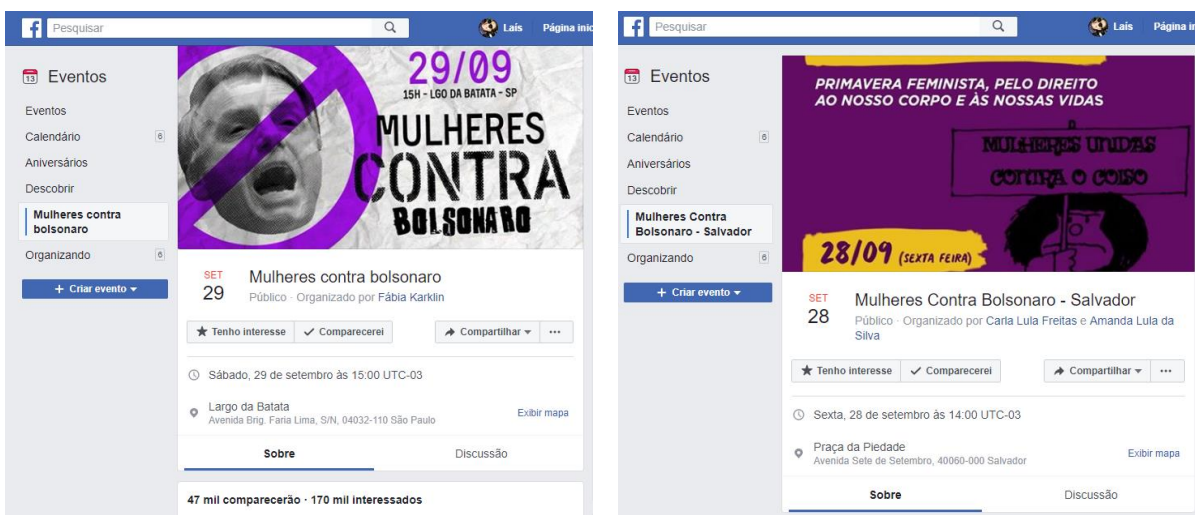


Figura 3a e 3b - Imagens da tela que mostram os eventos que ocorrerão em duas cidades diferentes, a partir da criação do grupo nacional. Imagem retirada pela autora. Setembro de 2018

A rapidez de divulgação das informações, e o maior acesso a diversos tipos de conteúdo fez com que as pautas dos movimentos sociais urbanos tivessem a possibilidade de alcançar mais vozes, e serem mais vistos sem depender diretamente da mídia tradicional – televisão, jornais e rádios. No entanto, a internet e as novas formas de redes da comunicação ainda não chegam a todos, ficando, esses movimentos ainda dependentes, em alguns casos, da mídia tradicional para alcançar maior divulgação e legitimidade, visto que ainda paira sobre essas novas redes algumas desconfianças sobre a validade e confiabilidade das informações ali divulgadas. Aliado a isso, houve uma crise de representatividade por parte da população, que em muitos casos não se vê representada pelos partidos políticos e formas de governabilidade. Isso dá abertura para que essas novas redes de comunicação (principalmente

nas redes sociais) sejam os espaços de discussão, ampliação e democratização de voz destas pessoas, e surgimento também de coletivos que buscam a sua ação, sem vinculação com direta com poderes públicos administrativos, e que se configuram como independente, ou de difícil controle da grande mídia, empresas e Estado,.

*“Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social.” (SAKAMOTO, 2013, cidades rebeldes, p. 95)*

Segundo Castells (2013) com as tecnologias foi possível criar uma “rede contínua, expansiva” e adaptável as mudanças dos movimentos, formando uma “rede em redes”, sem centro de identificação, mas que assegura funções de coordenação e deliberação entre todos, em uma rede horizontal de participação e organização, e por isso sem a necessidade de uma liderança formal ou centro de comando. Desta forma, os movimentos se tornam locais e globais. Locais pela sua atuação no espaço da cidade, território físico e carregado de identidades e especificidades, e global quando permite a comunicação em forma de rede aberta e horizontal, conseguindo abarcar atores de diversas partes do mundo.

*“Essa estrutura descentralizada maximiza as hipóteses de participação no movimento, uma vez que estas são redes abertas sem fronteiras definidas, sempre em reconfiguração, de acordo com o nível de envolvimento da população em geral. Também reduz a vulnerabilidade do movimento em relação à ameaça de repressão, já que há poucos alvos específicos para reprimir, excepto nos locais ocupados, e a rede pode reformula-se enquanto houver participantes suficientes no movimento, vagamente conectados pelos seus objetivos comuns e valores compartilhados. A forma de vida do movimento em rede protege-o contra seus adversários e contra os seus próprios perigos internos de burocratização e manipulação.” (CASTELLS, 2013, p.216)*

Porém, alguns obstáculos ainda precisam ser superados pelas novas formas de comunicação. O primeiro deles, e já citado acima, é que os novos modelos comunicacionais, ainda não conseguem chegar a todos, e quando chega, nem sempre consegue ser utilizada como forma de ampliação e discussão de problemáticas, quando, deveria ser o contrário, já que, geralmente, são estes os mais prejudicados pelas desigualdades sociais e problemas urbanos, e por isso, os que mais precisariam de espaços para dar voz a seus questionamentos. Isso leva a duas consequências, além da dependência da mídia tradicional para legitimação e visibilidade de alguns movimentos : 1 - os grupos que não tem acesso fácil as novas formas de comunicação e tecnologia, que continuam realizando suas ações de forma marginal, e com

pouco alcance ou com pouca informação sobre suas lutas, sendo enfraquecido; e 2 - os grupos que conseguem ter acesso direito e fácil, e lutam por suas questões, que muitas vezes já são pautas constantes em organizações, e que se configuram como elitistas, privilegiando um público específico, que já quem tem mais acesso e tempo disponíveis para se envolver.

Outro obstáculo é a efemeridade de alguns movimentos que surgem na internet. Com a alteração na forma de participação social, o que acontece, é que alguns movimentos ficam só na internet, não utilizando a cidade como forma de prática social, perdendo sua força e desaparecendo, já que na nova comunicação digital, a mesma velocidade que um grupo tem de surgir, tem de desaparecer. Apesar de grupos como esses terem o potencial de mudar mentalidades (e assim transformar a realidade), a existência do “espaço autônomo” citado por Castells (2013) fica comprometida, perdendo uma característica que é fundamental nesses novos movimentos: a comunicação via ciberespaços e a ocupação da cidade. Alguns desses grupos perdem a força quando abarcam muitas formas de protestos diferentes, enfraquecendo os objetivos iniciais e perdendo o foco, levando a extinção daquele movimento.

*“ Quanto mais o movimento é capaz de transmitir as suas mensagens pelas suas redes de comunicação, mais aumenta a consciência dos cidadãos, e quanto mais a esfera pública de comunicação se torna um terreno contestado, menor será a capacidade dos políticos para integrar exigências e reivindicações com meros ajustes cosméticos. A batalha final para a mudança social é decidida nas mentes das pessoas, e, neste sentido, os movimentos sociais em rede tem feito grandes progressos a nível internacional. ” (CASTELLS, 2013, p.231)*

Neste contexto de importância dos espaços públicos como forma de validação das lutas sociais, os movimentos urbanos se tornam um aliado nas transformações das cidades, quando estes se apropriam das novas formas de comunicação para compartilhar pesquisas e experiências e encontrar pessoas com os mesmos objetivos. Aliado ainda a falta de representatividade nas atuações dos meios políticos legais, os grupos se reúnem através da internet e decidem, eles próprios, se apropriarem da cidade e se tornarem atores sociais ativos e modificadores das realidades que os circundam.

Desta forma, ações de urbanismo tático<sup>15</sup> com estratégias de bottom-up<sup>16</sup>, planejamento participado, pequenas intervenções urbanas, acupuntura urbana<sup>17</sup>, parklets<sup>18</sup>, dentre outros tem sido realizadas por esses grupos nas cidades e tem causado uma mudança na forma como as pessoas tem se relacionado com a cidade, se enxergando de forma diferente como utilizador e como potencial ator de mudança do espaço em que se insere. Algumas dessas ações se tornam tão prestigiadas pelos cidadãos que o próprio poder público reconhece e legaliza, como é o caso dos parklets no Brasil, que surgiu como inspiração dos parklets de São Francisco (EUA), e foi implementado por um grupo de escritórios de arquitetura e urbanismo (Zoom Urbanismo Arquitetura e Design, H2C Arquitetura e SuperLimão Studio e Contain[It]) e o Instituto Mobilidade Verde, tendo uma aceitação tão grande por parte da população que depois virou decreto de lei da Prefeitura de São Paulo (Decreto nº 55.045 de abril de 2014).

É clara a importância dos movimentos sociais nas transformações urbanas sociais e organizacionais durante séculos no mundo. Atualmente os movimentos sociais são diretamente ligados as redes de comunicações digitais, pois são neles que os movimentos se organizam, divulgam suas plataformas e programam suas ações práticas nos espaços urbanos (CASTELLS, 2013). A internet, então, se transformou em uma componente essencial para os movimentos sociais, porém não suficientes para ação coletiva, que ainda legitima suas lutas no espaço público. Essa nova forma de prática é global, e conduzida por atores, problematizações, objetivos e economias locais. Assim como os movimentos sociais da era pré-internet usavam o espaço da cidade como local de luta e ação, modificando e transformando, a sociedade, os movimento sociais da era pós-internet também o fazem, porém com metodologias e formas de lutas diferentes que vão se adaptando as novas transformações tecnológicas, sociais e políticas, mas, principalmente, com uma forma de

---

<sup>15</sup> Urbanismo tático são ações pontuais na cidade a fim de chamar a atenção para a importância de ocupar o espaço público e que tem como objetivo atingir processos de longo alcance, tornando-se algo permanente ou constante.

<sup>16</sup> Estratégias urbanas de bottom up: São estratégias pensadas a partir dos atores locais como forma de desenvolvimento urbano das comunidades.

<sup>17</sup> Acupuntura Urbana: Termo utilizado pelo arquiteto e ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner para se referir a pequenas intervenções que tem capacidade de transformar positivamente espaços degradados ou ociosos.

<sup>18</sup> Parklets: São áreas que ocupam o espaço de um ou dois estacionamentos de carro, que funcionam como uma extensão da calçada proporcionando um espaço de convivência e lazer para quem passa.

comunicação completamente nova, que narra de forma mais rápida, horizontal, expansiva e continua as lutas que esses movimentos abarcam.

*“ Os movimentos sociais, através da História, são os produtores de novos valores e novos objetivos em volta dos quais as instituições da sociedade se transformam, para representar esses valores através da criação de novas normas para organizar a vida social.” (CASTELLS, 2013, p. 27)*

#### **2.4. PANORAMA SOBRE O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA SOCIEDADE**

As universidades foram criadas em meados do século XI, Idade Média, na Europa. Segundo Simões (2013) a primeira Universidade do mundo surgiu em Bolonha, Itália sendo baseada em leituras e questionamentos. A Igreja percebeu a importância que tinha a difusão e conhecimento para controle e apropriação das pessoas e por isso, permitia que muitos mosteiros também tivessem essa função de leitura e compreensão das filosofias e literaturas, apesar não instigar a relação com os questionamentos, sendo entendido apenas como espaço do saber. As primeiras universidades eram de Direito, e já nesta época era considerada um lugar para privilegiados socioeconomicamente. Durante os séculos as universidades foram ganhando uma importância social, ligada principalmente a difusão do conhecimento, e depois mais para o século XX uma importância também política, associado aos movimentos sociais e transformações político-sociais.

A primeira grande modificação que a universidade passou foi, segundo Boaventura (1989), no primeiro período do capitalismo, a exigência de formas de conhecimento mais voltados para áreas técnicas, estudos estes que a universidade não abrangia. Neste momento, como forma de voltar a centralidade perdida a partir da criação de novos centros e institutos politécnicos, a universidade compatibilizou a formação profissional da educação humanística. Isto levou ao desenvolvimento de novas áreas de estudo e de trabalhadores qualificados para as indústrias e fábricas, fazendo com que as universidades vivessem um período de expansão, tanto em números de estudantes, quanto em produção de conhecimento científico. Essa necessidade crescente de força de trabalho intelectualmente qualificada atendia a uma classe específica que tinha condições de acessar esses espaços, reforçando a universidade elitista que já acontecia na época da Idade Média.

*“(…) considera-se que é cada vez mais importante fornecer aos estudantes uma formação cultural sólida e ampla, quadros teóricos e analíticos gerais, uma visão global do mundo e das suas transformações de modo a desenvolver neles o espírito crítico, a criatividade, a disponibilidade para a*

*inovação, a ambição pessoal, a atitude positiva perante o trabalho árduo e em equipa, e a capacidade de negociação que os preparem para enfrentar com êxito as exigências cada vez mais sofisticadas do processo produtivo.” (Santos, Boaventura, 1989 p. 23)*

No desenrolar dos anos, a universidade foi passando por crises, que em cada país se desenvolviam com formatos e potenciais diferentes. Uma delas, de acordo com Boaventura (1989) é a “dicotomia teoria–prática”. A investigação é um dos pontos fundamentais que garante a autonomia e prestígio da universidade, refletindo “a busca desinteressada da verdade, a escolha autônoma de métodos e temas de investigação” (Santos, 1989). Com a inserção dos estudos profissionais, passou-se a exigir da universidade um envolvimento na resolução de problemas econômicos e sociais, relacionada diretamente a investigação aplicada. Essa exigência causou dois pontos distintos.

O primeiro foi o reforço da relação crescente entre a universidade, a indústria e a economia, o que, aliado à crise financeira, estimulou o incremento do financiamento externo, principalmente por indústrias e empresas com algum interesse no desenvolvimento do conhecimento científico produzido dentro da universidade. Esse processo levou a uma dependência financeira e investigativa de alguns grupos, e à priorização de investimentos em determinados grupos, criando uma relação do lucro x produção acadêmica, já que a produção do conhecimento acadêmico, que deveria ser gerado para a comunidade, ficava presa a vantagens competitivas de empresas e criação de patentes. A diferença no investimento causado, não só por financiamentos externos, mas também pelas escolhas que os Estados optaram por fazer na crise financeira, causaram a desvalorização das ciências sociais e das humanidades, que detêm menor poder de comerciabilidade.

*“O imaginário universitário é dominado pela ideia de que os avanços de conhecimento científico são propriedade da comunidade científica, ainda que sua autoria possa ser individualizada. A discussão livre dos procedimentos e etapas da investigação e a publicidade dos resultados são considerados imprescindíveis para sustentar o dinamismo e a competitividade da comunidade científica. A ‘comunidade’ industrial tem outra concepção de dinamismo, assente nas perspectivas de lucro, e outra concepção de competitividade, assente nos ganhos de produtividade. ” (Santos, Boaventura, 1989, p. 29)*

O segundo ponto relaciona-se com a inovação na “responsabilidade social da universidade na resolução dos problemas do mundo contemporâneo” (Souza, 1989). Neste âmbito o movimento estudantil foi muito importante, pois atuou a favor da intervenção social da universidade, e como mensageiro das reivindicações dos estudantes. É o caso de Maio de 68 na França, que originou uma grande manifestação com participação de sindicatos e

trabalhadores, mas que começou com uma reivindicação dos estudantes para melhora das condições da educação e mais abertura das universidades à modernização. Em muitos países as universidades tiveram um papel determinante para o fim de ditaduras e governos autoritários, como por exemplo no Brasil.

A forma como cada universidade deu voz a essa responsabilidade social foi diferente em diversas partes do mundo. No Brasil houve a implementação do projeto de extensão, porém em outros lugares essa responsabilidade ficou mais atrelada as respostas que os estudantes iam dar ao mercado de trabalho, ou, como no caso Europeu, associada ao “esgotamento da responsabilidade social da universidade na investigação e ensino.” (Boaventura, 1989). Como exemplo do reflexo da responsabilidade social atrelada à universidade, temos o surgimento de hospitais universitários, escritórios de advocacia ou assistência jurídica gratuitos, desenvolvidos por estudantes com orientação de professores, escritórios modelos de arquitetura e urbanismo, abertura de bibliotecas universitárias, dentre outros.

*“Em plena década de oitenta, a mesma concepção pode, em áreas diferentes do globo e em condições sociais e políticas distintas, circunscrever-se à cooperação com a indústria ou, pelo contrário, abranger um amplo programa de reforma social” (Santos, Boaventura, 1989, p. 36)*

Atualmente a universidade tem o dever de dar à sociedade culturalmente, socialmente, comunitariamente, cientificamente, profissionalmente e tecnologicamente respostas para os seus determinados problemas a partir de estudos, práticas e investigações em diversas áreas, e mais, deve ainda buscar respostas para os problemas emergentes, prevendo soluções que evitem possíveis adversidades. Segundo Siqueira (1995):

*“A universidade pela sua origem tem um compromisso com a transformação da sociedade, com o exercício da crítica livre, com a preservação do conhecimento, com a construção de um novo saber, com a beleza, com as artes, com a cultura, mas baseados em valores da ética da democracia, da justiça e da igualdade, que nortearam a sociedade humana.” (SIQUEIRA, 1995, p. 7)*

Porém, nas crises que se seguiram duas questões conduziram para a universidade do século XXI, segundo Boaventura (2004), foi o “desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade.”. O primeiro diz respeito a continuação e aprofundamento do desenvolvimento de parcerias e financeirização externa das universidades, criando parcerias, ou privatizando parte dos seus serviços. A segunda diz respeito ao desenvolvimento da universidade como empresa que produz certificados, planos

de estudo, formação, dentre outros. Muitas universidades e faculdades particulares surgiram nesta época, o que, apoiado com alguns programas governamentais, contribuiu para ampliar o número de profissionais no mercado de trabalho. Segundo Siqueira (1995) “ A ‘educação de qualidade’ seria reduzida a uma dimensão técnica, na perspectiva de formar recursos humanos para o trabalho, esquecendo a dimensão humana, que implica na democratização do acesso e da produção do saber, como um dos direitos básicos da cidadania. ”. Além disso, esse processo resultou na diminuição das diferenças entre universidades públicas e privadas, principalmente na Europa, e uma redução dos custos por aluno, eliminando a gratuidade em alguns países, como ocorreu em Portugal. No Brasil, apesar de na década de 90 não indicar necessariamente investimentos nas universidades públicas, significou, em alguns casos como Bahia e Ceará, a ampliação de universidades estaduais, segundo Boaventura (2004).

O que Boaventura vem mostrando em seus textos é a transformação que as universidades têm passado com o intuito de se adaptar às lógicas mundiais vigentes. Obviamente que os países têm seus processos diferentes e com momentos distintos, mas existe uma lógica que vem sendo adotada mundialmente que tem relação direta as formas de produção econômica, social e política. A condução e produção do conhecimento se tornou, uma ferramenta importante nestes processos, sendo base de apoio a algumas mudanças globais.

Boaventura (2004) cita ainda dois pontos importantes no desenrolar das transformações da universidade. O primeiro ligado as transformações digitais de comunicações e rede, que leva ao desenvolvimento da chamada “oferta transfronteiriça” relacionado diretamente ao surgimento de formação educacional via internet, os chamados cursos a distância, universidades virtuais ou aprendizado online. Essa demanda causou não só uma modificação interna das universidades, mas também a criação de plataformas que oferecem cursos pagos de universidades consagradas no mundo, ou até cursos sem vínculo com universidades, juntando profissionais especializados em certas áreas. Como exemplo, temos as plataformas online como a “Edx” ou “Udemy” que oferece cursos ligados a diversas outras universidades e em diversas áreas, alguns gratuitos, outros pagos.

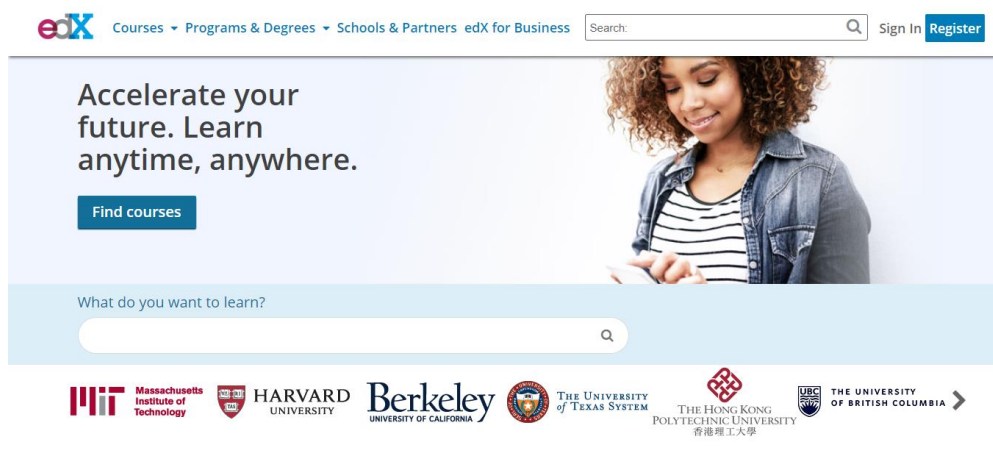


Figura 4 - Imagem do site da edx, onde é possível visualizar as universidades parceiras que tem cursos na plataforma. Retirado pela autora em setembro de 2018.

O segundo ponto citado por Boaventura (2004) tem relação com o vínculo direto entre a universidade e a sociedade. Santos (2004) chama de “conhecimento pluriuniversitário” que ele define como “um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extramuros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores.”. A aplicação desse conhecimento pluriuniversitário pode ser aplicado, como já dito anteriormente, na relação indústria universidade, mas Boaventura (2004) salienta que nos países centrais e semiperiféricos há também uma aplicação relacionada a parcerias com ONG’s, associações, organizações, coletivos ou grupos minoritários, que buscam criar um relação e maior participação desses grupos nas produções e geração de conhecimentos. Isso acontece não só via universidade, representada pelos docentes e pesquisa, mas também pelos estudantes, que quando adentram naquele submundo, principalmente grupos minoritários, e percebem que “sua inclusão é uma forma de exclusão” exigindo um nível maior do papel social das universidades.

A universidade, por esta perspectiva, se torna mais acessível aos cidadãos, associações, ONG’s, grupos, movimentos cívicos e coletivos. Alguns exemplos desta parceria estão na legitimidade que a universidade dá para lutas e movimentos em diversas partes do mundo. Em Londres, a Bartlett School of Planning, UCL, desenvolve cursos de extensão, workshops, dentre outros, em parcerias com movimentos ativistas urbanos e sociais na cidade, buscando junto com esses grupos a resolução de problemáticas. Em Salvador, outro exemplo é o desenvolvimento do Plano de Bairro de Saramandaia, um bairro de Salvador, junto com o

grupo de pesquisa do “Lugar Comum”, que corria o risco de ser despejada, auxiliando na luta pela permanência no espaço e ao direito à cidade.

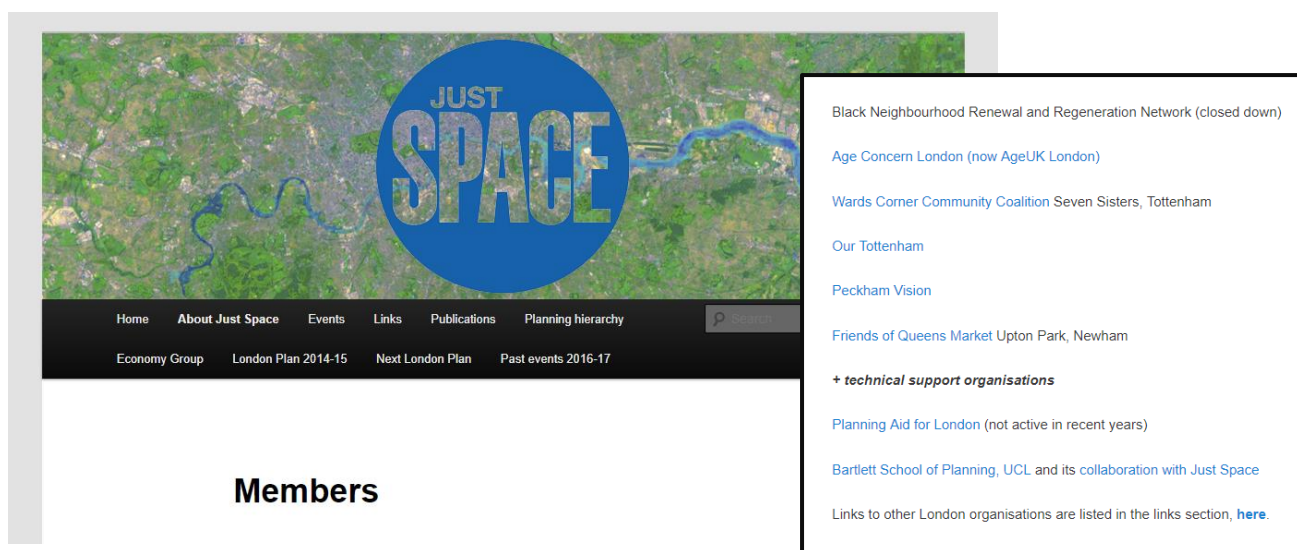


Figura 5 - Página do grupo "Just Space" de Londres que une uma série de movimentos sociais e ativistas e que tem como um dos membros técnicos de suporte, a Bartlett School of Planning, UCL. Retirado do site do grupo pela autora em setembro de 2018.



Figura 6 - Cartazes do desenvolvimento do Plano de Bairro de Saramandaia. Retirado do Facebook do projeto em setembro de 2018.

A universidade, segundo Boaventura (2004), portanto, se desenvolve em meio a essas contradições relacionadas a mercantilização, produção de conhecimento voltado aos interesses das empresas e indústrias, que se relacionam diretamente com uma produção voltada a comercialização e não ao atendimento das necessidades sociais, aliada ainda a falta ou pouco investimento do Estado, mas também, ao contrário disso, a pressão por uma universidade que responde as necessidades sociais do local onde se insere, e do mundo de forma geral, buscando o conhecimento pluriuniversitário que força um diálogo com outras realizadas, tornando a universidade um lugar mais heterogêneo e multidisciplinar.

A existência da universidade passou por processos que refletiam, assim como as cidades, as problemáticas e questões que estavam em pauta em cada momento histórico. Com isso, a universidade foi se adaptando a essa lógica política e econômica vigente, mas também reagindo a essas transformações, como por exemplo dando apoio, ou sendo centro de formação dos movimentos sociais nas reivindicações contra essas lógicas. Por isso, além de ser a instituição produtora do conhecimento e difusão dos saberes, ela também é uma instituição que auxilia ativamente nas transformações sócio-políticas e econômicas, seja pela formação dos profissionais e mão de obra qualificada, como pela formação crítica, que questiona e denuncia os processos sociais excludentes e segregadores que podem levar a parcerias com movimentos reivindicativos, colaborações com movimentos associativos, grupos e projetos, contribuindo com as mudanças na sociedade, permitindo, em alguns casos, a legitimidade de lutas importantes perante o poder público e a mídia.

Porém, a universidade ainda precisa criar esse vínculo maior com os setores públicos, de forma a ser a ligação entre estes setores e a sociedade na construção de alternativas. Em alguns países, essa falta de parcerias com os setores públicos causa a necessidade de movimentação das universidades em prol de práticas sociais mais diretas, vinda dos próprios estudantes ou de grupos de pesquisas que entendem a importância dessa vinculação nas transformações da sociedade. É o caso de Portugal e do Brasil.

### **3. PARTE III – ESTUDOS DE CASO**

A parte III da dissertação consiste no desenvolvimento dos dois estudos de caso, em Portugal, Locals Approach, e no Brasil, Curiar. Por se tratar de países com realidades muito distintas, é incorporado, como parte essencial na análise de cada um dos grupos, um enquadramento da cidade onde eles estão inseridos e da universidade no qual fazem ou fizeram parte. Além disso, a análise de um projeto realizado por cada um dos grupos, será a baliza para entender os processos, metodologias e ação no espaço, podendo assim, investigar a produção e transformação desses grupos no espaço. A metodologia, que vem a seguir, explicita o caminho que foi percorrido até a análise crítica e conclusões da dissertação.

#### **3.1 METODOLOGIA DOS ESTUDOS DE CASO**

A metodologia escolhida para os estudos de caso, destaca o entendimento da diferença na formação histórica, política e social dos dois países onde os grupos se originaram e desenvolveram suas atividades, abordando ainda a formação da universidade nesses locais. Para a análise dos dois movimentos urbanos - Locals Approach e Curiar, a pesquisa se baseou em entrevistas com membros fundadores, além da recolha de documentos, fotos, imagens, vídeos, mapas, dentre outros. Para avaliar os dois projetos, os métodos de recolha de dados, documentos, imagens, mapas e fotos também foram usados, e nas entrevistas, além de um dos membros do grupo, foram selecionados mais seis atores de três setores da sociedade: a Administração Municipal, a Universidade, onde o grupo se formou, e a comunidade onde ocorrem os projetos.

Para a primeira parte, foram realizadas pesquisas em livros, sites oficiais e institucionais, jornais, dentre outros, como forma de entender essas relações, surgimento e interferência na formação e caracterização dos dois grupos. Por isso foi analisada a formação histórica, cultural, política e socioeconômica cada uma das cidades (Lisboa e Salvador) de forma sucinta destacando os elementos importantes na configuração urbana e governamental das cidades. Foi também analisada, a formação da Universidade em cada um dos países (Portugal e Brasil), e os elementos que dão apoio a conexão entre a sociedade e a universidade.

A segunda parte inclui a caracterização dos grupos em si, Locals Approach e Curiar, a partir das entrevistas realizadas com os membros para entender o que instigou o surgimento, as dificuldades, relação com a universidade, envolvimento com a comunidade, dentre outros

pontos importantes. A entrevista realizada com a representante do Curiar no Brasil foi através de telefone, apoiada por um guião base (ver em anexos), mas que não limitou o surgimento de outros questionamentos mais esclarecedores no continuar da entrevista. Da mesma forma foi conduzida a entrevista com o representante do Locals Approach, porém presencialmente.

Na análise dos projetos realizados pelos grupos, foram selecionados 2 atores de cada um dos três setores escolhidos como forma de complementar a visão sobre aquele tipo de projeto, tanto para a cidade, quanto para a comunidade e Universidade. Além disso, a opinião dos moradores dos locais onde os projetos foram realizados é essencial para perceber a ação dos grupos e a possibilidade, ou não, na colaboração de transformações urbanas. Porém, não foi possível a comunicação com 3 dos 14 atores (tabela abaixo) selecionados, originando procedimentos complementários alternativos de análise, como por exemplo dados, mapas, fotos, imagens, jornais ou publicações.

<b>ATORES A SEREM ENTREVISTADOS</b>		
<b>SETORES</b>	<b>PORTUGAL</b>	<b>BRASIL</b>
<b>Sociedade</b>	Moradora Vera do Café Viola	Morador Alex
	Associação de Actividades Sociais do Bairro 2 de Maio Presidente Norberto Oliveira	Associação de moradores do Gantois Presidente da Associação de moradores do Gantois e Rua Souza Uzel Solange Lima
<b>Movimentos Cívicos</b>	Locals Approach Gonçalo Folgado	Curiar Larissa Dantas
<b>Universidade</b>	Faculdade de Arquitectura de Universidade de Lisboa Coordenação Pedro George	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - Coordenação Ariadne Morais
	Professor da Faculdade de Arquitetura José Crespo	Professora da Faculdade de Arquitetura Akemi Tahara
<b>Administração Municipal</b>	Junta de Freguesia da Ajuda Jorge Marques	Vereador Municipal Silvio Humberto
	BIP/ZIP Miguel Brito	Prefeitura Bairro <a href="mailto:prefeiturabairro.barrapituba@salvador.ba.gov.br">prefeiturabairro.barrapituba@salvador.ba.gov.br</a>

## LEGENDA

PRETO = ENTREVISTA REALIZADA

VERMELHO = NÃO OBTIVE RESPOSTA

Em Portugal todas as entrevistas foram feitas presencialmente, com a opção de poderem ser gravadas ou não, a depender da escolha do entrevistado. No Brasil por telefone, áudios via aplicativos de comunicação por celular, ou através de questionários enviados por e-mail ou por redes sociais, quando não era possível realizar a entrevista por telefone, ou por aplicativos. Para esclarecer como os métodos foram utilizados, segue abaixo a descrição de cada um dos procedimentos utilizados.

1. Entrevistas: Realizadas a partir de um guião base com perguntas semelhantes para cada setor, que ajudavam a responder as perguntas da tese, porém foram executadas como uma conversa informal, e representavam as principais formas de esclarecer quaisquer informações.

2. Questionários: Muito similares às entrevistas. Foram desenvolvidos através do guião base, porém tiveram que ser mais detalhadas e com mais perguntas, a fim de evitar possíveis dúvidas que poderiam surgir no preenchimento dos questionários pelos atores envolvidos, principalmente com os atores do Brasil, por conta da distância e dificuldade horária.

3. Análise bibliográfica: Busca de outras referências, pesquisas e estudos, sobre os momentos históricos, sociais e políticos, a fim de perceber a influência destes na formação dos grupos e projetos. Retirados de livros pertencentes a autora ou nas bibliotecas da cidade de Lisboa, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

4. Pesquisa documental: Pesquisa em arquivos oficiais e legislação, documentos que possam interferir no entendimento dos projetos e dos movimentos nos espaços urbanos. Os documentos foram todos encontrados via internet, principalmente nos sites institucionais.

5. Pesquisa em publicações: Busca de publicações via redes sociais e meios virtuais sobre o grupo, projetos e comentários das pessoas que possam acrescentar nos conhecimentos sobre os elementos estudados. Recolhidas via redes sociais (*Facebook e Instagram*) e por sites de busca como o *Google*.

6. Fotos: Elemento necessário, especialmente em relação as atividades efetuadas pelos grupos e projetos, como comparativo e comprovação das ações, e, das formas de atuação dos grupos. Recolhidas pelas redes sociais dos grupos estudantis, associações, universidade, ou *google imagens*.

7. Cartografia: Elemento de apoio às fotos e publicações como forma de mostrar localização, estudos e mudanças realizadas através dos grupos e seus projetos. Retirados do *Google Maps*, redes sociais ou publicações geradas pelos grupos.

8. Tabelações: Forma gráfica de identificar características qualitativas dos grupos, diferenciando as formas de atuação. Desenvolvidas pela autora, via *Excel*, baseada nas entrevistas realizadas com os movimentos, atores e a partir da análise dos documentos, fotos, mapas e publicações encontradas.

A definição destas metodologias busca equacionar as maiores dúvidas possíveis sobre a atuação destes movimentos, seus processos, diferenciais e colaboração para as transformações urbano-sociais. Na análise crítica, a partir dos estudos de caso, foi desenvolvida uma tabela (“Relação entre grupos originados ou pertencentes à Universidade, e a sua resposta à sociedade”) que mostra a diferença de atuação entre movimentos estudantis, os grupos de investigação e escritórios de ex-alunos, como uma forma generalista do mostrar diferentes formas de atuação na cidade, de grupos originários da Universidade. Como forma compilar as principais características dos movimentos estudados e as diferenças ou semelhanças nas suas formas de atuação foi desenvolvida uma tabela (“Caracterização dos dois movimentos dos estudos de caso: *Locals Approach* e *Curiar*”) apresentando os dois grupos. Esta última tabela é baseada nas entrevistas, questionários e pesquisas, e surge como apoio a conclusão analítica desenvolvida sobre os grupos. Com esses procedimentos metodológicos mesclados busca-se compreender por diversos ângulos, a forma de atuação dos coletivos/movimentos urbanos, suas diferenças e semelhanças, a influência das questões políticas, sociais e históricas de cada país, e do mundo, que interferem nesses coletivos.

### **3.2. ESTUDO DE CASO 1**

O entendimento de cada um dos estudos de caso que serão analisados implica em uma contextualização dos territórios urbanos que envolvem os dois grupos. As questões sociais, histórica, econômicas e governamentais são a base, e ao mesmo tempo, as influências diretas na atuação dos movimentos urbanos estudados. Os desafios, estruturas, transformações

recentes e em desenvolvimento compõe o plano real em que esses movimentos atuarão, e a implicação nas suas dificuldades e facilidades. Sendo Lisboa, em Portugal e Salvador, no Brasil duas cidades de realidades e desenvolvimentos muito diferentes, e inseridos em realidades econômicas, governamentais e sociais também muito diferentes, é importante descrever essas realidades para facilitar a diferenciação e a abordagem de cada uma das formas escolhidas pelos movimentos de atuação na cidade e as transformações possíveis que cada grupo consegue realizar.

### 3.2.1. LISBOA

Lisboa é a capital de Portugal, possui uma área de 100km<sup>2</sup>, e é a cidade mais populosa com cerca de 505 mil habitantes (Pordata, 2017). Lisboa tem uma Área Metropolitana muito importante na composição das suas dinâmicas urbanas, formada em 1991. Inclui 18 municípios (Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira) que circundam a cidade, e apresenta uma movimentação pendular<sup>19</sup> de cerca de 70%<sup>20</sup> de pessoas. A Região Metropolitana de Lisboa possui cerca de 2.827.514 habitantes, segundo o Pordata em 2017, e uma área de 3 015 km<sup>2</sup>.

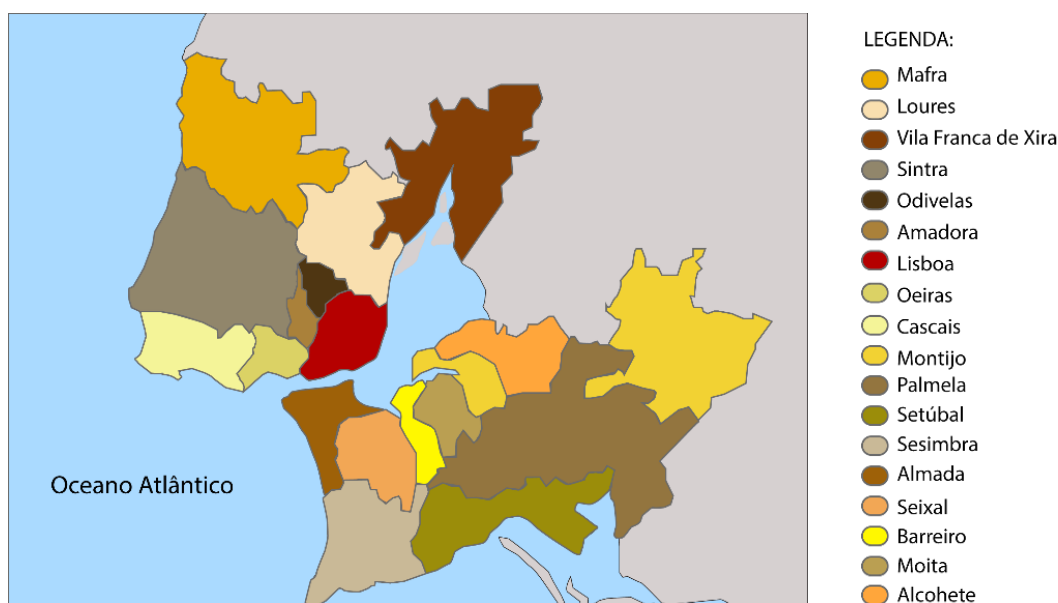


Figura 7 - Área Metropolitana de Lisboa. Desenvolvido pela autora baseado no mapa existente no site da Área Metropolitana de Lisboa em setembro de 2018.

<sup>19</sup>Movimentação pendular: é um movimento populacional diário de uma cidade onde se reside para uma cidade onde se trabalha ou estuda em tempo integral.

<sup>20</sup> Porcentagem retirada do documento “Economia de Lisboa em números, 2016, da Câmara de Lisboa

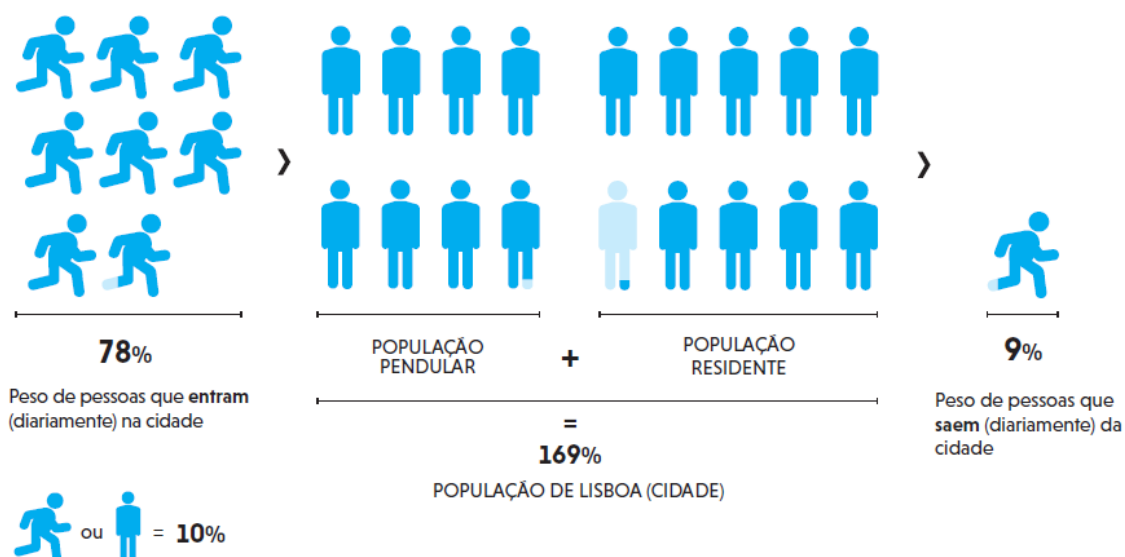


Figura 9 - Movimento pendular entre Lisboa e sua Região Metropolitana. Retirado de "Economia de Lisboa em números, 2016". Câmara Municipal de Lisboa.

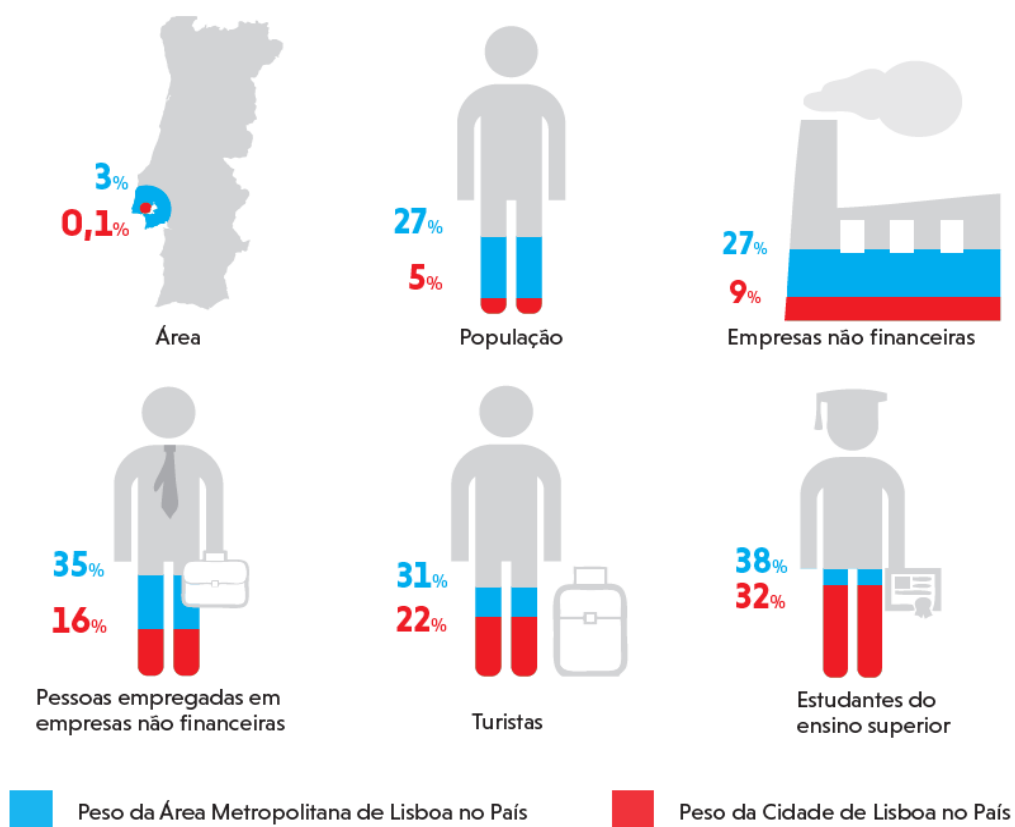


Figura 8 - Relação entre a cidade de Lisboa e a sua Região Metropolitana para o país. Retirado de "Economia de Lisboa em números, 2016". Câmara Municipal de Lisboa.

A Região Metropolitana de Lisboa é a mais rica do país, tendo um PIB per capita de 23.614 milhares de euros em 2016, segundo o Pordata 2011. Os setores que mais empregam

na RML são os de comércio, transportes, armazenagem, alojamentos e restauração<sup>21</sup>. Em relação ao país, a RML é a que mais emprega em atividades de informação e comunicação<sup>23</sup>. Lisboa é a cidade que mais emprega em toda a RM, com o polo econômico diversificado, apesar de predominar o setor terciário, segundo Censo de 2011 do INE, que, aliada as instituições de ensino, atraem uma enorme quantidade de pessoas, justificando o grande movimento pendular que se verifica. Segundo Pimenta (2013) existem desequilíbrios significativos entre algumas especialidades na cidade, com o desenvolvimento muito forte de uns e subdesenvolvimento de outros, como por exemplo a relação entre cultura e turismo.

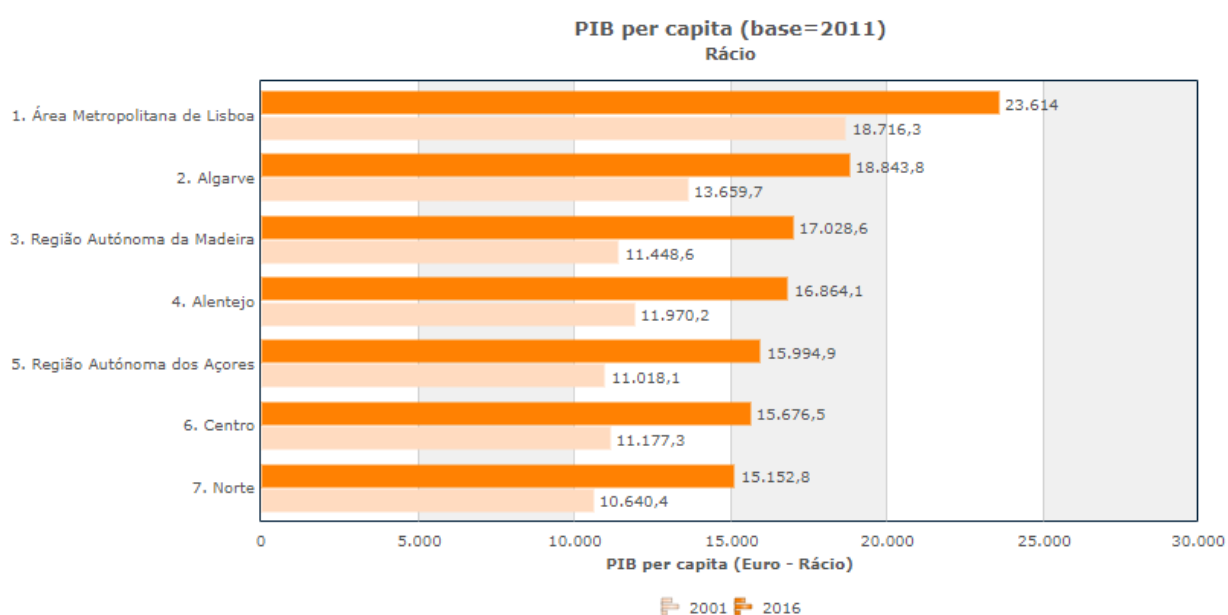


Figura 10 - PIB per capita das regiões do país, destacando a Área Metropolitana de Lisboa. Retirado do site do Pordata em 14-09.

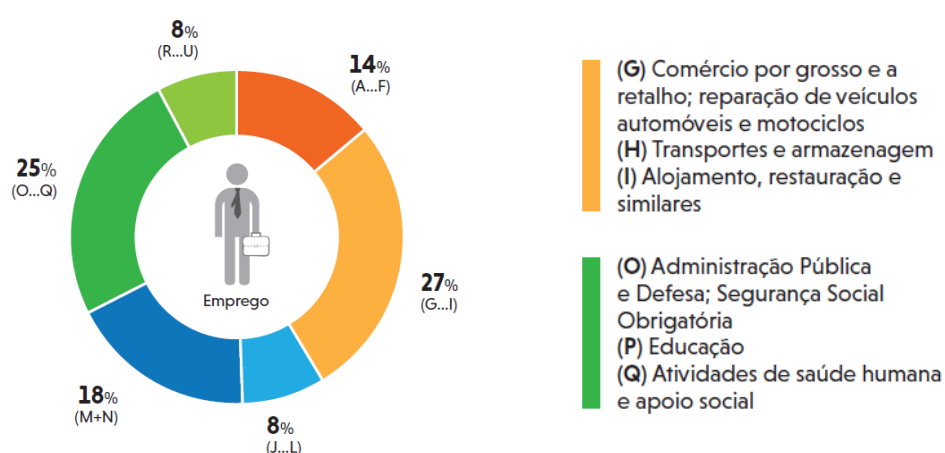


Figura 11 - Perfil da atividade econômica na Área Metropolitana de Lisboa. Retirado de "Economia de Lisboa em números, 2016". Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>21</sup> Informação retirada do documento "Economia de Lisboa em números, 2016, da Câmara de Lisboa

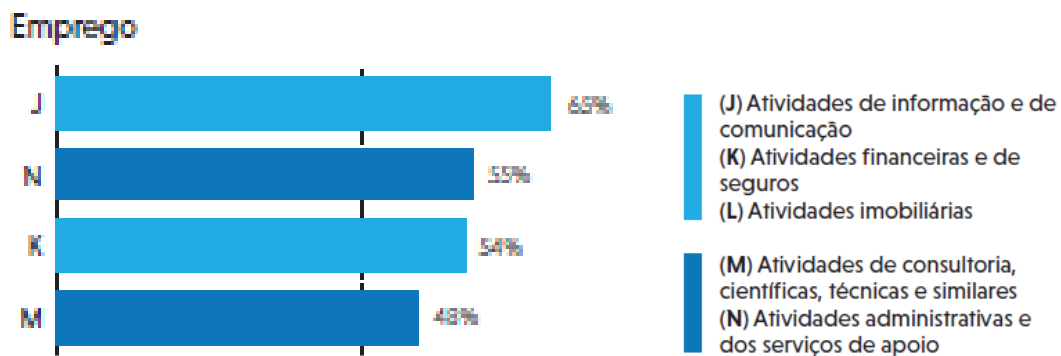


Figura 12 - Gráfico sobre o peso da AML no país por setor de atividade. Retirado de “Economia de Lisboa em números, 2016”. Câmara Municipal de Lisboa.

Em termos urbanos, Lisboa apresenta uma malha de transportes públicos variada e interligada, apesar de ser administrada por órgãos diferentes. O metro é administrado pelo governo central através da “Metro Lisboa”. A Carris, empresa pública municipal é responsável por todos os transportes de superfície de Lisboa, que inclui os autocarros, elétricos, elevadores, ascensores e funiculares. Os Comboios Urbanos são administrados pela Comboios de Portugal, CP, que é uma entidade pública empresarial, 100% do Estado, que controla também os comboios entre cidades, inclusive na Região Metropolitana de Lisboa e pela Fertagus. Além disso, recentemente a Câmara de Lisboa, através da EMEL (Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa), começou a instalar um sistema de bicicletas compartilhadas por toda a cidade, e ciclovias em alguns trechos, agregando uma mobilidade menos poluente e mais saudável.

Como forma de ligação entre Lisboa e sua Área Metropolitana, além dos Comboios, temos os barcos, administrados pela Transtejo e Soflusa, que presta um serviço público integrado a rede de transportes de Lisboa, e alguns autocarros, que tem administração diferente da Carris. A multiplicidade de atores que administram a rede de transportes da cidade e região metropolitana, em alguns casos, atrapalha planos e planejamentos que visam uma maior integração entre os transportes públicos, aumentando o nível de burocratização e dificultando a relação direta entre a população e os poderes locais.

Segundo dados de 2004, o IDH de Lisboa é de 0,931, considerado “Índice de Desenvolvimento Humano Muito Alto”. Segundo dados do INE de 2011, 96% da Área Metropolitana de Lisboa é urbana. A sua malha urbana é diferente em diversos pontos da cidade, sendo abrangendo, basicamente, por dois tipos: a malha ortogonal e a irregular.



Figura 13 - Recorte da cidade de Lisboa, mostrando o contraste da malha urbana. Retirado de Lisboa Interactiva. Setembro de 2018 <http://lxi2.cm-lisboa.pt/lxi/>

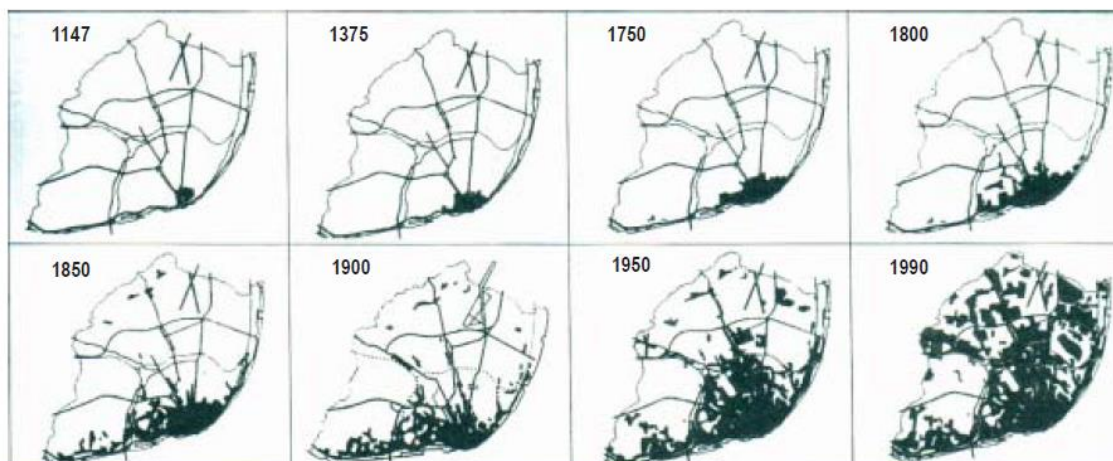


Figura 14 - Desenvolvimento de Lisboa durante os anos. Retirado de Salgueiro, T. Barata. Desenvolvimento urbano de Lisboa, 2002, Lisboa.

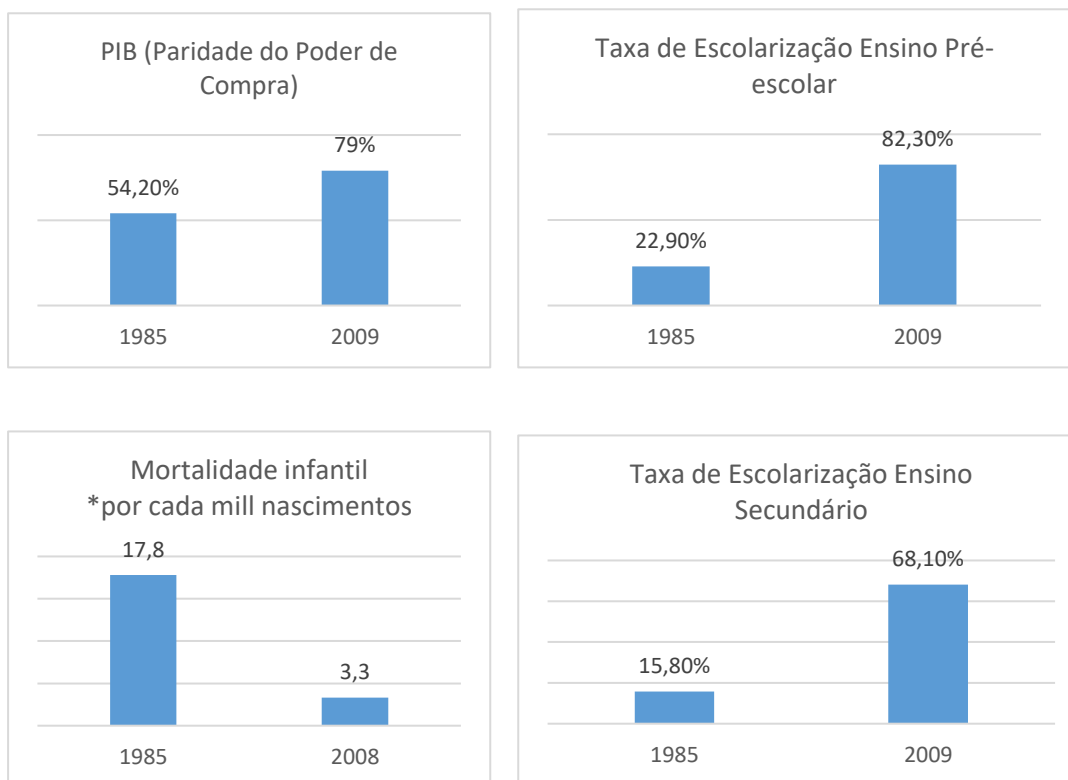
No século X Lisboa já era um centro administrativo e comercial muito forte, realizando trocas de produtos com o Mediterrâneo Árabe. Nesta época a cidade foi sendo construída com mesquitas, castelos no ponto mais alto da cidade, palácios e bairros com ruas estreitas e irregulares, e muitas hortas e pomares entre as casas, características que podem ser vistas até hoje em um dos bairros resultantes desta época, Alfama. O rio Tejo tinha uma importância estratégica, tanto para o comércio, com a chegada e escoamento da produção, quanto para a agricultura, que acontecia ao redor da cidade, como fonte de irrigação. Com essa importância,

já como país Portugal, Lisboa se tornou a capital política e econômica abrigando a Corte, os Arquivos e a Tesouraria

Com a nova aristocracia formada pelos mercadores de Lisboa, o centro principal passa a ser na própria cidade. Com a colonização das terras da América do Sul e da África, Lisboa fica com a comercialização quase que exclusiva de certos produtos, virando um mercado de luxo e muito importante para a Europa, além da robustez econômica com a descoberta do ouro no Brasil. Após o terremoto e tsunami de 1755, Lisboa teve que ser em grande parte reconstruída. O plano de reconstrução foi pensando pelo Marquês de Pombal, e recriava ruas e praças permitindo pontos de fuga e concentração de pessoas, caso houvesse outro terremoto, alterando completamente a morfologia da cidade.

O século XIX foi marcado por dificuldades econômicas e sociais devidos as más gestões. Em 1926 o país entrou em uma Ditadura que durou 50 anos, finalizada em 1974, com a “Revolução dos Cravos” e a independência das colônias Africanas. Em 1986 Portugal foi inserido na União Europeia, o que transformou radicalmente a economia, o desenvolvimento social e urbano das cidades, além de enraizar a democracia em um país que recentemente tinha passado por uma ditadura. Isto porque, na U.E. há um investimento nos países membros para desenvolvimento de fatores sociais e econômicos, financiados pelos fundos europeus.

No primeiro momento, Portugal não tinha o mesmo nível de desenvolvimento dos outros países pertencentes à União Europeia, e por isso houve um período de adaptação financiado por fundos estruturantes europeus, com um intuito de gerar mais desenvolvimento e modernização. Em troca havia algumas exigências em termos econômicos, legislativos e fiscais. A União Europeia, já naquela época, possuía uma série de ferramentas, programas e fundos que permitiram a Portugal, como aos outros países membros, o fortalecimento das relações exteriores, melhora na qualidade de vida - com destaque para a educação e saúde, avanços tecnológicos e fortalecimento das empresas, porém com algumas implicações nos setores da agricultura e indústria.



*Figura 15a, 15b, 15c e 15d - Dados antes e depois da União Europeia. Desenvolvido pela autora com dados retirados do Centro de Informação Europeia Jacques Delors. Setembro 2018*

Atualmente, a União Europeia tem investido mais em programas voltados para à requalificação das cidades, entendendo estas como componentes importantes na economia, alterações climáticas, emprego, dentre outras questões. São exemplos o URBACT, que promove o networking entre as cidades com o foco na troca de experiências e o JESSICA (Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas), que é um Fundo de Participações com o objetivo de investir nos Fundos de Desenvolvimento Urbano, chegando a financiar projetos de reabilitação urbana. Englobando esses programas, e dentro de um cenário maior, está a Estratégia Europa 2020 que estimula o crescimento sustentável e inteligente, onde cada cidade é responsável por desenvolver e cumprir suas metas. Esse apoio da União Europeia não somente é importante do ponto de vista financeiro, mas também no momento que promove relações entre cidades, com o intuito de gerar troca de conhecimentos, proporcionando um debate constante sobre os territórios.

No município de Lisboa a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia (em Lisboa existem 24 Freguesias) dividem algumas funções sendo, a Junta de Freguesia, a entidade com a intenção de se fazer mais próxima do cidadão. Tem funções relacionadas a limpeza pública, pintura, colocação de pilotis, no qual, segundo entrevista realizada como Presidente da Junta

de Freguesia da Ajuda, a sinalização pelo cidadão é essencial. A sociedade civil, dentro deste processo, tem o papel de cobrar aos devidos as melhoras e projetos que são prometidos.

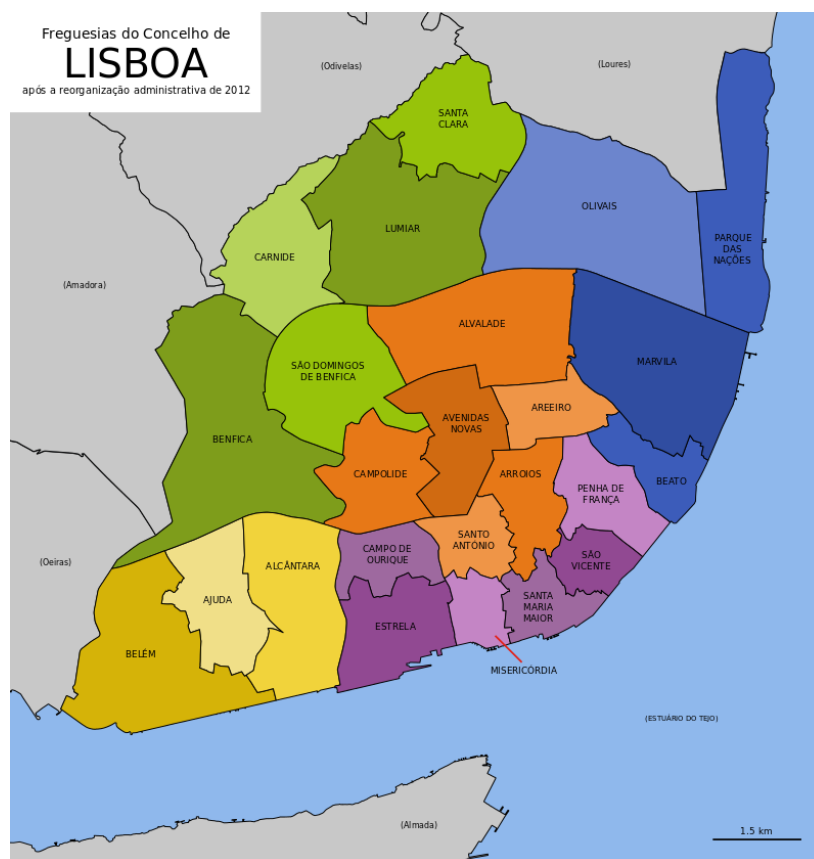


Figura 16 – Mapa das freguesias de Lisboa. Retirada de Wikipedia.[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_freguesias\\_de\\_Lisboa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_freguesias_de_Lisboa). Setembro 2018

Porém, as cidades portuguesas, apresentam algumas dificuldades de desenvolvimento de políticas mais efetivas por conta da sua estrutura governamental. Segundo Seixas (2013), no caso específico de Lisboa, existem problemáticas que contribuem para as dificuldades de gestão como por exemplo: a inexistência de um governo, ou instituição de base metropolitana com competência para planejamento e gestão integrada; a influência grande do governo central na cidade, detendo a tutela de elementos essencialmente urbanos como as redes de transportes metropolitanos; e as juntas de Freguesia com uma capacidade de atuação muito baixa em relação ao que poderia contribuir. Por isso, é preciso a construção “de uma administração com uma cultura mais eficiente e mais responsável perante as necessidades da cidade; e no desenvolvimento de um capital social e cultural que alicerce, justamente, uma

postura cosmopolita de consciencialização, mobilização e responsabilização. ” (Seixas,2013, p. 267)

Lisboa possui uma importância financeira, cultural, turística e comercial significativa para o país. Nos últimos anos, a Câmara tem investido muito na cidade, promovendo requalificações e reabilitações. No início de 2009, foi solicitado a um grupo de investigadores independentes que desenvolvessem uma proposta para a futura carta estratégica de Lisboa (2010 – 2024), que seria base para novas visões e abordagens da cidade. Segundo site da Câmara de Lisboa, esta carta pretende “dar resposta a um conjunto de questões com as quais a cidade de Lisboa se debate e que constituem os atuais desafios estratégicos no planeamento da Cidade, para perspectivar o futuro, planeando e concretizando aquilo que hoje, em conjunto, ambicionamos para Lisboa” (CML, 2018, acessado em setembro de 2018). De fato, a Carta Estratégica de Lisboa trouxe grandes expectativas sobre o desenvolvimento da cidade, e mesmo não sendo, de forma geral, a fórmula perfeita para planeamento e aplicação na cidade, a Carta permitiu uma série de mudanças e transformações em Lisboa.

Apoiado a partir da Carta Estratégica, do PDM e do Programa de Governo da Cidade de Lisboa de 2013 - 2017, foram desenvolvidas uma série de estratégias, nomeadamente cinco, no Programa de Governo da cidade de Lisboa de 2013 - 2017 (Lisboa Inclusiva, Lisboa mais Próxima, Lisboa Sustentável, Lisboa Empreendedora e Lisboa Global), que tinham a intenção de transformar a cidade. Dentro deste programa foram criadas ou reforçadas plataformas municipais de apoio a essas estratégias, como o “Uma praça em cada bairro”, “BIP/ZIP”, “Orçamento Participativo”, dentre outros, que tem se mostrado eficazes no planeamento e desenvolvimento dos espaços públicos, habitação, aproximação com os cidadãos, dando apoio a uma governabilidade mais próxima. Porém, nem sempre as consequências, principalmente iniciais, são positivas, levando ao esvaziamento da cidade, processos gentrificatórios e um aumento no custo de vida.

Um dos projetos que foi reforçado pela Câmara de Lisboa está dentro do Programa Local de Habitação. A estratégia BIP/ZIP, surgiu em 2011, e utilizou duas metodologias para identificar os bairros ou zonas críticas da cidade que devem ter uma intervenção prioritária. A primeira foi a inclusão dos bairros/zonas críticas já identificadas pelo PLH, como por exemplo a ACRRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística ou as AUGI’s - Área Urbana de Génese Ilegal. A segunda é baseada em pesquisas técnicas, onde foi possível desenvolver indicadores socioeconômicos, urbanísticos e ambientais dos locais da cidade, identificando os

locais que apresentam uma maior fratura sócio territorial, de acordo com os índices estabelecidos. Com o cruzamento dessas metodologias foi possível construir a Carta BIP/ZIP, distinguindo os locais com maior necessidade de intervenção, participantes do programa “Regeneração de Bairros de Intervenção Prioritária”, e entendo que a melhora da habitação também inclui a melhora do entorno da habitação, com consequências positivas também para as cidades.

Com o desenvolvimento da Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP), identificaram-se 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária. O BIP/ZIP se estrutura a partir de candidaturas. A ideia do programa é ser um instrumento de política pública municipal, que tem o intuito de criar pequenas intervenções nos locais identificados, através de parcerias e colaborações entre coletivos, associações, ONG’s, movimentos civis, Juntas de Freguesia ou qualquer tipo de grupo que tenha a intenção de trazer uma melhoria para aquela zona, “contribuindo para o reforço da coesão socio-territorial no município.” (Site do BIP/ZIP).

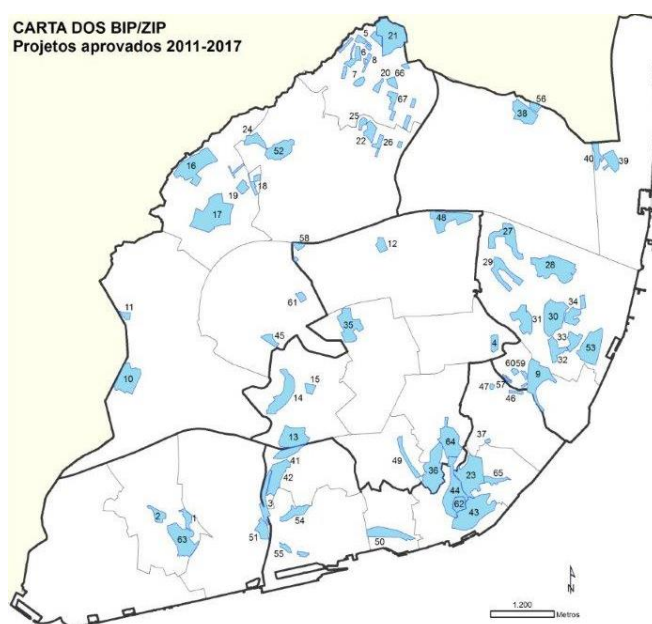


Figura 17 - Localização dos BIP/ZIP na cidade de Lisboa. Retirado do <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1289927720M5bEX9ym2Lp76UW4.pdf>. Setembro 2018.

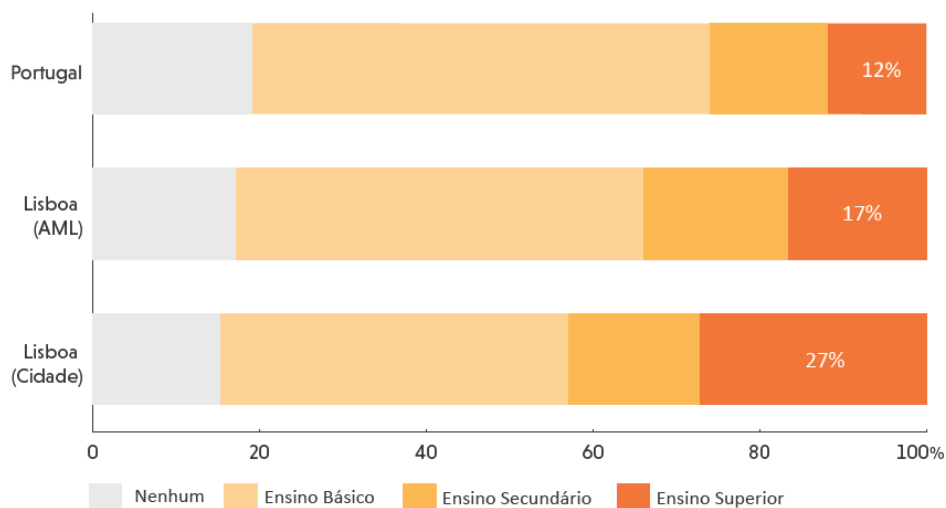
Existem cinco pontos a serem analisados nas candidaturas. São eles: a Participação (garantindo a participação de entidades parceiras, e a população na gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto), Pertinência e Complementaridade (garantindo uma resposta adaptada aos problemas apresentados na carta dos BIP/ZIP), Coesão Social e Territorial (se há

uma preocupação na coesão sócio territorial no projeto proposto), Sustentabilidade (se a proposta garante a sustentabilidade do projeto, evitando dependências futuras) e Inovação (se há inovação na forma e no conteúdo apresentado). Além disso, existem temáticas a serem sugeridas pelo programa que tem relação com os diagnósticos territoriais feitos. São eles: Melhorar a Vida no Bairro, Competências e Empreendedorismo, Reabilitação e Requalificação de Espaços, Inclusão e Prevenção e Promoção da Cidadania. A partir disso, a ideia é que os projetos sejam elaborados pelas comunidades, suas associações, parceiros e para a comunidade, com o objetivo de gerar “com consequências diretas em termos de empregabilidade, formação, atuação, nos domínios da saúde, educação, junto dos idosos, jovens desempregados, ou de grupos vulneráveis.” (Site do BIP/ZIP).

É com o apoio de projetos como o BIP/ZIP que alguns grupos atuantes na cidade conseguem financiar suas propostas, junto com a comunidade. Esses e outros programas da Câmara de Lisboa tem ajudado a construir uma cidade mais colaborativa, apesar de conter falhas a serem melhoradas. A possibilidade de construir espaços junto com a Câmara através de parcerias e projetos fomenta o trabalho de grupos e intercâmbio de conhecimentos entre os diversos órgãos e instituições, como os coletivos/movimentos urbanos, a Universidade, as Juntas de Freguesia, dentre outros, que impulsionados por uma dinâmica mundial de colaboração social e urbana, conseguem estruturar uma transformação, e entender a importância de lutar pelos direitos, inclusive o direito à cidade. É o caso do nosso grupo escolhido para estudo de caso: O Locals Approach.

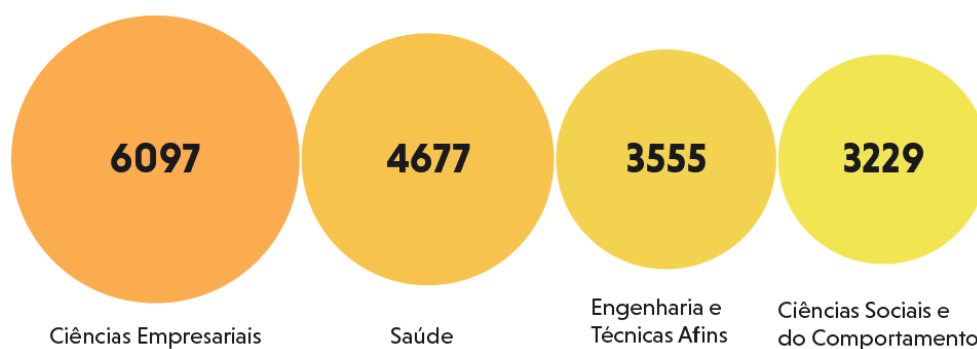
### **3.2.2. UNIVERSIDADE PORTUGUESA**

Em Lisboa, segundo dados do Documento Lisboa em Número de 2016, ¼ da população residente na cidade tem nível superior. Em 2016 mais de 32mil pessoas obtiveram o seu diploma de ensino superior, com destaque para as áreas de Ciências Empresarias, da Saúde, das Engenharias e das Ciências Sociais e do Comportamento, quem detém mais de 50% desses diplomados. A cidade também atrai uma quantidade muito grande de estudantes internacionais, sendo em 2016 mais de 15mil estudantes, em sua grande maioria brasileiros. Em relação ao país, Lisboa detém a maior quantidade de diplomas, com 27% da população com ensino superior, diferente do país, que de modo geral que só detém 12%.



Fonte: Equipa de projeto DMEI/DEP a partir de dados dos Censos, Ano: 2011

Figura 18 – Gráficos de qualificação académica da população residente. Retirado do Documento *Economia de Lisboa em números, 2016. Setembro de 2018.*



Fonte: INE, I.P., Anuário Estatístico Ed. 2014, Ano: 2013/2014

Figura 19 - Principais áreas de estudo dos diplomados do ensino superior na AML. Retirado de *Economia de Lisboa em números, 2016. Setembro de 2018.*

A história da criação das universidades em Portugal remete a 1288, quando Lisboa foi a cidade escolhida para abrigar a primeira universidade do país, que foi em 1537 transferida para Coimbra. Em 1911, a Universidade de Lisboa voltou a existir, congregando os cursos das faculdades já existentes na cidade, como Letras, Medicina e outros. Nesse ano foram criados os Institutos (Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior do Comércio) como forma de abrigar, no ensino superior, o ensino industrial e comercial.

Com o golpe de Estado em 1926, o ensino irá sofrer modificações nos currículos, seguindo uma tendência de maior controle ideológico, e forte desenvolvimento técnico (como por exemplo na criação da Universidade Técnica de Lisboa, em 1930). Nos anos 60, o movimento estudantil organizado já protestava contra a guerra colonial. Em 1969, influenciados pela luta estudantil que aconteceu na França em 1968, houve uma grande

revolta dos estudantes portugueses contra o governo, o que levou ao encerramento das associações académicas e prisão de alguns dos seus membros.

Em 1971, surge o Projecto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior, que, apesar de aprovada em 1973, não foi implementada completamente por causa da “Revolução dos Cravos” e o fim da ditadura. No entanto, esse projeto introduzia, mesmo que minimamente, conceitos de democratização, ainda no período do Estado Novo. Em 1973 a Universidade do Minho, de Évora e de Braga surgem com uma forte tendência tecnológica. Segundo Torgal (2015), a Universidade Nova de Lisboa, surge como um projeto piloto de investigação e ensino. Após esse período, a primeira alteração significativa foi a mudança curricular, onde se buscou um viés mais político dentro da universidade, voltado para às ciências sociais.

Nos anos 80 e 90 começam a surgir cursos técnicos-profissionais com o intuito de oferecer mais empregos aos jovens, instituições que pouco existiam em Portugal antes dessa década. Além disso, o ensino universitário passa a ter valores mais economicistas, e surgem além do bacharel, também o licenciado e mestre. De acordo com Torgal (2015), a ideia de implementação da “Universidade Empresa”, ou seja, de um ensino mais voltado para o empresarial, começa a ser implementando também nesta época sendo confirmada em 2007, com o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES). Foi nessa época que surgiram Universidades e Institutos Particulares.

A investigação científica também foi sendo alterado com o intuito de se adaptar ao processo mundial, se afastando, também, da ideia da Universidade Polítca. O foco mais uma vez volta as ciências exatas, naturais ou tecnológicas. Como apoio surge a Fundação para Ciência e Tecnologia, FCT, 1997, ao mesmo tempo que politicamente cria-se um Ministério da Ciência e Tecnologia separado do Ministério da Educação. A reestruturação abarcou ainda a avaliação das unidades de investigação, com o apoio de estrangeiros, que no futuro iria gerar uma redução das unidades, muito mais por falta de investimento, e menos por reprovação nas avaliações. (Torgal, 2015)

Atualmente, as universidades portuguesas estão inseridas na lógica do ensino superior da União Europeia, onde em 1999, assinaram, o Tratado de Bolonha. Este tratado estabeleceu um Espaço Europeu de Ensino Superior, com o intuito de promover reformas e unificar o sistema de ensino, facilitando a empregabilidade e a competitividade dos países europeus entre si e no mundo, além de facilitar a mobilidade entre os estudantes, professores e

investigadores europeus e unificar o sistema de diplomas. A principal mudança foi a criação de 3 ciclos de ensino (a licenciatura, o mestrado e o doutoramento) mais curtos e flexíveis, além da implementação do sistema de créditos. Na prática, isso significa que a duração dos cursos, de forma geral, irá diminuir para 3 anos, em vez de 4 ou 5 anos, e a inscrição nos mestrados poderiam ser por um processo direto de continuação de ciclos.

Em 2013 a Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa se fundiram formando a atual Universidade de Lisboa, se tornando a maior universidade de Portugal, que abriga 18 unidades denominadas escolas, institutos ou faculdades, incluindo diferentes áreas do saber como licenciaturas, mestrados e doutorados. Atualmente possui 106 centros de investigação e 26 laboratórios. A principal agência pública nacional de apoio à pesquisa é a FCT. Além disso, existem alguns programas privados como da Fundação Calouste Gulbenkian e programas a partir de fundos da União Europeia.

A Faculdade de Arquitectura de Lisboa foi criada em 1979, integrada a Universidade Técnica de Lisboa. Antes, existia apenas como disciplina na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Atualmente a Faculdade de Arquitectura apresenta cinco cursos: Arquitectura, arquitetura de interiores, Urbanismo, Design e Design de Moda. Está situada no campus universitário da Ajuda, na Freguesia da Ajuda. Apresenta um Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) que foi fundado em 2006, que engloba professores, investigadores e estudantes.

O Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) abriga pesquisas nas áreas de Arquitectura, Design, Urbanismo e Ergonomia, sendo o principal apoiador a FCT. Na área de Urbanismo possui quatro linhas de pesquisa (Desenvolvimento Regional/ Metropolis/ Paisagem, Qualidade Ambiente Urbano/ Desenvolvimento Sustentável e Planeamento/ Governança/ Coesão Territorial). Além disso, o CIAUD abriga projetos, pesquisas, laboratórios e grupos de estudo.

**Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design – CIAUD/FA ULisboa, 2013**  
 Posicionamento dos investigadores em Linhas de Investigação

NÚCLEOS	ARQUITETURA						URBANISMO				DESIGN			ERGONOMIA			
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	
LINHAS PRINCIPAIS	Arquitetura da Cidade e do lugar	Arquitetura	Tecnologias / Sist. construtivos	Arq. Efêmeras / Cenografia / Interiores	Conservação / Reabilitação Património	Representação e Conceção	Morfologia / Projeto Urbano	Desenvolv. Regional / Metropolis / Paisagem	Qualidade Amb. Urbano/ Desenvolv. Sustentável	Planeamento / Governança / Coesão Territorial	Design Produto	Design Comunicaç	Design Moda	Otimização da Interação Humana	Segurança e Saúde no Trabalho	Análise da Capacidade de Trabalho e seus Determinantes	
LINHAS TRANSVERSAIS																	
1 Investigação no Projeto	A1																
2 Desenho	A2								J2								
3 História e Teoria																	
4 Sustentabilidade		B4			E4			I4									
5 Estudos Lusófonos																	
6 Cor e Luz												L6					
7 Ergonomia/Acess/ Inclusividade							H7										
8 Saúde	A8																
9 Computação											K9			N9			
10 (s/ especificação)												L10					

Figura 20 – Tabela com o cruzamento de informações sobre as linhas de pesquisa existentes no CIAUD e as linhas transversais de estudo. Retirado do site do CIAUD <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/index.php/pt/nucleos-2/linhas-invest-transver>. Setembro de 2018

Segundo o site da própria Faculdade de Arquitectura, uma das apostas da Faculdade é “em formar profissionais capazes de trabalhar com a sociedade portuguesa, contribuindo para aumentar o seu potencial de inovação, competitividade e exportação. Por este motivo, favorece-se o desenvolvimento de projetos finais e de dissertações científicas em colaboração com entidades públicas e privadas, fomentando o empreendedorismo e criando oportunidades futuras para os alunos. ”. No entanto, as iniciativas estudantis ativas são compostas pela Tuna Académica, e a Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa - AEFA-UL, uma associação estudantil que promove atividades de apoio ao aluno, de desporto, cultura e social, buscando, também a defesa dos interesses dos alunos.



Figura 21a e 22b - Cartazes de eventos realizados pela AEFA. Retirado do site <http://aefa.pt/pt/organizacao/noticias-informacoes/91-assembleia-geral-pt/176-aga20180322>. Setembro de 2018.

Como exemplo de dois programas da Universidade de Lisboa criados para serem um vínculo entre a Universidade e a Sociedade temos a “Incubadora” e o Gabinete de Transferência do Conhecimento (GETCPI). Durante um tempo a Faculdade de Arquitectura de Lisboa abrigou a “Incubadora”, que, segundo entrevistas, era o projeto que mais conseguia aproximar a Universidade de comunidades, porém está atualmente desativado. A “Incubadora” tem o intuito de ser responsável “pela gestão do sistema de incubação e aceleração de empresas, e pela promoção da transferência de conhecimento entre a Universidade e a Sociedade.”. Já o Gabinete de Transferência do Conhecimento (GETCPI), tem o objetivo de “apoiar o Conselho de Gestão na ligação da FA à sociedade, nomeadamente através da valorização económica do conhecimento e inovação produzidos na instituição, da promoção do empreendedorismo e das relações entre a comunidade académica da FA e o meio empresarial nacional e internacional.”. Porém, esse último, tem um viés ligado diretamente ao meio empresarial.

Segundo entrevista informais realizadas com alunos e a entrevista com o professor José Crespo, não há na Faculdade de Arquitectura um programa que vincule diretamente a Universidade as comunidades do seu entorno, buscando a troca e compartilhamento de

experiências. Essa troca é realizada a partir dos grupos de pesquisa, ou de alunos que fazem estudos em áreas da cidade. Apesar da Faculdade legitimar, perante a administração pública, algumas lutas de movimentos sociais, de forma geral, quando se pretende realizar algum trabalho extraclasse, é a Faculdade que vai atrás dos grupos, bairros e das comunidades para realização das atividades, e não o contrário.

Todo ano as Faculdades da Universidade de Lisboa desenvolvem um Plano de Actividades com os objetivos, metas e ações de implementação para o ano em questão. O Plano de Atividades de 2017 da Faculdade de Arquitetura de Lisboa está baseada em ações relacionadas a: “Organização e Carreiras, Potenciação do Ensino, Investigação, Modernização Administrativa, Relações culturais e exteriores, Relação com as associações profissionais, Atividades culturais, Envolvimento, Espaço, Infraestruturas e Equipamento; e Revitalização da sustentabilidade”, não existindo nenhum item referente a melhora da relação entre a Universidade e a sociedade, com algum projeto ou atividade, exceto em relação a Congressos, Seminários e Conferências, publicações de livros e artigos, ou os alunos em mobilidade e ex alunos. O fato deste tipo de atividade não ser citada no Plano de Actividades reflete a falta de interesse da Faculdade em levantar esse tipo de questão no ambiente acadêmico.

Segundo entrevistas realizadas, a forma como as matérias e a Faculdade, em si, estão organizadas dificulta a liberdade dos alunos em trabalhar em outros projetos. Aliado a isso o ensino prestado é muito relacionado a lógicas de arquitetura, não favorecendo uma crítica, ou um novo olhar em relação a cidade. Como a faculdade não oferece esse viés mais social para os alunos, fica mais difícil ainda surgir dos próprios alunos o desenvolvimento de atividades que instiguem o papel social da Faculdade, na troca de experiência e compartilhamento de ideias. Porém, formalmente não há nenhum tipo de resistência para a criação de grupos estudantis extracurriculares.

Os grupos que atuam de forma extracurricular não têm ligação nenhuma com a universidade e fazem um trabalho mais assistencialista, principalmente grupos católicos. Quando há algum apoio da Faculdade a esses tipos de ação, geralmente, é vinculado ao desenvolvimento de diagnósticos, análises ou entrevistas nos espaços mais críticos para selecionar quais casos são mais urgentes para serem atendido. Ainda segundo entrevista realizada com Crespo, a Universidade não deve substituir as funções da Câmara, mas sim colaborar no desenvolvimento de processos, mecanismos, metodologias, criando uma consistência nas atividades e nos processos de trabalho.

A Faculdade, atualmente cumpre muito pouco esse papel, porque ainda há essa ideia de que chamar a Faculdade para realizar alguma atividade, significa dizer, que eles não o sabem fazer, o que é um grande equívoco. Quando acontece algum protocolo, está relacionado diretamente à realização de encontros, palestras, seminários e projetos. São nesses e em outros momentos como workshops, disciplinas, congressos e palestras, que os estudantes conseguem se envolver nessas questões. Os grupos universitários poderiam surgir, nesse contexto, como um complemento ao que é feito no trabalho formal, como a Câmara, por exemplo. O programa “BIP/ZIP” ou o “Orçamento Participativo” é uma grande oportunidade para grupos de estudantes, complementarem a ação do Estado.

### **3.2.3. LOCALS APPROACH**

O Locals Approach surgiu em finais de 2011. Naquela época cinco estudantes (alguns dos atuais membros, junto com outros estudantes) formavam um grupo chamado U:ICLC - Informal Collectives for Living Cities. A ideia do U:ICLC surgiu de uma necessidade particular dos estudantes de quererem fazer algo na cidade, atuar de alguma forma. Segundo entrevista com Gonçalo Folgado, presidente do Locals Approach, eles estavam cansados de fazer projetos dentro da universidade, que depois não serviam de nada. Como já frequentavam o bairro vizinho da Universidade, o Bairro 2 de Maio, resolveram conversar com as pessoas daquele território para entender o que poderia ser feito.

Após os primeiros contatos informais o grupo foi pedir apoio a uma das professoras da Faculdade, e a primeira ligação entre a Faculdade e o Bairro 2 de Maio foi criada. No entanto, a ideia do grupo U:ICLC era não ter um vínculo direto com a grade curricular ou matéria da Faculdade, nem houve por parte de nenhum integrante da época desenvolvimento de um trabalho acadêmico relacionado ao Bairro. Isto porque o grupo fazia questão que o projeto fosse independente de qualquer objetivo ou agenda da Faculdade, podendo se desenvolver a partir do que fosse possível e conversado com os moradores, e não do que uma disciplina exigia. Como era o primeiro trabalho a ser desenvolvido pelo grupo, podiam ter um mínimo de controle sobre o processo, entendendo as etapas, erros e acertos. Naquele momento era importante que o tempo de trabalho fosse definido pelo processo, e não por um semestre. Segundo Gonçalo Folgado, a ideia do grupo era que a academia estudasse o território através deles, e não que eles, através da academia, estudassem aquele território. (FOLGADO, Gonçalo. Entrevista. Julho 2018)

O vínculo criado entre a professora Isabel Raposo, junto com o grupo de investigação no qual fazia parte, o GESTUAL (Grupo de Estudos Socio-Territoriais e Urbanos e de Acção Local), o U:ICLC e o Bairro 2 de Maio gerou o primeiro grande relatório urbanístico sobre o bairro, que de acordo com Gonçalo, deu mais amplitude de conhecimento sobre o território, e auxiliou na criação de mais ferramentas que melhorassem os próximos trabalhos que poderiam vir a acontecer. Segundo Gonçalo, na criação do Relatório Urbanístico, a troca de experiência entre os envolvidos foi muito boa, porque a Faculdade deu um lastro de conhecimento que o grupo não tinha, e o grupo possibilitou uma ligação direta com o território vizinho, uma ponte que precisava existir mais entre a realidade circundante e a Faculdade de Arquitectura: “Foi um momento muito marcante no ensino da arquitetura e do urbanismo, porque de repente passa-se a ter contato com o contexto, que não é o normal, com metodologias que não são as mais ou correntes e com resultados que também são novos a níveis de produção acadêmica e científica” (FOLGADO, Gonçalo. Entrevista. Julho 2018)

Além do grupo de investigação, GESTUAL, que virou um parceiro, não houve, segundo Gonçalo, nenhum tipo de resistência por parte da Universidade para criação e ação do grupo, muito pelo contrário, a Faculdade sempre disponibilizou todas as ferramentas necessárias e possíveis, também porque percebeu que era uma forma diferente de estudar e fazer urbanismo, e que, de certa forma, era uma maneira diferente dos estudantes exercerem o que era ensinado em sala de aula. Além dos cinco integrantes permanentes, houveram também muitos alunos voluntários, e que participaram de algumas ações no Bairro. Porém, atualmente a Faculdade não apresenta nenhum grupo com o viés parecido do que foi desenvolvido pelo U:ICLC, somente com alunos que fazem intervenções soltas, ou envolvidos em trabalhos acadêmicos como mestrados ou doutorados, em muitos casos, estudando este tipo de abordagem.

Em conversas com alguns alunos da Faculdade de Arquitectura, uma das razões da falta de motivação para participar de atividades extras, é por não haver um retorno em termos de crédito, e de a Universidade exigir demais em cada uma das matérias obrigatórias, deixando pouco tempo para organizar outras atividades. Por isso, sabendo que irão existir atividades extraclasse, como workshops, cursos, congressos e palestras, organizados pelos professores, com créditos e tempo de duração determinados, preferem se envolver nesses tipos de atividade, a ter que, eles próprios, criarem um grupo.

Com a composição do projeto “ 2 de Maio todos os dias” veio a necessidade de afinação de algumas questões relativas a forma de trabalho, como os instrumentos, processos, estratégias e metodologias que eles queriam utilizar. Essa afinação precisou de um tempo de maturação que, segundo Gonçalo, foi importante, para desenvolvimento das outras atividades no bairro, e nos trabalhos futuros do grupo. Foi a partir disso, que eles perceberam que era preciso dar um novo passo, já que estavam assumindo responsabilidades que não representavam a figura legal deles.

O U:ICLC virou Locals Approach, depois que eles já tinham saído da Universidade em 2015. O Locals Approach se oficializou como uma ONG, que tem como foco de trabalho a promoção de trabalhos de Desenvolvimento Local assente em Projetos Participativos. Segundo o site, é um grupo multidisciplinar que “pretende fomentar o desenvolvimento territorial, ambiental, paisagístico, cultural e socioeconómico sustentável – através da concretização de ideias de base local para a qualificação, dinamização e valorização das pessoas e do território nas suas múltiplas dimensões e escalas. ” (Locals Approach. Setembro 2018).

Ainda segundo o site, está baseada em três pilares de intervenção que são:

1. “Transformação (Regeneração) - Pensar global numa visão de desenvolvimento sustentável do meio natural, da sociedade e do indivíduo, é o fundamento para a acção local, que visa minimizar problemas e melhorar os contextos na macro ou microescala. ”
2. “Conhecimento (informação) - É com base numa aprendizagem recíproca que se pretende capacitar pessoas, qualificar territórios e enriquecer processos. Conhecer práticas locais e trocar experiências em rede com outros grupos nacionais e internacionais, debater ideias, monitorizar e registar iniciativas, são acções e intenções em que a partilha é o espírito comum. ”
3. “Participação (Integração) - Estabelecendo relações de proximidade, integrando e envolvendo as partes interessadas nos processos através do desenho da Participação, a associação pretende acrescentar valor, fortalecer, valorizar e dinamizar os locais e contextos em que intervém. ” (Locals Approach. Setembro 2018)

O Locals Approach já trabalhou com algumas associações, projetos ou bairros de Lisboa. O último trabalho foi o Festival “As costas da cidade” junto com as associações do

bairro da Curraleira, através de um BIP/ZIP. Os trabalhos que são realizados no Locals chegam de duas formas: Ou o grupo vai até os bairros ou locais com potencial de intervenção, ou os grupos chegam até eles, através do conhecimento de algum outro trabalho realizado. Geralmente os trabalhos são realizados entre o grupo e as associações ou parceiros, mas em alguns casos o Locals envolve pessoas externas, como em concursos de mobiliário ou de design, o que é importante para divulgar o trabalho do grupo, e mostrar a sociedade a existência de comunidades, muitas vezes deixadas de lado, ajudando a quebrar o estigma existente.

Seguindo este viés, de acordo com Gonçalo, uma das preocupações do Locals Approach é a partilha de experiências, seja através desses concursos, seja através de congressos, palestras, aulas ou parcerias com a Universidade. Para eles, essa divulgação é muito importante para ter uma visão externa ao trabalho que foi, ou está sendo realizado, trazendo novas contribuições e olhares que auxiliam no desenvolvimento de melhores resultados no futuro. Neste aspecto, o fato de terem começado os trabalhos dentro da Universidade, e ainda atualmente ter essa parceria ativa, é importante, pois há uma inquietude relacionada a pensar, problematizar e a sistematizar as ações ou estratégias, incitando a reflexão durante todo o processo, que ajuda no desenvolvimento de ferramentas de ação e de uma maior consciência das consequências, sendo a parceria com a Universidade, um dos maiores diferenciais do Locals Approach, segundo Gonçalo.

O processo de trabalho do Locals está baseado na investigação – ação, ação – investigação, com foco constante no estudo e análise do que está sendo desenvolvido, junto com a comunidade, prezando pela transparência das ações. Isto porque a maioria dos projetos participativos tem um tempo de trabalho diferente dos projetos convencionas. Isso causa a sensação de que nada está sendo feito, quando, na verdade, os processos estão sendo desenvolvidos. Por isso, a importância da transparência e comunicação constante com os atores locais, explicita Gonçalo. Outra forma de trabalho que auxilia na geração de confiança entre o grupo e os moradores, é o compartilhamento de responsabilidades com atores locais nas atividades junto à comunidade, principalmente em atividades mais internas e específicas do território. Sendo assim, como uma seleção quase natural do processo de trabalho, o Locals Approach fica mais responsável por questões externas, ligadas, muitas vezes, as Câmaras, comunicação com outros parceiros, redes sociais, dentre outros, afirma Gonçalo.

A metodologia base de trabalho adotada pelo Locals Approach, que pode ser adaptada a depender do projeto que será realizado, segundo Gonçalves, é:

1. Informar – Falar com as pessoas sobre o que se está querendo implementar no espaço, mesmo que o pedido já venha de alguma associação ou grupo local;
2. Capacitar para a decisão - Apresentar todos os documentos, estudos técnicos, opiniões, pontos positivos e negativos, inclusive inserindo informações disponibilizadas pelas próprias pessoas do bairro. A ideia desta etapa é dar todo o aparato possível para os moradores, com o intuito de possibilitar a melhor decisão possível, entre os atores envolvidos;
3. Decisão – Onde todos são chamados para decidir sobre o que acontecerá no espaço;
4. Ação – Realização, sempre junto com a comunidade, do projeto, seja do desenvolvimento da ideia, seja da construção ou transformação em si do trabalho;
5. Gestão – Em alguns casos pode vir junto com a ação, pois inclui a gestão dos ânimos, da ordem dos processos e dos problemas que possa vir acontecer no desenvolvimento do projeto;
6. Avaliação - A monitorização do que foi feito, quais são os impactos que podem acontecer a partir disso, quais os pontos positivos e negativos, o que pode ser melhorado no futuro, dentre outras questões.

Assim como outros escritórios de arquitetura e urbanismo, o Locals necessita de uma estrutura interna administrativa que auxilie na realização das atividades. Sendo assim, segundo Gonçalves, a maior diferença entre a ação de grupos como o Locals e outros escritórios de arquitetura e urbanismo, é o nível de proximidade que é atingido no território. Isso tem a ver com a abordagem e o tempo de projeto, que acontece na comunidade, buscando esse viés mais participativo. Outra diferença é o nicho de trabalho. Para Gonçalves, tanto o Locals, quanto um escritório de arquitetura e urbanismo, quanto os grupos de investigação da Faculdade tem nichos diferentes e formas diferentes de trabalho, o que não significa que eles não possam conversar ou até trocar de posição em alguns momentos, mas que de forma geral, caminham e atuam em lugares, e com proximidades diferentes.

A grande dificuldade atual do Locals, e das associações comunitárias de forma geral, é a dependência financeira de receitas e programas de patrocinadores ou financiadores. Isso

dificulta não só os trabalhos desenvolvidos nos bairros ou espaços, mas também na própria estruturação do grupo. Por isso, uma das buscas atuais do Locals é um estudo para desenvolvimento de um modelo de negócios, para que as associações possam obter receitas próprias, e conseguir desenvolver com mais autonomia seus trabalhos.

Para os professores entrevistados, a forma de sustentação é a questão principal desses grupos, já que muitas vezes ficam dependentes dos objetivos dos financiadores, editais ou patrocinadores, perdendo a liberdade no desenvolvimento ou criação dos trabalhos e processos. Em outros casos, quando não conseguem uma forma de sustento própria, são obrigados a trabalharem com outras coisas, não podendo se dedicar de forma integral ao desenvolvimento dos projetos, o que também prejudica o trabalho que poderia ser realizado.

Atualmente, a parceria com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa acontece na colaboração de estudos dos objetos e territórios, com algumas matérias ou grupos de investigação, workshops e cursos, com a intenção de levantar múltiplas perspectivas para um mesmo objeto, criando uma rede de inteligência coletiva com os estudantes e professores. Além da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, o Locals Approach também trabalha com a Universidade Autônoma, além de associações civis, Câmara Municipal e empresas. Apesar de, atualmente, não existir nenhum grupo na Faculdade de Arquitectura atuando com o mesmo viés do U:ICLC/Locals, para Gonçalo Folgado, a importância do surgimento desses grupos estudantis dentro da Universidade tem a ver com algumas questões relacionadas a defesa da democracia, criação de novos modelos de governação e sensibilização sobre a cidade que se vive. Esse tipo de atuação é um ensaio da democracia ativa, da criação de redes de inteligência coletiva e mobilização das pessoas, rompendo a descrença em um sistema coletivo de mudança.

Segundo entrevista realizada com Mario, morador da Quinta do Lavrado, antiga Curraleira, onde foi realizado o último trabalho do Locals, o Festival as Costas da Cidade, sem as organizações (como o Locals), é muito difícil desenvolver qualquer projeto, porque são eles que tem contato e sabem comunicar melhor com os agentes externos como a Câmara, por exemplo. Além disso, eles têm uma experiência na realização de certas atividades que as associações não têm, e a experiência que esses grupos adquirem, porque já realizaram essas atividades em outros locais, é muito importante na articulação dos atores locais e externos e na organização e gestão. O BIP/ZIP ajuda muito, pois consegue unir as associações locais, grupos internos e externos e fazer uma cadeia com diversas experiências e práticas.

Um exemplo de projeto do Locals que envolve a participação de diferentes atores locais e externos, que começou a ser desenvolvido ainda quando eram estudantes, e que compreendeu dois editais do BIP/ZIP foi no Bairro 2 de Maio.

### **3.2.4 PROJETO NO BAIRRO 2 DE MAIO, AJUDA, LISBOA.**

O Projeto no Bairro 2 de Maio, “2 de Maio todos os dias”, surgiu legalmente com a candidatura e aprovação no programa BIP/ZIP em 2013. Porém, antes disso, no final de 2011, o grupo de estudantes U:ICLC, já tinha realizado contato com algumas pessoas e lideranças do bairro, com a intenção de atuar naquele espaço. Foi com essa vontade e conversa dos estudantes que os primeiros vínculos foram criados, frequentando mais os espaços e conhecendo melhor as pessoas, a fim de entender o que era preciso fazer no bairro, e de que forma eles poderiam ajudar. No início, não havia uma metodologia a ser adotada, e o intuito era sentir de que forma eles poderiam obter informações sobre aquele espaço, e ajudar de alguma forma. Era o momento de pensar no território e tentar contatos informais.

No começo, houve uma certa resistência por parte das pessoas do bairro em criar esse vínculo, até porque segundo entrevistas com moradores, muitas vezes as pessoas da Faculdade entravam no bairro faziam o trabalho e depois iam embora. No entanto, ficaram abertos para ver o que poderia acontecer. A partir disso, os alunos foram conversar com uma professora que fazia um trabalho mais ligado a um urbanismo de proximidade, trabalhos participativos, e territórios à margem, professora Dr<sup>a</sup>. Isabel Raposo. A professora acatou a ideia e resolveu participar, auxiliando na construção do primeiro diagnóstico sobre o espaço. O Relatório Urbanístico desenvolvido foi o primeiro documento realizado sobre aquele território, e, como já dito acima, auxiliou no conhecimento da realidade territorial do bairro. Como apoio para a construção do Relatório houveram workshops e conversas formais e informais com os residentes, associações, líderes locais e Junta de Freguesia.

Com o Relatório Urbanístico do Bairro 2 de Maio realizado, o U:ICLC se juntou com alguns representantes do bairro e entrou em contato com a Junta de Freguesia para começar o desenvolvimento de um plano de ação. A partir do desenvolvimento deste plano, U:ICLC foi convidado pela professora Dr<sup>a</sup>Isabel Raposo para apresentar o trabalho realizado no Bairro 2 de Maio, em uma matéria da Faculdade. De acordo com Gonçalo, foi neste momento, que o grupo conheceu o programa BIP/ZIP da Câmara de Lisboa e junto com algumas associações, a Junta de Freguesia e a Faculdade de Arquitectura, resolveram inscrever o projeto para o edital de 2013, que ainda estava aberto.

O Bairro 2 de Maio fica localizado na Ajuda, e por isso, é de responsabilidade da Junta de Freguesia da Ajuda. É cercado pelo Parque Monsanto, o Polo Universitário e o bairro Alto da Ajuda. Foi construído há 40 anos, em 1974 pela Fundação Salazar, e sua história já é um símbolo de resistência. Logo após o fim da ditadura, as pessoas que moravam em barracas e tinham dificuldade socioeconômicas, souberam da construção das habitações e resolveram ocupar os prédios vazios. Porém, como as casas ainda não tinham sido terminadas, não haviam paredes, portas, janelas, luz e água, ou seja, nenhuma infraestrutura de apoio, e por isso eles próprios tiveram que terminar as construções, arrombando os barracões que guardavam os materiais de construção da Fundação.



Figura 22 - Foto retirada do Google Maps com grafite sobre a ocupação do bairro em 2 de maio de 1974. Setembro de 2018.

DADOS SÍNTESE	
FREGUESIA(S)	Ajuda
GABINETE DE BAIRRO	Vale de Alcântara   Av. Ceuta Norte, Lote 5, Loja 1 1350-410 Lisboa   213619370
DATA(S) DE CONSTRUÇÃO	1974
PROGRAMA(S) DE FINANCIAMENTO	CML   FUNDAÇÃO SALAZAR
Nº DE LOTES	64
Nº DE FOGOS MUNICIPAIS	455
Nº DE ESPAÇOS NÃO HABITACIONAIS	12
Nº DE FOGOS ALIENADOS	147
PROPORÇÃO DE FOGOS ALIENADOS	24,4 %
POPULAÇÃO ESTIMADA	1686
RENDA MÉDIA	39,62€
PROJECTOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL/COMUNITÁRIA A DECORRER	-

Figura 23 - Tabela com algumas informações sobre o Bairro 2 de Maio. Gabalis, setembro de 2018. [http://www.gabalisp.pt/SiteCollectionDocuments/Moradores/Dados\\_Bairros/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20%202020DE%20MAIO.pdf](http://www.gabalisp.pt/SiteCollectionDocuments/Moradores/Dados_Bairros/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20%202020DE%20MAIO.pdf)

Após a ocupação e finalização das casas, os novos moradores fizeram uma Comissão para exigir da Fundação os documentos que legalizassem as residências. Até hoje eles não possuem esses documentos, e atualmente quem tem a gestão do bairro é a Gebalis, empresa municipal, para quem os moradores pagam o aluguel. São no total 64 lotes (39 construídos pela Fundação Salazar e 25 pela Câmara Municipal de Lisboa), poucos estabelecimentos comerciais e muita reclamação das pessoas que vivem no bairro, pois dizem que o bairro está a 40 anos abandonado. O nome do bairro é uma homenagem ao dia da ocupação.

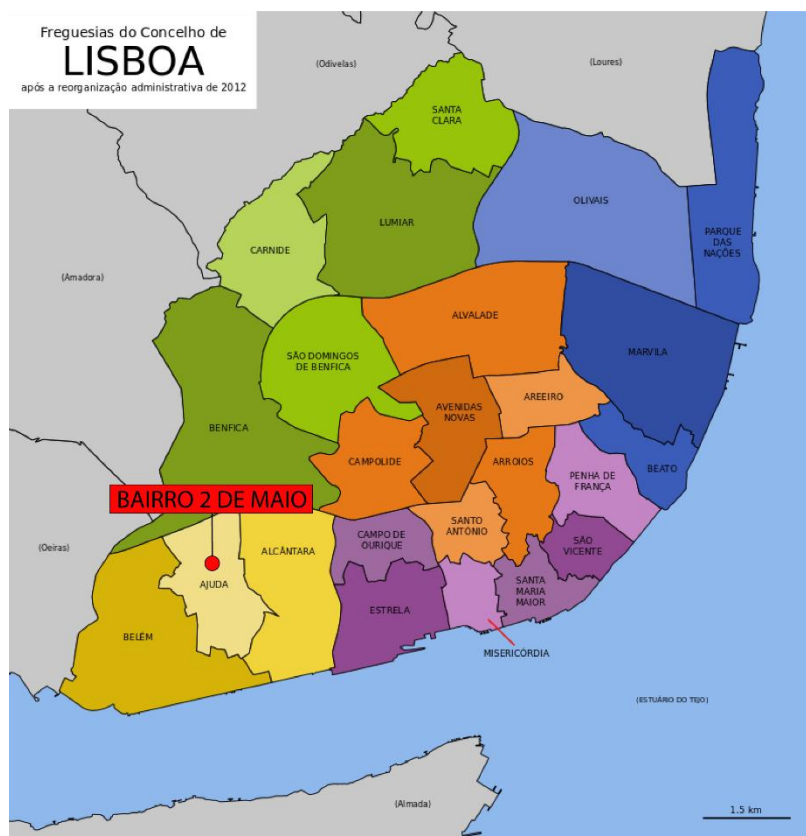


Figura 24 - Mapa de localização do Bairro 2 de Maio em Lisboa. Mapa retirado do Wikipedia. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_freguesias\\_de\\_Lisboa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_freguesias_de_Lisboa) e editado pela autora em setembro de 2018.

Segundo dados do INE de 2011, o bairro possui 1700 indivíduos, e a maior faixa etária existente no bairro é de 20 a 64 anos, e quase metade das pessoas está procurando emprego ou sem atividade econômica. Visualmente tem carência de investimentos urbanísticos e fica a margem da cidade. Tem problemas que vão além do fator urbano, como relacionamento entre vizinhos de diferentes etnias, o que provoca uma ruptura social e dificulta a vivência em comunidade.

O Projeto “2 de Maio todos os dias” ganhou o edital em sexto lugar, recebendo 49400.00 euros para aplicação no projeto. Segundo o formulário de candidatura o objetivo geral consistia em “promover a qualidade de vida no bairro com intervenções multissetoriais, desenvolvidas num contexto de sustentabilidade económica, ambiental e social, com recurso locais e atividades de baixo custo, assentes em processos participativos e no acompanhamento promovido pela universidade”. As atividades eram voltadas para a capacitação dos moradores, responsabilizando-os também pela gestão, criação e mudanças nos espaços públicos, permitindo autonomia das ações no futuro, assumindo-os como agentes de transformação. (Edital 2013, BIP/ZIP, “ Projeto 2 de Maio todos os dias”)

Além disso, o edital era dividido em 10 atividades, relacionadas diretamente ao objetivo geral e específicos. Os Objetivos específicos eram (Em anexos há uma tabela relacionando os objetivos específicos as atividades desenvolvidas):

1. Criação de um espaço comunitário e multifuncional para realização das capacitações chamado de “Casa para Todos”, que concentrará vários tipos de atividades como: espaço de informação e formação; espaço-oficina, para criação de produtos; e loja social e banco do tempo, onde existirá um espaço de troca de produtos e serviços, criando uma plataforma de diálogo e partilha.
2. Desenvolvimento de atividades económicas e culturais formativas e baseadas no empreendedorismo, buscando a capacitação da comunidade a partir de competências empreendedoras, focando em soluções sócio económicas em parceria com o Polo das Faculdades da Ajuda, realizando uma troca de saberes.
3. Promover condições de vida no bairro a partir de melhora nos espaços públicos, aliado a higiene e saúde pública. Essas intervenções tem um foco em mudanças na escala de Acupunturas Urbanas e baseado em projetos participativos.

As 10 atividades se caracterizavam em um desdobramento dos 3 objetivos específicos, e compreendiam:

1. Criação da “Casa para Todos”, que consistia em uma reabilitação das salas cedidas pela Associação de Moradores do Bairro para ser um espaço multifuncional, abrigando diversos tipos de atividades como de capacitação, de workshops, de oficinas, da loja social e banco do tempo, de exposição, com salas de reunião, dinamizando ao máximo o espaço e os serviços



Figura 25a, 26e 26c - Espaço da "Casa para Todos" antes da recuperação. Retirado do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.



Figura 26a, 27b e 27c - Processo de recuperação do espaço "Casa para Todos". Retirado do Facebook do Projecto "2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.



Figura 27a, 28b e 28c - Primeira imagem do cartaz para convocação da reforma do espaço para moradores e interessados. Duas outras imagens do espaço "Casa para todos" recuperada. Retirado do Facebook do Projecto "2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

2. Estudo, avaliação e monitorização. Nesta atividade pretende-se monitorizar todo o desenvolvimento do projeto, do ponto de vista técnico, operacional, de concepção e implementação. O primeiro passo é uma análise detalhada dos espaços públicos e do mobiliário urbano que compõe o território, tentando ter uma visão completa a partir da análise técnica, vindo dos estudantes e da Faculdade, dos parceiros e das pessoas que moram no bairro, inserindo os diversos atores na construção dessa análise. Depois pretendia-se criar uma plataforma onde os trabalhos seriam expostos fisicamente (painéis informativos), e por suporte digital, (plataforma online).



Figura 28a e 29b - Imagem 9a - Painel de apresentação do "Projecto 2 de Maio todos os dias". Imagem 9b - Começo da criação da plataforma digital para exposição dos trabalhos. Retiradas do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

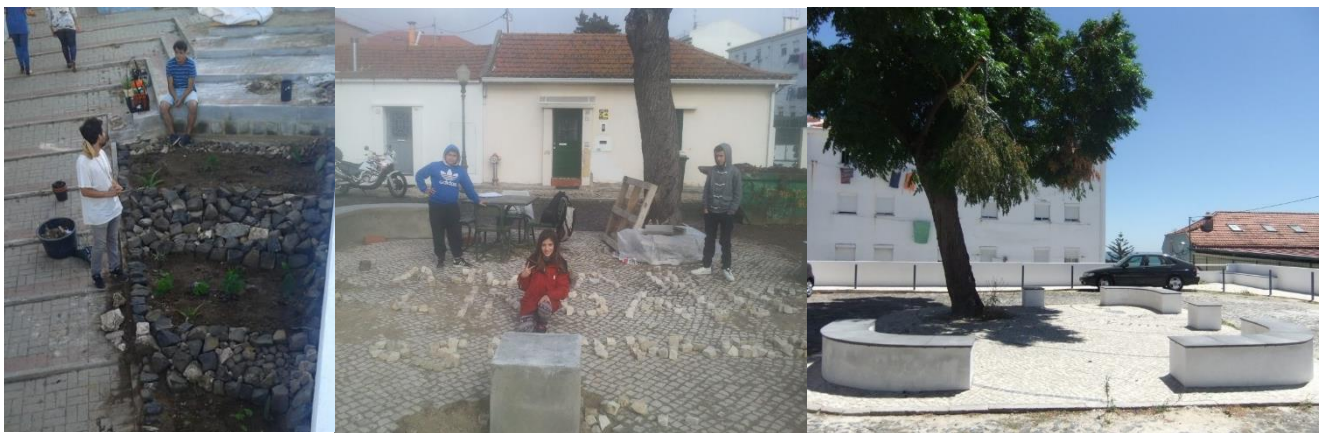
3. Intervenção no espaço público, com base na Acupuntura Urbana, ou seja com projetos em micro escalas, em uma das principais entradas pedonais do bairro, o Largo do Cantinho, não inserida na requalificação do espaço proposto pela Unidade de Intervenção Territorial<sup>22</sup>. O Largo do Cantinho é um dos pontos estruturantes na passagem para a Loja Social, e por isso precisa ser valorizado, dando suporte e visibilidade à loja social, melhorando as condições de acesso para pessoas com mobilidade reduzida e criando maior interação entre os alunos e moradores, visto que os estudantes poderão contribuir com a construção de mobiliário urbano, por exemplo.

---

<sup>22</sup> As Unidades de Intervenção Territorial são zonas de ação para implementação do conceito de gestão de proximidades, desenvolvido pela Câmara de Lisboa



*Figura 29a, 30b e 30c - Processo de desenvolvimento do projeto de acupuntura urbana do Largo do Cantinho. Retirado do site do grupo Locals Approach em setembro de 2018.*



*Figura 30a, 31b e 31c - Cartaz do concurso de requalificação do Largo do Cantinho e fotos do processo de requalificação. Retirado do site do Locals Approach e do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.*

4. Ações de formação e workshop, através de grupos de informação e formação com os moradores, associações, grupo de vizinhos, jovens, mediadores, entre outros com o intuito de promover uma convivência entre as diferentes gerações e culturas, com atividades ao ar livre, principalmente no verão, e dentro da "Casa para Todos" no inverno, em áreas voltadas para artes e desporto. Também poderá haver capacitação sobre temas como governança, participação, agricultura urbana, empreendedorismo, dentre outros, complementando os conhecimentos e competências pessoais, principalmente de líderes e membros das associações para que no futuro, através desses líderes ou membros, novas atividades ocorram no espaço.



Figura 31a, 32b e 32c - Cartazes dos workshop's realizados no bairro durante o "Projecto 2 de Maio todos os dias". Retirado do facebook do projeto em setembro de 2018.

5. Bairro Limpo. A atividade tem a intenção de melhorar a limpeza do bairro a partir da conscientização e auto responsabilização. Desta forma, baseia-se em ações de sensibilização e informação, envolvendo técnicos da Câmara, a Universidade, através dos professores e estudantes, e os moradores, incentivando ainda a reciclagem e reutilização de lixo, melhorando a autoestima dos moradores em relação ao seu bairro, e a qualidade de vida.



Figura 32a, 33b e 33c - Cartaz da oficina sobre reciclagem e fotos sobre a atividade. Retirado do facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro de 2018.

6. Acompanhamento e Banco do Tempo. O acompanhamento consiste em formar uma comissão de monitorização das atividades, realizando reuniões para acompanhar, avaliar e calendarizar as ações, despesas e os efeitos das atividades, com os atores locais envolvidos e parceiros. O Banco do Tempo é um projeto que prevê a criação de um banco de dados com o registro das



10. Realização de Eventos Comunitários. Desenvolvimento, implementação, gestão e avaliação de animações e festividades sócio culturais nas ruas ou espaços públicos junto com os moradores e parceiros com o intuito de reforçar a identidade e coesão social. Nas festividades poderia acontecer também a exposição dos produtos produzidos nas atividades do “Casa para Todos”, gerando receitas para o próprio espaço. Além disso, as festividades têm a intenção de trazer pessoas de fora do bairro, dando mais visibilidade ao bairro e trazendo novos olhares para o espaço.



Figura 34a, 35b e 35c - Cartaz da "Festa do Vizinho" e fotos da realização da festa. Retirado do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro 2018.



Figura 35a, 36b e 36c - Cartaz de um evento comunitário de visita à Piscina da Nazaré e fotos da visita. Retirado do Facebook do "Projecto 2 de Maio todos os dias" em setembro 2018.

Dentro deste processo de implementação do primeiro BIP/ZIP do bairro houveram pontos positivos e dificuldades que foram explorados posteriormente pelo grupo nos outros eventos realizados. A primeira dificuldade encontrada foi o envolvimento da população local, que em muitos casos não acreditava no que seria produzido ali. Esse processo de reconhecimento do trabalho pela população local aconteceu aos poucos, e a cada nova

atividade, os residentes tinham mais confiança e participavam mais. As crianças eram as que mais participavam das atividades que envolviam pintura, arte e desporto.

A produção deste trabalho incentivou a legalização do grupo U:ICLC. Segundo Gonçalo, no desenvolvimento dos trabalhos do BIP/ZIP de 2013, o grupo percebeu que os processos com os quais eles precisavam se envolver, como operacionalização de todo o projeto, gestão financeira e dos parceiros, comunicação, gestão de ânimos da equipe e da comunidade, interpolação com outros atores e agentes, dentre outros, não conversavam com o grupo informal que eles eram, e que era preciso uma legalização, que facilitasse o desenvolvimento e gestão das atividades e processos. Foi assim, e com a finalização da Faculdade, que parte dos alunos do U:ICLC viraram o Locals Approach.

Todas as atividades aconteciam no bairro, junto com as associações, tentando ter o maior envolvimento comunitário possível. Além dos parceiros descritos no edital, outros como Gebalis, DMC-CML, UIT-OC, empresa Estores João Mendes, SANITANA, PALSER dentre outros deram apoio, principalmente na reforma do espaço “Casa para todos”. A divulgação das atividades acontecia na comunidade, mas em alguns casos, também fora dela, com o intuito de chamar mais voluntários, e instigar a participação de agentes externos de outras formas, como em concursos de projetos. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, foram realizadas duas teses de mestrado e duas de PHD sobre o bairro, e ainda houveram reportagens com jornais do país sobre o Projeto BIP/ZIP e as atividades que aconteciam no território.

Dentre as 10 atividades planejadas no edital do BIP/ZIP as que mais se destacaram foram a reforma do espaço da associação para a criação da “Casa para todos”, momento em que mais as pessoas participaram das atividades; os trabalhos de acupuntura urbana no Largo do Cantinho e no Largo 13; as ações de agricultura urbana e as festividades, como por exemplo a “Festa do Vizinho”, sendo os mais lembrados pelos entrevistados, que salientaram os trabalhos realizados junto com as crianças.

No final do BIP/ZIP de 2013, as atividades desenvolvidas levaram para o bairro uma série de atividades que pretendiam diminuir a ruptura social existente no espaço e fortalecer as associações locais, segundo Gonçalo. Os trabalhos intensos e produtivos levaram a inscrição no edital do BIP/ZIP de 2014 com o intuito de continuar os trabalhos. Desta vez, segundo entrevistados, o trabalho foi mais voltado para o empreendedorismo social das associações,

entendendo está, como uma questão que precisa ser melhor desenvolvida, buscando a autonomia das associações para a geração de futuras atividades nos bairros.

Analisando o edital de 2014, percebe-se a intenção na continuação dos trabalhos realizados no “2 de maio todos os dias”, do ano anterior. O objetivo geral deste trabalho focava em valorizar e qualificar o edificado existente, promover a qualidade de vida, a cidadania e a formação comunitária, valorizando o bairro, a autoestima dos moradores e a identidade local. (Edital 2014 BIP/ZIP, “2 de maio todos os dias / 2º ano). Por isso, as atividades envolvidas buscavam estimular a discussão na comunidade sobre diversos temas como “estado actual das casas, a regeneração e refuncionalização de espaços, as hortas e o seu poder agregativo, o alcance de políticas públicas, a melhoria da cidadania, dentre outros”, visando capacitações dos moradores da comunidade como forma de elaborar soluções criativas e empreendedoras para o bairro, impulsionando a participação pública ativa e co-responsabilização nas gestão do espaço público existente. (Edital 2014 BIP/ZIP, “2 de maio todos os dias / 2º ano).

São desenvolvidos, a partir daí três objetivos específicos (Em anexos há uma tabela relacionando os objetivos específicos as atividades desenvolvidas):

1. Construir uma base de dados sobre as condições de habitabilidade, junto com os moradores, utilizando metodologias aplicadas em grupos de investigação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

2. Promoção de conferências, workshops, capacitações e formações na “Casa para Todos” e construção de “Tenda Móvel” para facilitar o acesso da população ao trabalho realizado e a outras informações pertinentes;

3. Fortalecer o conhecimento dos residentes sobre o projeto e a visão mais ampla e assertiva das problemáticas do bairro, através da criação de agentes territórias que percorrerão o bairro sistematizando problemáticas e aproximando a população dos projetos, e também coma criação de instalações arquitetônicas.

Foram, então definidos 5 atividades:

1. “Arquitetura da Cidadania” – Construção de uma estrutura arquitetônica temporal de 50m<sup>2</sup> (tenda móvel) que percorrerá o bairro criando novas dinâmicas, e a extensão das praticas desenvolvidas na “Casa para Todos”. Também tem o intuito de criar discussões sobre temáticas relacionadas a comunidade

2. Estudos, Propostas e Monitorização – Consiste na criação de uma plataforma online, com atualização constante das atividades, eventos e projetos que acontecem no bairro, como forma de gerar coesão social e dinamização de variadas temáticas sobre o território, continuando alguns trabalhos iniciados no primeiro edital e promovendo encontros quinzenais para avaliar os trabalhos;
3. Fóruns, Formações e Workshops - Continuar os trabalhos de formação, transmissão, exposição, oficinas, debates e encontros buscando o “empowerment” dos moradores do bairro através da cidadania e envolvimento comunitário local. As atividades aconteceriam na “Casa para Todos” e na “Arquitetura de Cidadania”;
4. Acupuntura Urbana – Continuação e melhora das intervenções na zona de hortas e no Largo 13, e renovação da imagem das placas de identificação dos lotes, buscando uma metodologia participativa de desenvolvimento das propostas e parceria com a Faculdade de Arquitetura, fazendo uma ponte entre o conhecimento acadêmico e local.
5. Eventos comunitário – Continuação do desenvolvimento de festividades e eventos que reforcem a identidade local e o sentido de comunidade, ajudando na coesão sócio-territorial.

Neste edital, o Locals ainda era U:ICLC. Os promotores e parceiros eram os mesmos. Atualmente o site do bairro 2 de Maio está desatualizado, sendo impossível aceder ao endereço, e a rede social *Facebook* relacionado ao projeto 2 de Maio todos os dias, também está atualizada com imagens do final do projeto do edital de 2013 e depois já com atividades de 2016, não sendo divulgado nenhuma atividade do edital de 2014.



Figura 36a e 37b - Imagens do site do projeto 2 de Maio todos os dias, e do Facebook do Projeto. Imagens retiradas pela autora em setembro de 2018.

No ano seguinte em 2015, já como Locals Approach, o grupo, em conjunto com uma série de Associações da Ajuda formalizaram mais uma proposta chamada de Projeto d’Ajuda. Os promotores do BIP/ZIP foram o Clube Intercultural Europeu, Associação De Apoio E Segurança Psico-Social e Locals Approach, tendo mais de dez parceiros no projeto. O objetivo era inferir sobre 3 bairros da Freguesia: Casalinho da Ajuda, Dois de Maio e Rio Seco, com o intuito de “promover o desenvolvimento local e uma efetiva melhoria das condições de vida da população(...) de forma estruturada e sustentável, fomentando migrações entre bairros, rompendo fronteiras, cosendo tecidos urbanos desconexos e desarticulados. ”. Porém, segundo Gonçalo, a metodologia e processos utilizados no decorrer das atividades não estavam de acordo com o que o grupo acreditava e promovia, e para que não houvesse rupturas no BIP/ZIP o grupo continuou no trabalho, fez a parte que cabia, mas deixando claro a posição sobre o tipo de projeto que estava sendo desenvolvido.

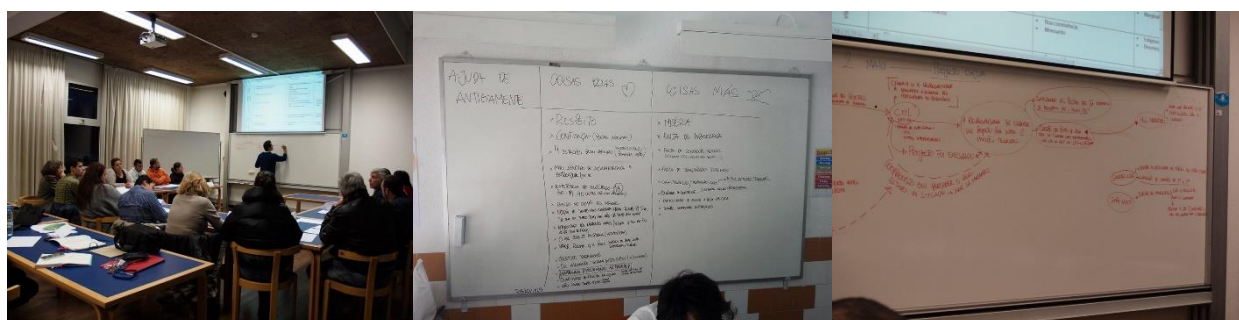


Figura 37a, 38b e 38c - Fotos dos processos realizados no "Projecto D'Ajuda". Retirado do site do Locals Approach em setembro de 2018..

Para os moradores, segundo entrevista, o trabalho realizado no bairro foi muito bom principalmente no primeiro ano. As crianças se envolveram muito, nas pinturas, jogos e atividades. Porém, quando o projeto acabou eles saíram do bairro, e ficou a sensação do abandono, que era uma das desconfianças das pessoas do bairro, principalmente quando é atividade realizada junto com a Universidade. A entrevistada, Vera, do Café Viola, fala que as pessoas do grupo serão bem recebidas no espaço, mas que houve uma quebra de confiança com a forma como o projeto foi finalizado.

A entrevistada fala sobre a importância do projeto “Casa para Todos”, sendo uma das principais heranças do BIP/ZIP para o Bairro, pois requalificou um espaço onde podem acontecer atividades, oficinas, workshops, dentre outros. Porém, afirma que é difícil de ter acesso ao espaço, já que a chave fica com a Associação de Moradores, que não está funcionando constantemente agora. Além disso, alguns moradores reclamam do barulho que

as atividades da “Casa para Todos” fazem, principalmente quando envolve atividades com crianças. Sobre o último BIP/ZIP os moradores falam sobre a descontinuidade nos trabalhos e da sensação de que o trabalho só foi feito porque já tinham ganhado o BIP/ZIP e não porque era queriam.

Ainda segundo os moradores, foi a realização de atividades, através do BIP/ZIP, que trouxe mais visibilidade ao bairro, tanto pela Junta de Freguesia, quanto pela mídia e outras pessoas, porém com a finalização do BIP/ZIP parecia que a visibilidade tinha acabado e que “tudo tinha voltado como era antes” (Vera, 2018). Porém, a entrevistada acredita também, que existem muitas coisas para serem resolvidas no bairro que não tem relação com as atividades que o BIP/ZIP propõe como por exemplo a questão com a Câmara Municipal sobre o aluguel e documentação das casas do bairro.

Para Carla, uma das responsáveis pela Associação de Actividades Sociais do Bairro 2 de Maio, a maior problemática após a finalização desses projetos é a manutenção dos espaços que foram requalificados, porque não existe um projeto para dar manutenção ao que foi feito, e com isso aquele projeto se perde com o tempo. Com os trabalhos e atividades acontece a mesma coisa, gerando uma ruptura na ação e na confiança das pessoas. Para ela, o “depois” nunca é pensado, fragilizando o que foi construído nos projetos.

### 3.3. ESTUDO DE CASO 2

#### 3.3.1. SALVADOR

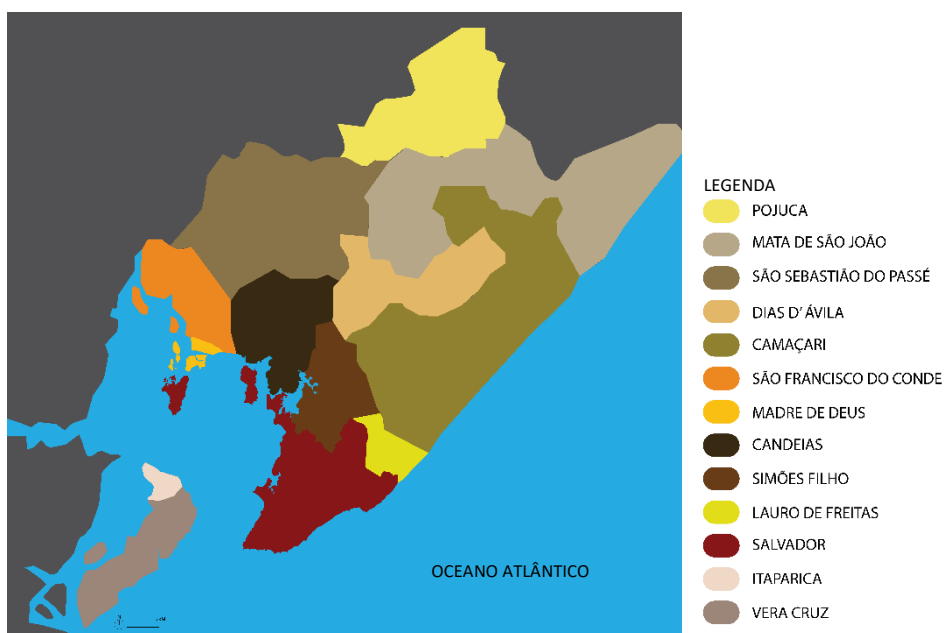
Salvador é a capital do estado da Bahia. Abrange a região da costa e mais três ilhas. Está inserida na região Nordeste do Brasil, uma das mais pobres do país. Possui uma área de 693 km<sup>2</sup>, e uma população de aproximadamente 2,9 milhões de habitantes em 2017, sendo a quarta cidade mais populosa do Brasil, segundo dados do IBGE<sup>23</sup>. Entre as capitais do Nordeste, Salvador tem se destacado como a que apresenta maior expectativa de vida, subindo no ranking nacional e ocupando o nono lugar, segundo dados de 2017, o que pode significar uma melhora na qualidade de vida da cidade.



Figura 38a e 39b - Mapa de localização de Salvador dentro do Estado da Bahia e do país Brasil. No segundo mapa, em vermelho, o município de Salvador. Retirado do site <http://www.sulbahia.net/bahia/salvador> com inserção do ponto vermelho em Salvador. Setembro de 2018.

<sup>23</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Possui uma Região Metropolitana que abrange os municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Mata de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz, que foi constituída em 1973 por uma lei complementar federal. Segundo dados do último censo do IBGE em 2010, a RMS (Região Metropolitana de Salvador) possui um grau de urbanização de 98% e possui um PIB que representa quase 50% de todo o estado (49,1%), principalmente por abrigar o Pólo Petroquímico de Camaçari - A Refinaria Landulfo Alves, da Petrobrás. Apresenta o setor da indústria e dos serviços como principal setor econômico. Tem uma forte dinâmica com a capital baiana, e apresenta um movimento pendular intenso, principalmente de carros particulares o que denuncia a necessidade de investimento em transportes públicos de integração municipal, sendo Salvador a principal receptora desses movimentos por abrigar a maior quantidade de instituições educacionais e de empregos.



*Figura 39 - Mapa da Região Metropolitana de Salvador. Desenvolvido pela autora em setembro de 2018.*

		Municípios de Trabalho e Estudo													
		Camaçari	Candeias	Dias D'Ávila	Itapar.	Lauro de Freitas	Madre de Deus	Mata de S. João	Pojuca	Salvador	S. Fco. do Conde	S. Seb. do Passé	Simões Filho	Vera Cruz	Total de Sidas
Municípios de residência	Camaçari	0	1.130	1.011	0	3.898	41	1.994	52	9.157	159	59	591	13	18.105
	Candeias	992	0	62	0	78	985	0	18	1.725	2.175	132	331	0	6.498
	Dias D'Ávila	5.365	438	0	0	265	86	263	49	2.019	44	80	107	0	8.716
	Itaparica	10	10	0	0	30	0	10	0	995	10	0	10	594	1.669
	Lauro de Freitas	3.087	286	253	8	0	72	141	46	25.594	92	77	854	13	30.523
	Madre de Deus	49	528	10	0	29	0	0	11	678	903	18	72	0	2.298
	Mata de São João	1.137	207	518	0	98	0	0	746	627	0	56	29	0	3.418
	Pojuca	186	37	129	0	0	0	144	0	408	10	107	20	0	1.041
	Salvador	15.053	4.637	1.215	163	15.378	1.534	979	404	0	1.260	661	6.520	382	48.186
	São Fco. do Conde	101	681	0	0	51	609	0	0	899	0	40	19	0	2.400
	São Seb. do Passé	475	1.040	8	0	84	416	34	135	1.274	328	0	36	0	3.830
	Simões Filho	2.189	1.075	129	0	659	78	0	91	11.606	113	34	0	0	15.974
	Vera Cruz	61	0	0	368	0	22	0	12	2.400	0	0	14	0	2.877
	<b>Total de Chegadas</b>	<b>28.705</b>	<b>10.069</b>	<b>3.335</b>	<b>539</b>	<b>20.570</b>	<b>3.843</b>	<b>3.565</b>	<b>1.564</b>	<b>57.382</b>	<b>5.094</b>	<b>1.264</b>	<b>8.603</b>	<b>1.002</b>	<b>145.535</b>
<b>Saldo Pendular</b>	<b>10.600</b>	<b>3.571</b>	<b>-5.381</b>	<b>-1.130</b>	<b>-9.953</b>	<b>1.545</b>	<b>147</b>	<b>523</b>	<b>9.196</b>	<b>2.694</b>	<b>-2.566</b>	<b>-7.371</b>	<b>-1.875</b>	<b>0</b>	

Fonte: Microdados da amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE). Elaborado pelo Observatório das Migrações no Estado do Ceará (CNPq-URCA).

Figura 40 - Tabela de Mobilidade Pendular na RMS, por motivo de trabalho e estudo, 2010. Retirado do artigo " Cenário da mobilidade pendular da Região Metropolitana Salvador (RMS)" de Silva, João e Queiroz, Silvana.2017

Salvador foi a primeira capital do Brasil. Na época a principal atividade comercial era a exportação de açúcar, ainda como colônia de Portugal. A colonização baseada na escravidão e exploração é um dos principais fatores históricos que definem o município e que interferem em uma série de questões, muitas delas ainda atuais, sobre perfil social, econômico e urbano da cidade.

Apesar da colonização europeia ter chegado primeiro a Porto Seguro na Bahia, foi em Salvador que os Portugueses decidiram instalar o centro político do projeto colonizador. Sendo assim, a cidade foi pensada urbanisticamente para atender a essa função, se desenvolvendo a partir do porto, como a grande maioria das cidades daquela época. Apresenta uma topografia que favorecia as dinâmicas necessárias para o período, com pontos altos para estruturação da defesa, bom espaço para porto e comércio, além de locais estratégicos para construção de edifícios estruturantes na organização da cidade, como as igrejas e edifícios públicos. O modelo de urbanização adotado incorporou as características do meio físico ao desenho urbano, como eram desenhadas as cidades portuguesas da época.



Figura 41 - Planta da Restituição da Bahia, por João Teixeira Albernaz. Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/seculo17/invasao-holandesa/planta-albernaz.htm>

A independência do Brasil não alterou muito os trâmites urbanos da época. A cidade era pensada para as elites, obrigando as outras pessoas de classes menos favorecidas a construir sua própria cidade. As alterações urbanas eram feitas sem um planejamento de cidade, configurando uma malha urbana muito irregular. Nos anos 60, o processo de industrialização atraiu muitas pessoas vindas do interior em busca de melhores condições. O êxodo rural levou a uma explosão urbana e populacional nunca antes vista, e não acompanhada pelas políticas urbanas e sociais da época. Esse processo levou a expansão da cidade, e a intensificação na formação das periferias e favelas. Apesar de algumas tentativas em alguns anos (como a criação do EPUCS - Escritório do Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador e do Plano Mario Leal Ferreira) a cidade se desenvolveu sem um plano urbanístico e foi tomando proporções difíceis de conter. Atualmente Salvador é uma mescla dessa história urbana e social. Por um lado, uma arquitetura colonial e que atrai muitos turistas, e que mostra um passado colonial, nem sempre bonito de se recordar, e por outro uma cidade com contrastes sociais e urbanos difíceis de não notar, fruto, na maioria dos casos, de uma falta de vontade política.

Ainda nos dias atuais a cidade preserva algumas características da época da colonização. É dividida pela “cidade alta”, incluindo a zona histórica da cidade, e voltada mais para a construção de residências e Instituições e a “cidade baixa”, onde se desenvolvem mais as atividades de comércio e serviços e o porto. A “cidade baixa” apresenta uma área de aterro que começou a ser construída em 1910, na época da República, onde houve também uma ampliação do porto da cidade. Salvador apresenta uma malha urbana que é fruto direto da

sua história, com bairros de malha mais ortogonal e outros lugares com uma malha urbana espontânea, fruto também da sua topografia irregular e íngreme.



Figura 42 - Mapa da "cidade baixa" e "cidade alta" em Salvador, e foto das duas "cidades". Retirado do artigo "Dois Centros, Duas Políticas, Dois Resultados", de Eloísa Petti Pinheiro, e do site <https://365salvador.wordpress.com> em setembro de 2018

Em 2010, a população urbana de Salvador já representava 99,97% da população, sendo a rural apenas 0,03%. Neste mesmo ano, segundo censo realizado pelo IBGE, a quantidade de mulheres era superior à de homens, e a faixa etária de 20 a 34 anos dominava sobre as demais. As principais atividades econômicas do município são a indústria, comércio/serviços e o turismo, se destacando o turismo cultural. Porém, um dos setores que mais emprega é a da administração pública e Construção Civil. O PIB per capita, em 2015, foi de cerca de 19 mil reais, sendo o nono no país e o maior do Nordeste.

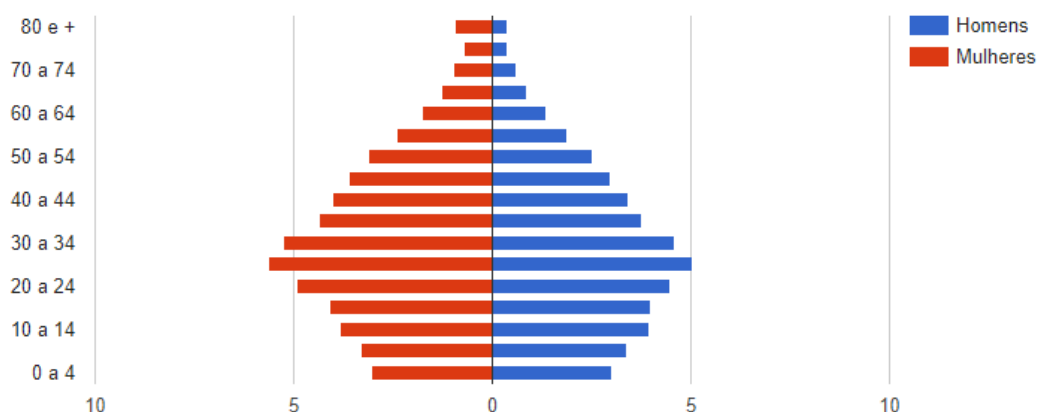


Figura 43 - Pirâmide Etária, distribuição por sexo, Salvador, 2010. Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Retirado de [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) . Setembro de 2018

O IDHM, segundo o censo do IBGE em 2010, era de 0,759 considerada de "Desenvolvimento Humano Alto". Porém, o contraste e a desigualdade nos diversos aspectos, é visto não só aos “olhos nu” na cidade, mas também através de números. De acordo com o PNUD, com dados do censo de 2010, certos bairros apresentam IDH – M maiores que países como a Noruega (o bairro do Itaigara, por exemplo) enquanto que outros bairros ficam com IDH-M abaixo de países como Guiné Equatorial (como Areia Branca, por exemplo), o que comprova o nível de desigualdade existente na cidade.

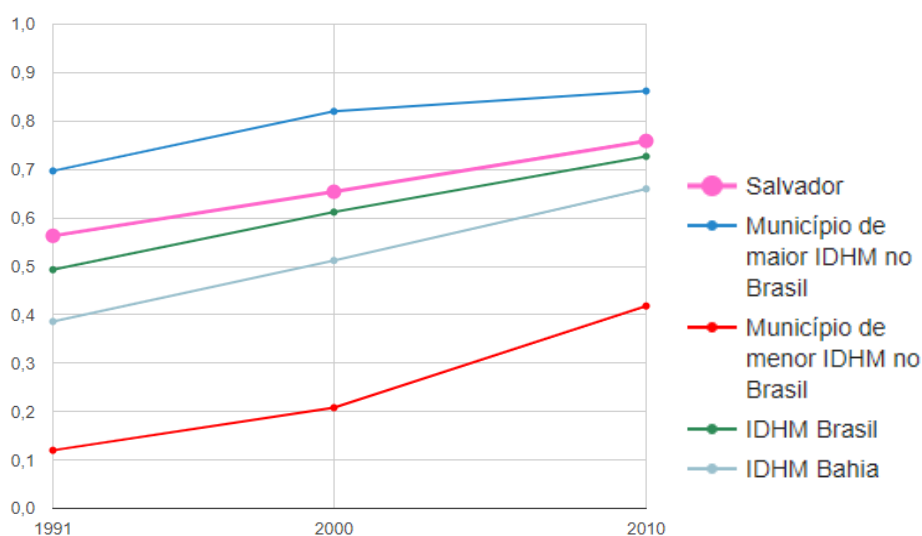


Figura 44 - Evolução do IDHM de Salvador. Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Retirado de [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) Setembro de 2018

Em termos de mobilidade, Salvador conta com o sistema de ônibus, metrô e trem (especificamente do bairro da Calçada até o Subúrbio da cidade). Conta também com elevadores, e planos inclinados que fazem a conexão entre a “cidade alta” e a “cidade baixa”. Os transportes marítimos fazem a conexão entre cidades do Recôncavo, Região Metropolitana ou na própria Salvador. Porém, os dois meios de transporte mais utilizados na cidade é o metrô e o ônibus, este último, com grandes debilidades em relação à segurança, tempo de espera, deslocamento e falta de conexão entre pontos diferentes da cidade. O principal transporte público que comunica Salvador a sua Região Metropolitana é ônibus e começou a se estruturar por volta de 1960.

Salvador oficialmente é dividida em 163 bairros, mas essa realidade só foi alterada em 2017, depois de anos seguindo uma lei aprovada em 1960, e que dificultava muito a divulgação dos dados socioeconômicos, podendo gerar equivocadas políticas públicas nos territórios. O projeto de lei que alterava de 32 bairros para 163 foi desenvolvido a partir de

um estudo com pesquisadores da UFBA, IBGE e Conder<sup>24</sup>, chamado “ O caminho das águas” que dividia a cidade em 160 bairros mais as três ilhas a partir de narrativas dos moradores entrevistados, questões de oferta de bens e serviços públicos e privados, aspectos culturais e geográficos. Em 2012, utilizando os estudos realizado pela Universidade e as duas instituições, na gestão anterior a atual, houve a criação de 10 Prefeituras Bairros, que já estavam considerando a nova contagem dos 163 bairros da cidade, mesmo que não oficializado pela Câmara de Vereadores.

Na gestão do atual Prefeito o projeto das Prefeituras – Bairros foram reativados, instalando centro de atendimento em cada umas das 10 Prefeituras-Bairro existentes. Alguns serviços foram inseridos, a partir do programa de governo que o município propõe, e outras ainda estão sendo testadas. Segundo o próprio site do programa as Prefeituras – Bairro “ são Unidades representativas da Prefeitura conforme Lei Nº 8.376/2012, Art.13., que visam oferecer todos os serviços disponibilizados à população, sem que haja a necessidade de deslocamento até a sede de cada Órgão ou Secretaria, garantindo um diálogo permanente com o Cidadão e agilizando em um prazo reduzido as articulações necessárias para a execução dos referidos serviços, desde a solicitação até a resolução dos problemas”

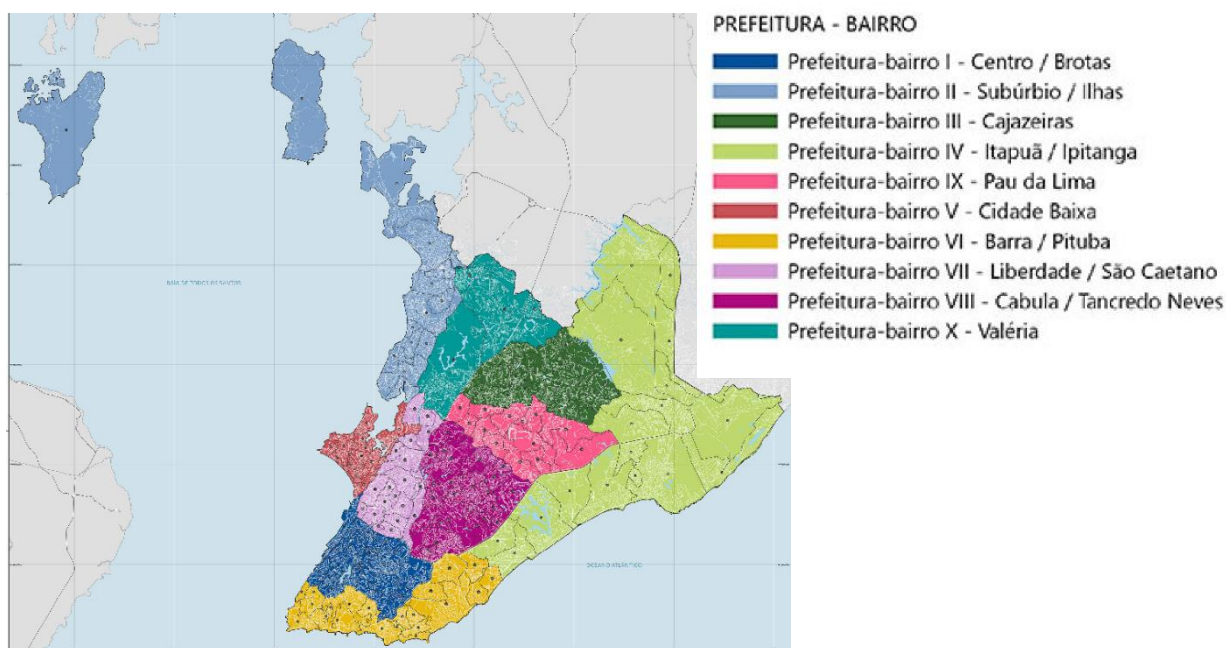


Figura 45 - Mapa dos 163 bairros de Salvador e a divisão entre Prefeituras-Bairro. Retirado de do PDDU de Salvador em setembro 2018

<sup>24</sup> CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Empresa pública estadual do governo da Bahia, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

Porém, a Prefeitura – Bairro acaba sendo muito mais um ponto para diminuir a demanda de pessoas na sede da Prefeitura, do que um espaço de comunicação entre o cidadão e a prefeitura, como diz na missão do site: “Interagir com as comunidades, conhecer as suas necessidades e demandas; Articular ações junto às Secretarias, outros Órgãos da Administração Municipal e/ou Instituições afins, visando oferecer com qualidade, os principais serviços da Prefeitura nas unidades de Prefeituras Bairro, assegurando o cumprimento das responsabilidades administrativas e a participação da comunidade na Gestão Pública”. Com o intuito de entender melhor a relação entre a Prefeitura – Bairro e a comunidade, houveram tentativas de comunicação com a Prefeitura Bairro Barra/Pituba (que atende a área do Projeto de estudo da tese) via e-mail e telefone, nos horários disponibilizados no site, mas em nenhuma das tentativas a autora conseguiu contato com os mesmos.

O Brasil, diferente de Portugal, é uma República Federativa Presidencialista. As três divisões políticas do país, o federal, estadual e municipal tem certa autonomia nas suas atividades. A federação e o estado são formados por 3 poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo), e os municípios atuam com base em 2 poderes (Legislativo e Executivo):

Poderes/Nível	Federal	Estadual	Municipal
<b>Legislativo</b>	Congresso Nacional (Câmara dos deputados – Deputados Federais e Senado Federal - Senadores)	Assembléia Legislativa (deputados estaduais)	Câmara Municipal (vereadores)
<b>Executivo</b>	Presidente da República, Vice-presidente e Ministros	Governador, Vice-Governador e Secretários	Prefeito, Vice-Prefeito e Secretariado
<b>Judiciário</b>	Supremo Tribunal Federal Superior Tribunal de Justiça, Tribunais e juizes federais	Tribunais e juizes	Não há

*Figura 46 - Quadro com estrutura governamental brasileira. Retirado de <http://www.okconcursos.com.br/apostilas/apostila-gratis/140-administracao-publica/1612-organizacao-do-estado-brasileiro#.W6gjrGhKjIU> em setembro de 2018.*

Sendo assim, Salvador está sobre a administração das três instâncias políticas, onde em algumas áreas a administração é partilhada como na educação e saúde. As instâncias que tem maior relação com a qualidade de vida é a estadual e municipal. Por exemplo os poderes estaduais são responsáveis pela segurança, educação do Ensino Médio e Habitação popular, dentre outros, enquanto que os poderes municipais são responsáveis, pelas creches, Unidades básicas de Saúde e Planejamento Urbano, dentre outros.

SERVIÇOS NIVEIS	SAÚDE	EDUCAÇÃO	SEGURANÇA E JUSTIÇA	INFRAESTRUTURA	OUTROS
FEDERAL	Não tem responsabilidade direta sobre os serviços de saúde, mas organiza e financia o SUS (Sistema Único de Saúde)	Cria Política Nacional de Educação Regula as Instituições de Ensino Superior Ensino Técnico	Defesa Nacional (incluindo as Forças Armadas) Polícias Federais Presídios Federais Tribunais Superiores	Grandes projetos de Infraestrutura (ex: rodovias federais, interestaduais, ferrovias, barragens, aeroportos internacionais) Geração e distribuição de energia elétrica (incluindo a construção de hidroelétricas e termoeletricas)	Relações e comércio internacionais Política fiscal, cambial e monetária Previdência social Reforma agrária
ESTADUAL	Atendimento para casos mais complexos, diagnósticos e terapias (ex: hospitais)	Educação de Ensino Médio Educação da 2ª parte do ensino fundamental Alguns estados também oferecem ensino superior	Polícia Militar Polícia Civil Corpo de Bombeiros Sistema de Execuções Penais Tribunais Estaduais	Rodovias que ligam cidades do estado, aeroportos regionais, obras de abastecimento hídrico	Moradias populares (a União e os Municípios podem participar também) Transporte Público interurbano (ônibus e trens)
MUNICIPAL	Atendimento básico (ex: posto de saúde)	Creches Educação Infantil Educação da 1ª parte do ensino fundamental	Guarda Civil Municipal	Saneamento básico (água e esgoto) Iluminação Pública Asfaltamento das ruas Rodovias municipais Espaços Públicos (como parques e ginásios) Mobilidade urbana (ex: ciclovias e faixas de ônibus)	Planejamento urbano Recolhimento de lixo e reciclagem Limpeza Urbana Gestão de Trânsito Transporte Público Urbano

Figura 47 - Tabela com responsabilidades dos três níveis de Governo para saúde, educação e segurança e justiça. Reproduzido pela autora com base na tabela do Site Politize (<http://www.politize.com.br/niveis-de-governo-federal-estadual-municipal/>) em setembro de 2018.

Entender essa estrutura administrativa é importante porque é a partir dela que a cidade é desenvolvida. A estrutura é muito bem pensada, quando as três instâncias trabalham em harmonia e com um único objetivo. Porém, não é desta forma que as ações e estratégias políticas são pensadas. Nem sempre há um apoio entre duas instâncias no desenvolvimento dos programas e estratégias para a cidade, e cabe a sociedade civil entender a importância do seu papel nesse sistema, que é o de cobrar as ações e programas necessários a melhora da qualidade de vida das cidades.

Dentro deste sistema político, existe uma ferramenta que é muito importante para a construção da cidade, e de responsabilidade dos poderes municipais: O PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano). É nele que são desenvolvidas todas as diretrizes e estratégias para ordenar e planejar o desenvolvimento da cidade. É a partir do PDDU que programas e planos de educação, saúde, mobilidade, dentre outros são desenvolvidos. O PDDU tem que estar de acordo com a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Cidade<sup>25</sup>, e a Lei Orgânica

<sup>25</sup>Estatuto da Cidade é a lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta a Política urbana da Constituição Federal Brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade. (Wikipédia, setembro de 2018)

do Município (LOM)<sup>26</sup> e é dele que deriva a principal legislação de ocupação e uso do solo da cidade, a LOUOS<sup>27</sup>.

Em 2016, houve a aprovação do PDDU que causou uma série de polemias na cidade. Instituições como Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-BA), a Faculdade de Arquitetura da UFBA, a Sociedade Brasileira de Urbanismo – SBU e o Sindicato dos Arquitetos do Estado da Bahia (SINARQ) denunciam uma série de questões discorridas no PDDU que vão contra as diretrizes do Estatuto da Cidade e que não colaboram para o desenvolvimento de uma cidade sustentável e desigual. Dentre as denúncias está a insuficiência de estudos técnicos que justificassem as alterações e questões pontuadas no PDDU, graves denúncias de falta de participação efetiva da população nas audiências públicas, (obrigatórias segundo legislação federal), alta burocratização, falta de resposta às questões pontuadas, restrição das manifestações dos cidadãos interessados, além da diminuição efetiva de áreas de proteção ambiental e alterações de características de zonas da cidade que não condiz com as realidades existentes.

As críticas realizadas por grande parte das instituições com grande credibilidade no país, podem demonstrar a falta de cuidado e o desinteresse por parte dos poderes políticos administrativos em realizar um plano urbanístico para a cidade que diminua as desigualdades sociais e desenvolva uma cidade mais justa e sustentável para qualquer cidadão soteropolitano. A grande generalização das propostas do PDDU dificulta a criação de programas e ferramentas que promovam a geração de uma melhor qualidade de vida para a população, e dificulta a conexão entre o PDDU e os outros planos pensados para a cidade como o Planejamento Estratégico ou Plano Plurianual.

Um dos eixos de ação da Prefeitura de Salvador é a criação de programas que foquem no “Desenvolvimento Institucional e Engajamento Do Cidadão”, com a criação de ouvidorias, portais de transparências, aplicativos, cartilhas e sites que auxiliem e estimulem o cidadão a participar mais do desenvolvimento da cidade na sua microescala. Porém, de acordo com

---

<sup>26</sup>Lei Orgânica do município é a lei que disciplina o funcionamento do município e que está subordinada aos poderes federais e estaduais no Brasil.

<sup>27</sup>LOUOS - Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo é uma lei que fornece parâmetros urbanísticos para tudo que é construído na cidade.

conversas realizadas com pessoas que moram na cidade, a grande maioria das pessoas não conhecem esses programas.

Como consequência deste processo, aliado a facilidade e rapidez na comunicação das pessoas e divulgação de informações via internet e redes sociais, a falta de integração entre os planos, a demanda por uma participação mais ativa dos cidadãos no desenvolvimento de projetos e programas para o seu bairro, além da falta de comprometimento das gestões municipais neste processo, tem levado ao surgimento de novas organizações bairristas ou de ruas. Esses grupos surgem a partir de uma necessidade de mudança de uma realidade, que eles próprios conhecem muito bem, por viver naquele espaço. Nesses momentos, a Universidade é uma alternativa na busca por um conhecimento mais técnico e uma maior visibilidade das problemáticas. Como exemplo temos os Canteiros Coletivos<sup>28</sup>, Bairro Escola Rio Vermelho<sup>29</sup>, Curiar, Acervo da Laje<sup>30</sup>, Rede de Arte e Cultura do Engenho Velho de Brotas<sup>31</sup>, Salvador Meu Amor<sup>32</sup>, dentre outros.

Segundo entrevista realizada com o Vereador municipal Silvio Humberto, a Universidade tem um papel muito importante como Instituição de produção do conhecimento, seja para a formação de futuros profissionais que atuarão na cidade, seja nas atividades de extensão que buscam realizar a troca de saberes entre a academia e a sociedade. Além disso, a Universidade tem tido um papel muito importante em Salvador, como espaço de debate dentro e fora do ambiente acadêmico, como por exemplo nas audiências públicas de discussão e aprovação do PDDU da cidade.

Em relação aos grupos estudantis, o Vereador acredita que o surgimento desses grupos dentro das universidades, e que não têm vínculo direto com os grupos de pesquisa já existentes, estimulam a faculdade a repensar a sua forma de aplicação do ensino, porque os estudantes estão mostrando que querem ir além da sala de aula. Acredita também que as

---

<sup>28</sup>Canteiros Coletivos é “uma iniciativa cidadã, autônoma e apartidária de recuperação de praças e canteiros abandonados da cidade de Salvador.” (Retirado do site do grupo em setembro de 2018)

<sup>29</sup>Bairro Escola Rio Vermelho “é uma grande articulação comunitária que busca promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens por meio da ampliação das oportunidades educativas do bairro” (retirado do site do grupo em setembro de 2018)

<sup>30</sup>Acervo da Laje “é um espaço de memória artística, cultural e de pesquisa sobre o Subúrbio Ferroviário de Salvador, que surgiu em 2011, fruto de pesquisas sobre a arte invisível dos trabalhadores da beleza nas periferias de Salvador.” (Retirado do site do grupo em setembro de 2018)

<sup>31</sup> Rede de Arte e Cultura do Engenho Velho de Brotas - Artistas, grupos culturais e esportivos lutando pela diversidade e sistematização da cultura da região de Brotas. (Retirado do Facebook do grupo)

<sup>32</sup>Salvador Meu Amor - Movimentos independentes e voluntários de amor pela cidade, pessoas e suas ações. (Retirado do site do grupo em setembro de 2018)

ações desses movimentos estudantis na cidade auxiliam na conscientização e conquistas do direito à cidade por comunidades onde esse direito é constantemente negado. Além disso, podem complementar as ações do Estado, e em alguns momentos, auxiliar na identificação de espaços que necessitam de ação.

### **3.3.2. UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

A primeira instituição de ensino superior no Brasil foi a Escola de Cirurgia da Bahia, em 1808. Nesta época elas eram chamadas de Escolas, já que a denominação da Universidade só veio surgir depois da Independência do Brasil. Em 1827 ainda surgiram a Faculdade de Direito de São Paulo e de Olinda. A primeira Universidade, já designada como tal, com a integração de alguns cursos aconteceu em 1920 com a Universidade do Rio de Janeiro. Segundo SOUZA “os cursos de Ensino Superior foram criados para atender, predominantemente, as necessidades do Estado nascente (...)” definindo o perfil ideológico buscado na época: “qualificação da elite para o exercício do poder, aristocratização do saber, profissionalização técnico-operativa e transplante de modelos europeus.”. A elite brasileira, em emancipação na época, não pretendia investir em educação, mas sim transplantar apenas o modelo europeu como forma de qualificar sua própria elite.

A formação das universidades brasileiras teve grande influência do modelo francês, o que representa a criação de cursos isolados, o limite no número de matriculados e a frequência obrigatória (SOUZA, 1996; REALE, 1974). Os cursos escolhidos davam apoio a essa elite emergente, tanto para estrutura social, como cultural com os cursos de artes e desenho. Essas universidades se desenvolveram nos cinco principais estados onde a elite estava concentrada: Bahia, Minas Gerais, Rio, São Paulo e Recife. (Ver figura 48). Ainda assim, nesse período todo o conhecimento que era transmitido nas universidades advinha da visão e cultura europeia, seja no estudo do passado, grego ou romano, ou nas questões presentes na época. Isso porque a grande maioria, se não, todos os professores eram europeus ou tinham estudado nas universidades da Europa, principalmente Portugal.

ANO	INSTITUIÇÃO	CURSO	LOCALIZAÇÃO
1808		Anatomia	Rio
		Cirurgia	Rio e Bahia
		Economia Política	Rio
1810	Ac. Real Militar	Engenharia Bélica e Civil	Rio
1813	Ac. Medicina e Cirurgia	Medicina e Cirurgia	Rio
1817		Química	Bahia
1818		História	Ouro Preto
		Música	Bahia
1824	Ac. Belas Artes	Belas Artes	Rio
1827		Jurídico	São Paulo e Olinda
1832	Fac. Medicina e Cirurgia*	Medicina, Cirurgia, Farmácia e Obstetrícia	Bahia
1841	Conservatório de Música	Música	Rio
1854	Dac. Direito **	Direito	São Paulo e Recife
1858	Esc. Central ***	Eng. Civil e Geografia	Rio
1874	Esc. Politécnica ****	Eng. Civil, Minas, Geográfica e Industrial	Rio
		Beldo em Ciências Físicas e Matemáticas	Rio
		Minas e Eng. Civil	Ouro Preto
		Matemática Superior	Pernambuco
* Transformação da Academia de Medicina e Cirurgia			
** Transformação dos Cursos Jurídicos			
*** Transformação da Escola Militar			
**** Transformação da Escola Central			

Figura 48 – Tabela com Instituições e Cursos Superiores do Império. Reproduzido da tabela do artigo de Souza, José, 1996, Revista da Faculdade de Educação, PUCCAMP, Campinas, V.1, N. 1, p. 42 a 56 em setembro de 2018.

A partir de 1930 cria-se o sistema universitário brasileiro, criando autonomia didática e administrativa, e regularizando o seu funcionamento. Novas universidades são criadas, e forma-se a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa mudança vem junto com a transformação do sistema agrário brasileiro para o sistema industrial, atendendo as demandas exigidas por esse novo sistema econômico do Brasil e também mundial. É com esse impulso que, em meados dos anos 50, ocorre a Federalização das universidades, passando estas a ser de responsabilidade do governo, e alterando uma série de estruturas administrativas internas. Durante 20 anos o sistema educacional superior brasileiro foi sendo amplamente expandido, discutido e modificado, até a provação da lei de Diretrizes e Bases da Educação, somente em 1961. Porém, essa lei durou pouco, já que em 1964 instaura-se a ditadura militar no Brasil que causa diversas transformações no ensino superior.

Durante a ditadura, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi suspensa, na tentativa de delinear novas estruturas a partir da política econômica vigente. Com isso houve em 1968 a Lei 5.540, que dava prioridade a educação científica e técnica, e concedia facilidades para a instalação de faculdades e escolas de ensino privado no país. Além disso, os movimentos

estudantis, muito fortes antes da implementação do golpe militar e que ajudaram nas transformações educacionais até aquele determinado período, sofrem intensas repressões e tentativas de desvalorização, inclusive com a implementação da Lei Suplicy, em 1965, que planejava “uma nova estrutura organizativa para os estudantes, eminentemente apolítica e centrada em questões estritamente culturais e recreativas dos grêmios estudantis.” (Marini e Speller, 1977)

Vale ressaltar a importância dos movimentos estudantis, pré e pós ditadura militar no Brasil. A UNE (União Nacional de Estudantes) nasce em 1937, após a implantação do Estado Novo. Assumiu diversas causas na época, como as manifestações pela nacionalização do petróleo, campanhas e iniciativas para a educação do Brasil, com a realização de seminários (com o intuito de discutir a reforma universitária do Brasil), dentre outros de cunho nacional e internacional. Pós golpe, os movimentos estudantis foram a principal forma de oposição e resistência à ditadura militar, com lutas que buscavam o aumento de investimentos e melhoras educacionais pelo governo, que como respostas as constantes manifestações, principalmente por estudantes, instaurou o Ato Institucional número 5, que suspendia qualquer garantia constitucional, e o Decreto-lei nº 477, de 1969, que definiam as medidas punitivas, caso professores, alunos e funcionários realizassem as infrações disciplinares, dando vez as torturas realizadas nesse período.

A reorganização estudantil só volta a acontecer no final dos anos 70, com a Lei da Anistia, que permite a volta dos professores e alunos às salas de aula, e o retorno da discussão, já nos anos 80, sobre a reforma da universidade brasileira. Após o fim da ditadura, em 1988, com a redemocratização do país, diversos tipos de movimentos populares e estudantis voltam a discutir e questionar as bases educacionais vigentes no país. O Fórum da Educação na Constituinte desenvolve uma proposta de texto educacional para ser inserido a nova Constituição. Neste texto, é explicitado a tríade do ensino, pesquisa e extensão como essencial para o desenvolvimento do papel das universidades para a sociedade. É incorporada à Constituição de 1988, no artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Esse princípio conduz a necessidade de aliar o conhecimento adquirido dentro da universidade, através do ensino e da pesquisa, a soluções para a sociedade através da extensão, dialogando com os problemas sociais.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi formada em 1996, após 8 anos de intensas discussões. Dentro desta nova lei, se destaca o artigo 45 que define que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas e privadas, com variados graus de abrangências ou especialização”. Esse artigo abre portas para a existências de novas formas de instituições superiores, diferentes do conceito universitário, que, assim, ficam isentas de obedecerem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, diminuindo os custos e exigências a serem cumpridas pelas faculdades ou institutos superiores particulares. Desta forma, eram atendidos os interesses particulares e públicos.

A forma de ingresso na Universidade se dava, e ainda se dá, por meio de uma prova, realizada após o Ensino Médio Escolar. Ainda hoje, principalmente por conta da busca dos professores e exigências perante a lei da tríade ensino, pesquisa e extensão, as Universidades Públicas, de forma geral, são consideradas as melhores universidades no Brasil. Apesar das lutas e movimentos sociais terem uma força importante na composição da nova universidade pós ditadura militar, a atual universidade ainda é composta pela elite e burguesia em ascensão, que são as classes que podiam se dar ao privilegio de estudar em escolas de ensino fundamental e médio no Brasil de qualidade, tendo mais chances de conquistar uma vaga nas melhores universidades, no caso, as públicas.

As últimas mudanças ocorridas no Brasil em relação as Universidades, foi no governo Lula a partir de 2003, com a implantação da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que buscava a expansão ou criação de novas universidades públicas no país e programas como a Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Investimento Estudantil (FIES), que objetivavam o acesso ao ensino privado superior com apoio de bolsas e formas parceladas de pagamento. Além disso, houve a implementação das cotas como forma de ação afirmativa para reverter a desigualdade social histórica no Brasil. Essa política tem como base a reserva de uma quantidade de vagas para certos grupos excluídos socialmente. Durante algum tempo, o sistema de cotas foi questionado, porém muitas pesquisas já conseguem comprovar a eficácia do sistema, tornando as universidades mais diversas e com maiores oportunidades para todos.

Atualmente as universidades no Brasil passam pelos mesmo problemas de tempos atrás: falta de investimento público em educação, e no caso do momento presente, podemos até falar de uma falta de investimento proposital, com o intuito de gerar sucateamento e necessidade de privatização. Depois do golpe em 2016 e o impeachment da Dilma, os investimentos em educação, pesquisa e extensão tem sido cada vez menor nas faculdades. Em 2018 já houve uma redução de mais de 30% em educação.

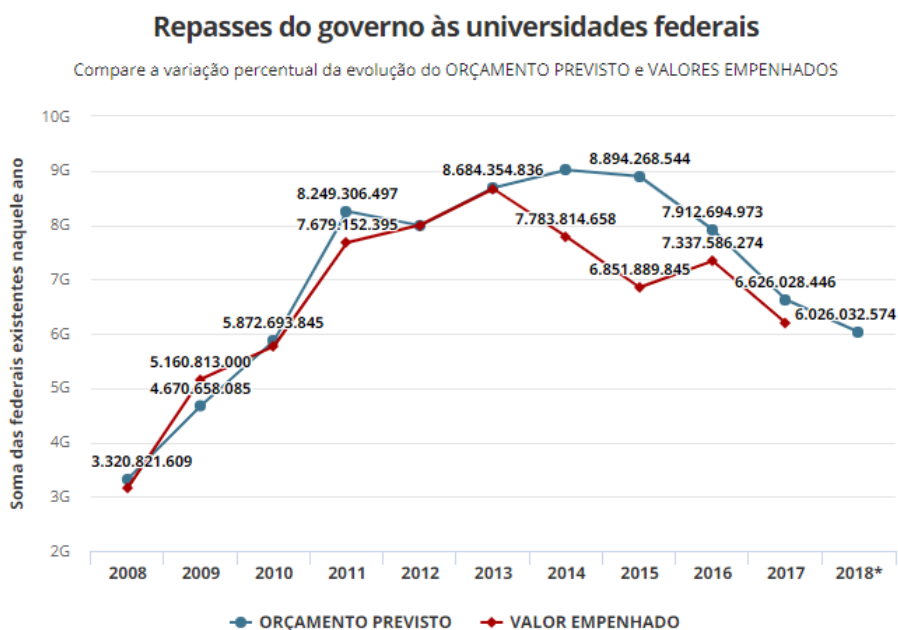


Figura 49 - Gráfico que mostra o investimento no governo às universidades federais. Retirado de <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml> em setembro de 2018.

A Universidade Federal da Bahia, surgiu em 1808, ainda sem esse nome, e foi o primeiro curso do Brasil. No século XIX outros cursos foram sendo incorporados, até a formalização oficial em 1946, sendo composta pela Faculdade de Medicina da Bahia, com as escolas de Odontologia e Farmácia, Direito, Escola Politécnica, Faculdade de Filosofia e Faculdade de Ciências Econômicas. Segundo o site da própria Universidade, o primeiro reitor da UFBA foi o professor Edgar Santos, que foi um grande marco para a Universidade, pois além de liderar o processo de federalização, implementou uma infraestrutura física e de pessoal, promovendo a Universidade integrada, além do investimento em artes e humanidades, com as escolas de dança, música e teatro, que foram a base de dois momentos importantes culturais da história do Brasil: O tropicalismo e o cinema novo, na década de 60.

Além de Salvador, a UFBA tem campus em Barreiras, Vitória da Conquista e um novo campus em Camaçari, que será inaugurado no segundo semestre de 2018. Só em Salvador possui 3 campi (Ondina, Federação e Canela) e 112 cursos que se distribuem em 31 unidades

universitárias entre escolas, faculdades e institutos, além de cinemas, residências, bibliotecas, centros de estudos, dentre outros. Possui ainda a modalidade do Bacharelado Interdisciplinar (Artes, Tecnologias e Ciências, Humanidade e Saúde), proposta que faz parte do programa do Reuni, instaurado em 2007, que se constitui como cursos de graduação com formação mais ampla e flexível, que permite ao estudante, trabalhar como consultor geral da área, após os 3 anos de curso, ou seguir para uma especialização.

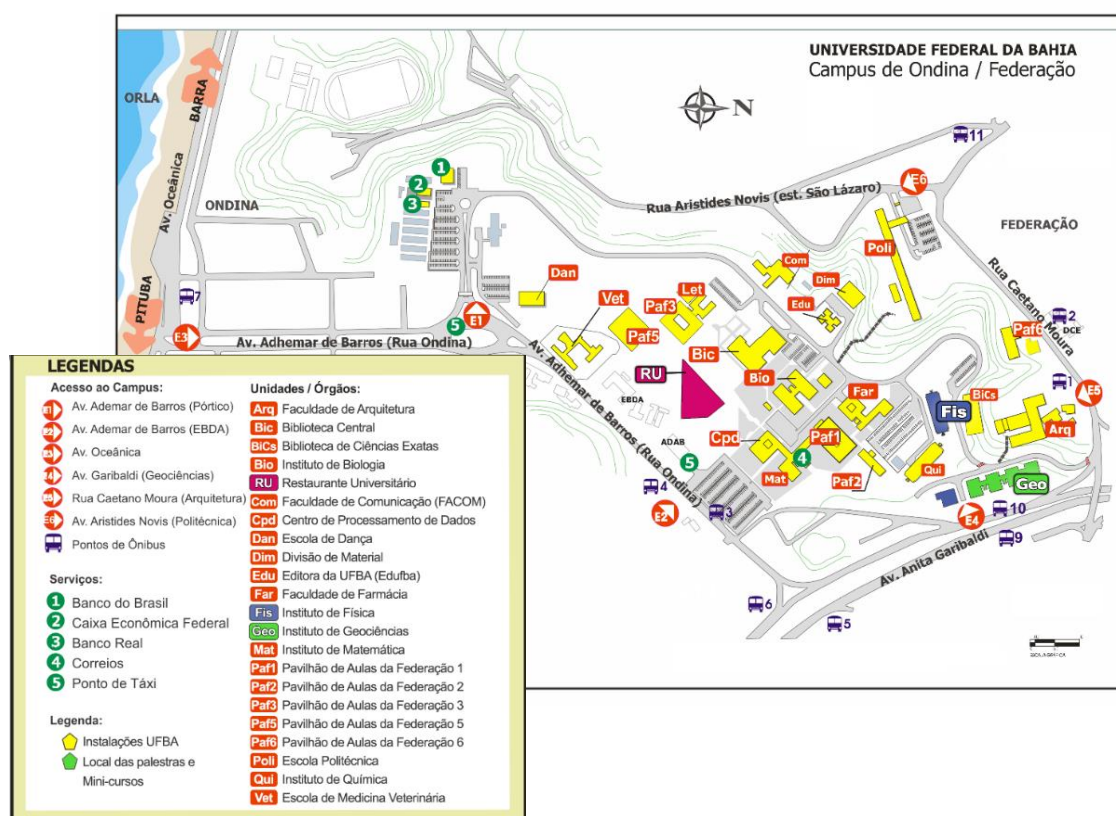


Figura 50 - Mapa do Campus da UFBA em Salvador. Retirado de <http://www.escoladefisica.fis.ufba.br/Mapa-da-UFBA-Campus-Ondina/> em setembro de 2018.

Os principais programas nacionais de apoio à pesquisa e extensão é o Programa de Extensão Universitária - ProExt, criado em 2007, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criado em 1951. Já os programas que fazem parte diretamente a Universidade Federal da Bahia, podemos destacar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), criada em 2001, e a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), criada em 1980. Além desses existem outros programas, principalmente estaduais, que apesar de terem a sua particularidade, visam o apoio a realização de pesquisas e extensões realizadas dentro da UFBA. A forma mais direta de apoio à pesquisa e extensão é através da inscrição em editais para bolsas de pesquisa. Porém esses programas podem

realizar convênios, contratos de cooperação e gestão em diversos âmbitos, inclusive internacionais, estabelecer parcerias com órgãos financiadores, dentre outras funções.

A Faculdade de Arquitetura da UFBA surgiu em 1877, junto com a fundação da Academia de Belas Artes. Nestes anos que seguiram o curso não era reconhecido nacionalmente, e havia um questionamento sobre a aceitação do profissional arquiteto, até 1949 quando houve a federalização, que deu ao arquiteto o direito de exercer a profissão em todo o país, mudando a legislação vigente que dava aos engenheiros o direito de desempenhar quase todos os cargos arquitetônicos. O currículo desenvolvido para o curso utilizava como base os conceitos da arquitetura moderna, do arquiteto Lucia Costa e os princípios formulados no Congresso da União Internacional de Arquitetos, realizado em Lisboa no ano de 1959. Em meados de 1970 a nova sede da Faculdade, no campus da UFBA da Federação é concluída, com a mudança para as novas instalações.

Foi com a construção do novo edifício da Faculdade de Arquitetura que começaram a surgir as condições para implantação do curso de pós-graduação, em 1973, sendo o primeiro em planejamento urbano e regional. Atualmente, o curso continua funcionando no prédio do campus da Federação e oferece cursos de graduação (diurno e noturno), mestrado e doutorado em Arquitetura e Urbanismo, além do programa de pós-graduação em Urbanismo e Conservação e Restauro, e a Residência AU+E, que consiste em uma especialização em Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade. O Mestrado surge na época como uma forma de pensar as problemáticas da cidade, entendendo a transformação para um país predominantemente urbano, em 1983. O Doutorado surge em 1999, como segundo doutorado da área no Brasil. Segundo o site do PPGAU, o doutorado permitiu uma ampliação da estrutura acadêmica de pós-graduação com “ a ampliação das possibilidades de formação que a Faculdade de Arquitetura da UFBA oferecia, aumento de intercâmbios com outras instituições, fortalecimento das linhas de pesquisa, criação e fortalecimento de núcleos e laboratórios, assim como a emergência de novas temáticas de pesquisa. ”.

Em 2016, entrou em curso a construção de um Projeto Político Pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA. Esse projeto tem a intenção de ser uma construção coletiva, em que alunos, professores, funcionários e interessados possam participar colaborando com ideias e discussões sobre as mudanças que o curso de graduação precisava ter, já que a última reformulação tinha acontecido em 1995. Segundo o documento de

desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, o objetivo é “esclarecer que tipo de profissional o curso pretende formar, mencionando, de forma genérica, os conhecimentos e competências que o mesmo precisa adquirir no curso e os espaços de atuação.”. Para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico com uma construção coletiva, houveram a divisão dos grupos de trabalho, ministrados por diferentes atores dentro da Universidade. No entanto, o PPP ainda não foi aprovado.

A FAUFBA possui grupos de pesquisa ligado a diversos ramos do estudo da arquitetura e urbanismo, como o Lugar Comum, Laboratório Urbano, EtniCidades – grupo de estudos étnicos e raciais em arquitetura e urbanismo, ArqPop - Arquitetura Popular: Espaços e Saberes, Projeto, Cidade e Memória, dentre outros que se vinculam diretamente a graduação e pós-graduação da Faculdade. Além desses grupos e núcleo com vinculação institucional à Faculdade de Arquitetura, e coordenada por professores, existem grupos e núcleos criados pelos alunos que buscam qualificação extracurricular, apoiado por docentes, e pela estrutura administrativa da faculdade. São eles o DEA (Diretório dos Estudantes de Arquitetura), a Projecta (Empresa Júnior) e o Curiar.

O DEA - Diretório dos Estudantes de Arquitetura é uma organização sem fins lucrativos, formada por estudantes voluntários da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e tem como objetivo garantir o direito dos estudantes, promover debates importantes perante a administração e docentes da Faculdade, como por exemplo no caso do PPP, e promover a inclusão dos alunos através de atividades. Surgiu em 1990, na época da redemocratização do país e reestruturação das Universidades pós ditadura militar. A cada ano, há a inscrição de diversas chapas que são votadas pelos estudantes da própria Faculdade. Cada gestão dura 2 anos.



Figura 51 - Imagens dos eventos promovidos pelo DEA - FAUFBA. Retirado do facebook do Grupo em setembro de 2018.

A Projecta é a Empresa Júnior de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA, que surgiu em 2008. O Movimento Empresa Junior surgiu na França em 1967 e veio para o Brasil em 1988, porém só foi regulamentada por lei em 2016. O Movimento Empresa Junior é uma associação sem fins lucrativos e com fins educacionais, constituídas por estudantes do ensino superior ou técnico, com o objetivo de fazer projetos e serviços que auxiliem no desenvolvimento do país e na formação pessoal e profissional extracurricular dos estudantes. Desta forma, os alunos podem entender a vivência empresarial, por meio da realização de projetos e serviços com baixo custo, atendendo geralmente a micro e pequenas empresas que não tem condições de contratar os profissionais atuantes do mercado. As EJ's são administradas e geridas por estudantes e apoiada por professores que auxiliam nos projetos e na responsabilidade técnica, quando necessário. Qualquer faculdade pode ter a sua Empresa Júnior, e cada estado tem uma Federação que congrega todas as empresas júnior daquele estado, promovendo congressos, reuniões e apoios para que as empresas se ajudem e façam parcerias.



Figura 52 - Imagens dos eventos e de divulgação da Empresa Junior - Projecta. Retirado do facebook do grupo. Setembro de 2018

Segundo a coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, a Faculdade tem buscando interfaces com outros campos do saber, fomentando projetos multidisciplinares, que são estimulados principalmente através das atividades extracurriculares como oficinas, workshops, projetos de extensão, ACC's (Atividade Curricular em Comunidade), atividades complementares, estágios e monitorias. Segundo Ariadne, "O desafio da FAUFBA é tentar criar um profissional competente e preparado tecnicamente, mas, sobretudo, que tenha um posicionamento cidadão e uma consciência mais ampliada quanto à sua função social(...).".

Acredita que a Faculdade tem feito um esforço para oferecer aos estudantes a maior gama de possibilidades de aprendizado, mas "o estudante também precisa se engajar mais e desenvolver sua própria autonomia na construção do seu curso. Para tanto, é importante que ele procure participar mais da vida acadêmica de sua unidade, se envolvendo nos diversos espaços de debate da Universidade e buscando construir ferramentas coletivas de politização" (Ariadne, 2018). Admite ainda novas possibilidades de vinculação do ensino e pós-graduação, e também a criação de estratégias que garantam a transversalidade entre pesquisa, extensão e ensino, mas frisa a importância de mais investimento público para que essas ações aconteçam.

Conhece o Curiar e outras iniciativas estudantis, e acha importante a atuação deles na cidade, pois promove o debate dentro e fora do ambiente acadêmico, além de "promover uma interface mais propositiva de ação técnica e social, considerando outros saberes e as práticas cotidianas da cidade e de seus próprios habitantes. A existência desses grupos, a publicação sistemática das pesquisas desenvolvidas, os resultados alcançados e a socialização dos dados levantados são ferramentas fundamentais para serem utilizadas como indicadores de trabalhos técnicos que ainda precisam ser fomentados na nossa instituição, além de

incentivar outros professores e estudantes a darem mais atenção à essas questões.” (Ariadne, 2018). Como complemento a fala da Coordenadora do curso, a professora Akemi Tahara, destaca que a existência de grupos estudantis com esse viés, auxilia no desenvolvimento de alunos mais capazes e comprometidos com as questões da cidade, reforçando o papel de compromisso da Faculdade com a sociedade, e a formação de cidadãos mais capazes de articular os saberes. (Akemi, 2018).

### **3.3.3 CURIAR**

O Curiar foi uma iniciativa estudantil que surgiu em 2011, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, após a realização de um trabalho na matéria de Atelier de Projeto III, em que o objetivo era fazer um projeto arquitetônico para uma demanda real. Os alunos tinham que buscar pessoas com necessidade de fazer alguma alteração ou reforma na casa e propor um projeto. No final do trabalho, esse projeto seria apresentado para toda a turma, e os “clientes” tinham que, se possível, estarem presentes para dar a opinião e dizer como foi o processo de produção do projeto, dando também a sua nota. Este trabalho proporcionou uma discussão sobre as cidades brasileiras e a produção social do arquiteto e sua importância na cidade.

A partir dessa discussão alguns alunos começaram a se questionar sobre o papel dos estudantes dentro deste processo, porque naquele momento já havia o entendimento, de, por estar em uma Universidade Pública, precisava haver um retorno para a sociedade, não só um retorno acadêmico, de discussão, mas também um retorno mais de ação. Inicialmente a intenção era de fazer um escritório que pudesse dar algum tipo de assessoria para o mercado informal. A vontade maior, segundo as entrevistas realizadas era de “botar a mão na massa” e construir algo. Assim, quatro amigos se reuniram e começaram a pesquisar formas de atuar na cidade. Acharam alguns coletivos urbanos, associações e grupo de moradores com trabalhos mais específicos, geralmente voltados para atividades sociais. Nesse processo de pesquisa descobriram também o EMAU – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, um projeto do FENEA – a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, já existente em outros estados do Brasil, e que atuavam em comunidades carentes com a orientação de professores.

O FENEA surgiu a partir dos grêmios de arquitetura que existiam no país, e desde 1932 se organiza para gerar amplas discussões sobre arquitetura e urbanismo. Já tomou diversas designações e em 1964, com o golpe militar foi extinta, sendo retomada em 1972 de forma

clandestina, já que esses encontros estudantis se tornaram uma importante forma de articulação e resistência dos estudantes naquela época. Neste período esses encontros eram denominados de ENEA, e já se discutia temas como o arquiteto e a sociedade atual. Em 1988, o ENEA se transformou numa Federação, englobando uma série de pautas estudantis vigentes. Somente em 2008 que o estatuto sofreu as últimas alterações para se adaptar ao código civil. Segundo o próprio site, o FeNEA, a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, “é uma entidade pública sem fins lucrativos, sem filiação partidária, livre e independente de órgãos públicos e privados, que hoje congrega mais de 80.000 estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo, de mais de 305 instituições de ensino superior, e os representa perante órgãos governamentais e entidades de área. ”. É dividido em diretorias que são geridas por ano, e votadas em plenárias nos encontros. A federação também é dividida em regionais, facilitando os trabalhos e focando em características e necessidades de cada região. (FeNEA, setembro de 2018)



Figura 53 - Imagem com distribuição regional do FeNEA. Retirado do site do FeNEA. Setembro de 2018

Um dos projetos desenvolvidos pela Federação é o EMAU, que começou a ser concebido no final dos anos 90, ainda sobre a euforia do fim da ditadura militar no Brasil, em 1988. Segundo o site do FeNEA o Escritório Modelo é um “projeto de Extensão Universitária unida à pesquisa e ao processo de graduação (...), com a finalidade não só de completar a educação universitária, mas também para afirmar um compromisso com a realidade social da comunidade onde a universidade está inserida.”. O EMAU, não tem fins lucrativos, deve ser formado a partir do interesse de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, e é livre

para que qualquer estudante, ou interessado externo, possa participar, disponibilizando, desta forma, um espaço aberto de discussão na sociedade. (FeNEA, setembro de 2018)

Tem por base a tríade Ensino, pesquisa e extensão universitária, com o intuito de nortear os princípios e construir uma comunicação constante entre a sociedade e a universidade, extrapolando a vivência dos estudantes em sala de aula. A intenção do EMAU é que haja um compartilhamento de conhecimento, experiências e ideias envolvidas em cada um dos projetos e não a realização de projetos prontos. Por isso propõe, como forma de trabalho, a construção de um diálogo de forma horizontal, entendendo a arquitetura muito mais como um processo e menos como um produto acabado. Acredita que a construção em conjunto e de forma multidisciplinar é um ponto essencial na continuação e manutenção dos trabalhos na comunidade, seja com membros do EMAU ou pessoas da própria comunidade. (FeNEA, setembro de 2018)

O EMAU busca desenvolver um trabalho voltado para uma parcela da população que não tem acesso ao trabalho do arquiteto e urbanista, mas que é minimamente organizada, ou seja, possui algum tipo de organização comunitária. Por isso, o EMAU não faz trabalho para particulares e não concorre com o mercado de trabalho, pois atende comunidades excluídas no acesso ao serviço de arquitetura e urbanismo, denominados assentamentos informais, que corresponde a mais de 75% dos espaços construídos no Brasil, mas que apresenta agentes transformadores em potencial. Todas as atividades desenvolvidas por um EMAU devem ter a orientação de um professor universitário, garantindo, quando necessário, a responsabilidade técnica e legal dos projetos. Não há uma lei que regule o trabalho dos EMAU's no Brasil, porém, como as atividades desenvolvidas tem o viés acadêmico, com o objetivo didático, existe uma autonomia no desenvolvimento dos projetos. Atualmente existem mais de 30 EMAU's em funcionamento e alguns em processo de construção, segundo dados de 2014 do FeNEA. (FeNEA, setembro de 2018)

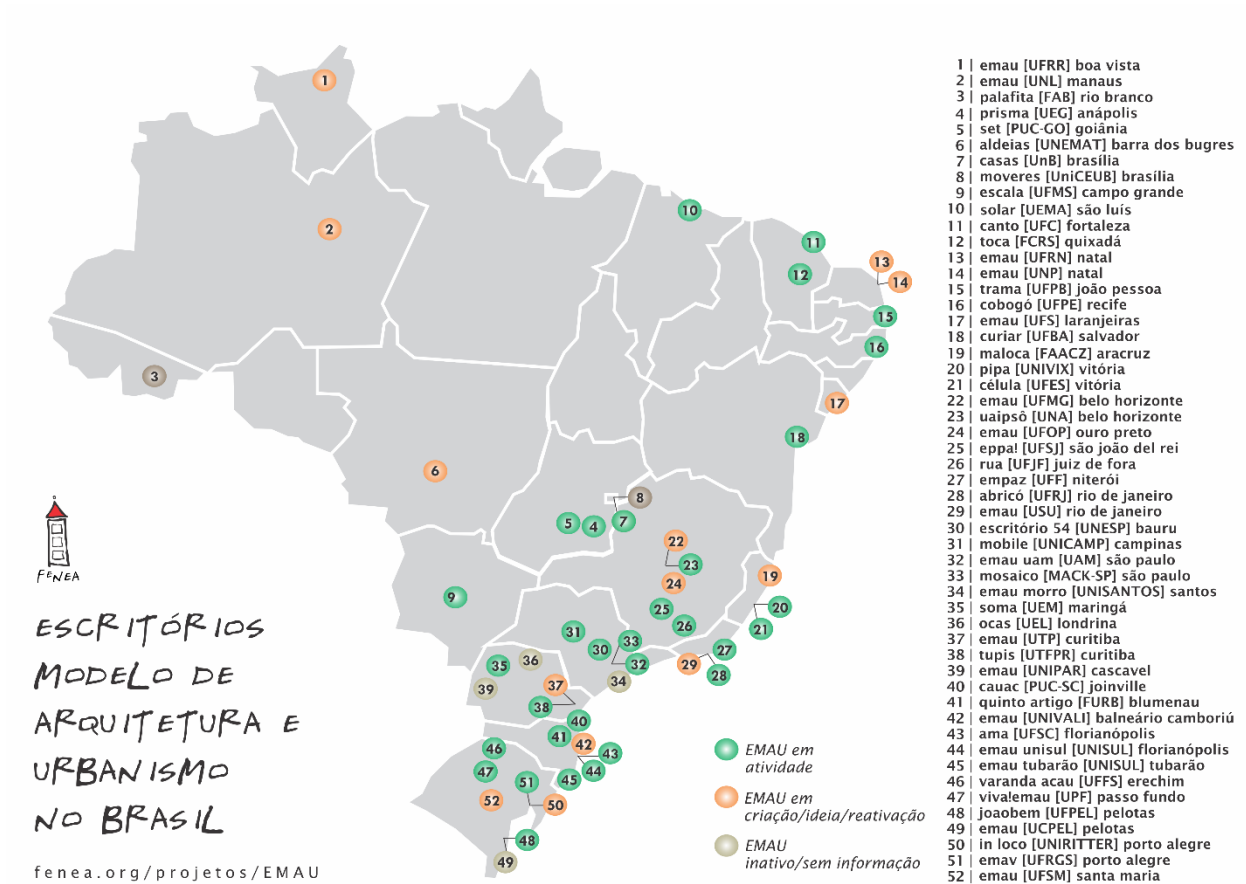


Figura 54 - Mapa com a distribuição dos EMAU's no Brasil. Retirado do site do FeNEA. Setembro de 2018

Com o entendimento do que era o EMAU e da forma de trabalho, os estudantes decidiram que era isso que eles queriam desenvolver na Faculdade. Assim surgiu o Curiar, representando a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. O nome foi definido em uma das reuniões de formação do Escritório remetendo a um provérbio baiano Curiar, que significa estar curioso, ter curiosidade, que é o primeiro instinto a mudança. Depois do nome escolhido começou o processo de estruturação do escritório com o desenvolvimento da carta de intenção, baseado nos preceitos do EMAU, desenvolvimento da marca, apresentações e formas de divulgação na Faculdade para outros alunos e professores, ao mesmo tempo que se reuniam com a diretora da Faculdade de Arquitetura para saber se haveria ou não apoio.



Figura 55 - Imagens da logo e da marca do Curiar. Imagem enviada pelo grupo. Setembro de 2018.

A Faculdade de Arquitetura apoiou totalmente os alunos no desenvolvimento do projeto, e foi em uma dessas conversas com a diretoria da Faculdade que surgiu a possibilidade de se juntar a duas professoras que estavam querendo abrir um Escritório Público dentro da Universidade. Uma das professoras, Renata Inês, tinha uma demanda da Defensoria Pública da Bahia para realizar cadastro de casas para legalizar perante a Prefeitura da cidade. O que ela fazia era destinar uma parte dos estudantes bolsistas dela para desenvolvimento desta atividade. Por isso, ela pensou em abrir o Escritório Público da Faculdade para que essa demanda fosse redirecionada para o Escritório. Como o Curiar estava surgindo no mesmo momento que a professora estava querendo desenvolver o Escritório Público, a diretora da Faculdade sugeriu que os estudantes do Curiar, ainda sem demanda de projeto, e a professora Renata Inês se juntassem. Como o Escritório Público e o Escritório Modelo tem processos, metodologias e gestões diferentes, a professora Renata Inês, junto com a Professora Rosana Muñoz, se juntaram ao Curiar, aceitando o processo apresentado pelos estudantes, e se tornando as primeiras orientadoras do projeto.

Apesar de ter duas professoras orientadoras, o Curiar foi apoiado por diversos professoras que se colocaram à disposição para ajudar no que fosse necessário. Porém, a oficialização da existência de duas professoras como orientadoras permitiu ao Curiar uma série de conquistas. A primeira foi a institucionalização como projeto de extensão, o que possibilitou no futuro a inscrição em editais e bolsas de pesquisa para desenvolvimento dos trabalhos. Nesta época, com a divulgação do escritório pela Faculdade, outros alunos se interessaram em participar e, em pouco tempo o Curiar já contava com 12 pessoas.

A primeira tentativa de projeto foi junto com a Defensoria Pública da Bahia, no setor de regularização fundiária, com o intuito de continuar os trabalhos de cadastro realizados com a professora Renata Inês. A Defensoria se disponibilizou a destinar bolsas para os estudantes que fariam esses trabalhos e a infraestrutura e equipamento necessário. Para isso o Curiar desenvolveu uma carta de intenção de parceria e de projeto, porém, o retorno não foi dado e o projeto só ficou mesmo no papel. Além deste, não houve nenhum outro projeto em parceria com a administração municipal ou estadual, também pelo grupo se entender como uma resistência política frente a algumas atitudes destes órgãos governamentais.

Foi no início de 2012 que o primeiro projeto do Curiar surgiu, na comunidade do Gantois, com a indicação da diretora da Faculdade de Arquitetura. Com o primeiro projeto escolhido na comunidade do Gantois, em frente a Faculdade, os estudantes começaram a se

dedicar mais a pesquisa de metodologias participativas e a desenvolver como seria o processo de atuação do Curiar na comunidade. O projeto do Gantois permitiu a tentativa de desenvolvimento da metodologia base que seria adaptada nos outros projetos do grupo, e a possibilidade de pôr em prática aquilo que era desenvolvido pessoalmente por cada um dos estudantes, seja nos grupos de pesquisa que participavam, seja na teoria estudada nas próprias matérias da Faculdade. Inclusive, segundo as entrevistas realizadas, o fato de ter muitos alunos que já tinham se dedicado a pesquisas sobre o tema facilitou a busca pelas bibliografias e pelo debate dentro do grupo.

A metodologia escolhida pelos estudantes para nortear os projetos externos foi baseada em experiências dos grupos de pesquisa e leituras teóricas feitas. Essa metodologia era adaptada a depender da demanda e do tipo de projetos que era executado. Vale ressaltar, que em alguns projetos desenvolvidos pelo grupo, não havia necessidade de utilização dessa metodologia, já que eram ações mais pontuais, sem continuidade nos trabalhos. A metodologia se baseia em:

1. Existir a solicitação de projeto – O Curiar acredita que para que a parceira aconteça junto com a população local, é preciso que a demanda venha da comunidade, e não por uma escolha do grupo, porque assim os moradores vão se tornar mais responsáveis por aquele projeto e se engajar mais nele;
2. Entrar em contato com a comunidade – Seja através de entrevistas, observações, conversas, derivas (Jacques, 2003), desenho ou o que mais for necessário;
3. Realização do diagnóstico – que consiste em verificar legislação, fazer mapas de análise do solo, do território, ou outras coisas mais que for preciso para realizar um diagnóstico adequado;
4. Realização de Oficinas preparatórias com a comunidade – A realização da oficina vai depender do que será discutido e implementado na comunidade, de acordo com o desejo dos moradores;
5. Desenvolvimento do Projeto Participativo – Que em alguns casos pode ser só um documento, mapas, livro ou um projeto físico com impacto maior na comunidade;
6. Execução - pode ser a realização de um projeto físico, ou a produção de mapas, livros ou documentos.

Todos os projetos realizados pelo Curiar até os dias atuais, foram demandas da própria população, de alguma associação ou instituição presente no espaço. Já houveram projetos que foram negados pelo grupo, e segundo entrevistas, tem a ver com a complexidade do projeto, questão financeira, disponibilidade do grupo, ou porque era uma demanda de algum projeto particular, como reforma de casas ou de estabelecimentos comerciais, onde os projetos eram encaminhados para a Empresa Junior de Arquitetura da Faculdade, a Projecta.

A busca pela multidisciplinariedade fazia com o que o Curiar procurasse em outros cursos da Universidade pessoas interessadas em participar. Em um dado momento o grupo contava com estudantes de geografia, urbanismo e ciências sociais, que apesar de ficarem pouco tempo, contribuíram muito para o desenvolvimento de um trabalho mais amplo, principalmente no projeto do Gantois. Além dos estudantes, haviam coletivos urbanos parceiros do Curiar, que auxiliavam na construção coletiva de alguns projetos. Dentre eles estão os Canteiros Coletivos e o Bairro Escola Rio Vermelho. Depois do projeto no Gantois, o Curiar ficou muito mais reconhecido dentro da Universidade e também por projetos independentes externos, chegando uma quantidade de demanda que o grupo não conseguia dar conta.

Como qualquer escritório, o Curiar necessita de uma estruturação interna administrativa que envolva a gestão de pessoas, de dinheiro, de projetos, de comunicação e de parceiros, e para isso os estudantes resolveram se dividir de duas formas: Existem os curiandos e os curiosos. Os curiandos são os alunos que fazem parte oficialmente do escritório, dividindo as tarefas de gestão que são necessárias, mas também participando dos projetos externos do grupo. Os curiosos são os alunos que só participam dos projetos externos, sem ter vínculo a estrutura de gestão do escritório. São pessoas que se interessam por esse tipo de atividade mais participativa, mas que por algum motivo não conseguem ou não quem se vincular a estrutura administrativa do EMAU.



Figura 56 - Imagem de divulgação do Curiar na FAUFBA. Enviada por e-mail pelo grupo. Setembro de 2018.

Dentro do processo estrutural administrativo do escritório, as funções eram distribuídas a partir do interesse, ou afinidade de cada estudante, e para algumas funções havia uma rotatividade na gestão, buscando a horizontalidade nas decisões. Para isso, havia uma reunião semanal onde todas as questões eram discutidas. Em alguns momentos do grupo era preciso destrinchar mais os processos de gestão, principalmente quando havia mais pessoas, diminuindo as funções quando a quantidade de pessoas diminuía. Qualquer estudante da Faculdade, em qualquer ano pode participar do EMAU, sendo muitas vezes realizados “processos inclusivos”<sup>33</sup> como forma de estimular a entrada de novos membros.

As maiores dificuldades do grupo são a falta de infraestrutura adequada, de equipamentos, de uma constância nos trabalhos de grupo e da permanência das pessoas. Apesar de 2013 ter sido um ano de muitas conquistas, como a disponibilidade de uma sala só para o grupo na Faculdade, e a inscrição em um edital que possibilitava compra de equipamentos e materiais para o desenvolvimento dos trabalhos, outras dificuldades se apresentavam. Por exemplo, mesmo com computadores para a realização de trabalhos na sala que o grupo conseguiu, a internet *wifi* da Faculdade não chegava, além disso, apesar de ter a possibilidade de passar o cabeamento de internet, para que isso fosse feito existia um

<sup>33</sup> Nome dado ao processo seletivo do grupo, com a tentativa de retirar a ideia de seleção, mas sim de inclusão das pessoas ao grupo.

processo burocrático muito grande, dentro do sistema da Universidade, que impossibilita, até os dias atuais o uso da internet na sala. Além disso, a sala que poderia abrigar o grupo, fica no final do prédio, e sofre com infiltrações e umidade constantemente, o que tornava impossível estar na sala nos dias de chuva.



Figura 57 - Imagens de reforma da sala cedida para o Curiar. Enviada pelo grupo por email. Setembro de 2018.

Quanto a dificuldade na continuidade dos trabalhos está diretamente relacionada a demanda de projetos e de matérias que a Faculdade de Arquitetura exige dos alunos. Em tempos de prova e entrega de trabalhos, nem sempre os estudantes conseguiam se dedicar ao Curiar como era necessário, atrasando cronogramas e desenvolvimento dos trabalhos nas comunidades. A permanência de pessoas no grupo também está a ligada a demanda da Faculdade e pode ter relação com três questões. A primeira diz respeito a demanda dos trabalhos que por vezes afastava os estudantes, principalmente os que tinham menos tempo no grupo e estavam menos entrosados, que nos períodos de prova ficavam mais distante e depois não retomava mais ao grupo, ou aqueles que tem um estágio ou trabalho externo e que tem dificuldade em conciliar, esse trabalho, o Curiar e a Faculdade. A segunda está relacionada aos estudantes que perceberam que o Curiar, não era exatamente aquilo que eles estavam buscando e saem do grupo, e o terceiro tem relação com os estudantes que terminam o curso e não conseguem mais se dedicar ao Curiar.

Outra dificuldade que o grupo passa é a questão financeira. Por ser um grupo feito por estudantes, a principal forma de angariar dinheiro seria pela Faculdade, caso ela tivesse

condições de destinar parte da verba que recebe para apoiar grupos estudantis. Existem ainda mais três opções: A primeira é através de parcerias ou patrocínios, que são difíceis de conseguir e que acontecem especificamente para a realização de projetos, a segunda através de rifas, venda de produtos do grupo, ou barraquinhas de comidas (autorizadas para serem vendidas na Faculdade, ou em festas que aconteçam no espaço), e a terceira através de bolsas de pesquisa, como projeto de extensão. Essa última é a principal forma do Curiar conseguir algum dinheiro para comprar matérias ou realizar a manutenção interna do escritório. No começo do escritório, a estratégia utilizada para conseguir um dinheiro para manutenção das atividades, foi através da inscrição de um aluno como bolsista fixo, que doava o dinheiro que recebia para a realização das atividades do grupo. Depois de um tempo, com a intensificação dos projetos houve a necessidade de disponibilizar bolsas para as pessoas trabalharem exclusivamente naqueles projetos, sem doação para o escritório. Essas bolsas eram conseguidas através de edital de pesquisa ou extensão que acontecia pelo menos uma vez por ano.

Porém, segundo entrevistas, a falta de apoio financeiro diminui muito a força do grupo, porque muitas vezes as pessoas precisam deixar o Curiar para se dedicar a algum trabalho externo que remunere. Aliado a isso, a falta de equipamentos e infraestrutura obriga os alunos a usarem suas próprias máquinas, destinando além do tempo de trabalho voluntário, o desgaste físico dos seus próprios equipamentos.

A oficialização perante o FeNEA foi em um dos eventos realizados pela Federação. Como forma de divulgação dos projetos, e socialização entre os estudantes de arquitetura e urbanismo das Universidades e Faculdades do Brasil, o FeNEA realiza Seminários ou Eventos, com o intuito de promover discussão, debates e troca de experiências. O SeNEMAU. (Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo), é um encontro feito especificamente para os escritórios modelos como forma de gerar troca de experiência e aprimoramento do modelo ensino e extensão entre os grupos. Foi no SeNEMAU de 2012, em Fortaleza que o Curiar, pela primeira vez, pode apresentar um pouco do projeto que estava sendo realizado no Gantois, e trocar experiências com outros EMAU's que já tinham realizado trabalhos parecidos.

Depois de 7 anos de existência, como saldo do grupo para a Faculdade a representante do Curiar destacou o auxílio que o EMAU dá na formação dos alunos. Tanto pelo fato de existir um grupo que busca o papel social do arquiteto na sua atuação, o que dá possibilidades e

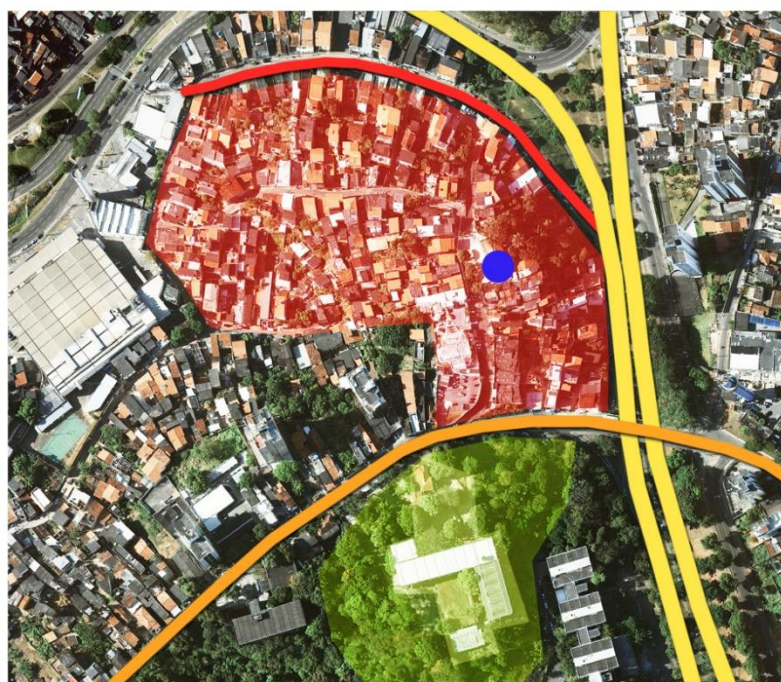
oportunidade para os alunos que estão entrando, quanto pelos eventos que o grupo faz, buscando integrar a comunidade com a Faculdade, levando líderes ou moradores para participarem nos seminários ou eventos. Para a sociedade, a representante do grupo entende que o Curiar auxiliou no desenvolvimento da criticidade perante a cidade, estimulando a criação de movimentos dentro dos bairros para lutar pelo espaço urbano como espaço da coletividade. Além disso, facilitou o estreitamento com os laços da Faculdade enxergando-a mais ainda como apoio a luta, e possibilidade política de ação, junto com os grupos de pesquisa já existentes.

Segundo a entrevistada, a maior diferença entre a atuação de escritórios particulares de arquitetura, a administração municipal e o EMAU, de forma geral, e entendendo que existem muitas formas de atuação, é a metodologia de trabalho nos espaços, que configura uma série de outras questões como por exemplo tempo de trabalho. Além disso, um escritório particular de arquitetura cumpre com uma demanda de mercado, trabalhado com a cidade formal, destinando a produção para quem pode pagar. A administração pública age de acordo com o sistema capitalista vigente buscando a valorização e a melhora dos espaços a partir desta perspectiva de capitalização. Já o Curiar, não tem a demanda de atender a um sistema burocrático financeiro e nem precisa pagar taxas e impostos, já que está vinculado diretamente a Faculdade. Tem uma maior possibilidade de senso crítico por estar no ambiente acadêmico, que naturalmente proporciona isso (o que não significa que os outros ambientes não possam proporcionar), além de ter um tempo maior de projetos, uma metodologia participativa.

### **3.3.4 O PROJETO DO GANTOIS**

Foi em meados de 2012 que o primeiro projeto do Curiar surgiu. Era no Gantois, uma comunidade que fica em frente a Faculdade de Arquitetura, no bairro da Federação. O nome Gantois veio do antigo dono das terras, o traficante de escravos belga Édouard Gantois. Nessa localidade, destaca-se o Terreiro do Gantois, tombado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2002. No documento o IPHAN destaca duas áreas importantes de preservação: as edificações de uso religioso e o seu entorno, e a vizinhança imediata da área total do terreno. E foi por causa do tombamento, e da importância desta edificação na comunidade que as pessoas do terreiro entraram em contato com a Faculdade.

O Terreiro do Gantois, tem o nome oficial de Ilé Íyá Omi Àsè Ìyamase, mas é conhecido popularmente como Terreiro de Mãe Menininha do Gantois (cantada em tantas versões da música de Dorival Caymmi), ou somente terreiro do Gantois. É considerado área de proteção cultural e paisagística pela Prefeitura de Salvador desde 1985 e tombado pelo Iphan desde 2002. O terreiro, que mantém os costumes dos povos africanos de origem Iorubá (Abeokutá), foi fundado por 1849 por Maria Júlia da Conceição Nazareth, porém foi no comando (Ialorixá) de Mãe Menininha, sua bisneta que o terreiro ficou mais conhecido na cidade.



PRINCIPAIS VIAS:	● COMUNIDADE DO GANTOIS
— Av. Anita Garibaldi	● FAUFBA
— R. Caetano Moura	● TERREIRO DO GANTOIS
— Vrte. Souza Uzel	

*Figura 58 - Mapa de localização da comunidade em relação à Faculdade de Arquitetura e a localização do Terreiro do Gantois na comunidade. Enviado pelo grupo, com alteração da autora. Setembro de 2018.*

Em meados de 2012, havia uma grande preocupação por parte dos representantes do Terreiro do Gantois que o entorno fosse modificado e prejudicasse as atividades que aconteciam no espaço. Isto porque algumas atitudes dos moradores já denunciavam o desconhecimento da importância desse entorno, tanto como patrimônio protegido, como elemento importante na constituição do terreiro (por exemplo na verticalização das casas e destruição das plantas), descaracterizando a imagem da edificação. Com isso, e após tentativas de contato com órgãos competentes, sem sucesso, os representantes do Terreiro recorreram à Faculdade de Arquitetura da UFBA, com o intuito de ajudar a conscientizar as

pessoas da importância do terreiro para a comunidade e para a cidade de uma forma geral, facilitando o contato entre o Terreiro e os moradores, e promovendo a instrução sobre os preceitos que regem a educação patrimonial. Com essa demanda solicitada, a diretoria entrou em contato com o Curiar que começou os trabalhos no Gantois.



*Figura 59 - Entrada principal do Terreiro de Ilé Íyá Omi Àse Ìyamase (Terreiro do Gantois). Retirado de <http://aldeiadepedrapreta.blogspot.com/2014/06/um-abraco-que-vale-toda-uma-luta.html> em setembro de 2018*

Antes do início dos trabalhos na comunidade, houveram reuniões com o Terreiro para entender melhor a demanda solicitada e pesquisas sobre o local, que configuravam o território como um assentamento de baixa renda, sem representação comunitária oficial, com tipologia urbanística caracterizada por pequenos lotes, alta densidade, vias estreitas e tortuosas com íngremes ladeiras e escadarias, carências infra estruturais e de serviços urbanos, e qualidade precária das habitações e do meio ambiente. Perante o PDDU da cidade, aquela região era considerada uma ZEIS<sup>34</sup>, e por isso deveria ser prioridade nas ações da Prefeitura para melhora do espaço, o que não acontecia.

Com algumas dessas informações pesquisadas o grupo começou a definir qual a seria a metodologia utilizada para melhor conhecer o território e as pessoas que moravam naquele espaço, entendendo que a apreensão extra dados oficiais era muito importante dentro do processo. Decidiu-se pelo aprofundamento do histórico, realização de diagnósticos técnicos (com a produção de mapas de vias, vegetação, lixo, acessos, dentre outros...) e coleta de dados sobre o local, ao mesmo tempo em que metodologias de deriva (Berenstein Jacques, 2003), desenho, entrevistas e observação eram utilizadas. Aos poucos os estudantes

---

<sup>34</sup>ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social são áreas demarcadas no território de uma cidade para designar assentamentos de baixa renda. Devem estar previstas no Plano Diretor das cidades brasileiras, segundo Estatuto da Cidade.

começaram a conhecer as rotinas das pessoas que moravam e trabalhavam ali (geralmente com barracas, ou vendas de produtos para atender a própria população). Porém, vale ressaltar que a demanda por trabalhar na comunidade veio do Terreiro de Candomblé que lá ficava instalado, e não da comunidade em si, o que em alguns casos dificultou a aproximação e o trabalhos dos estudantes. De início as entrevistas se configuravam como bate-papo, e a partir dos desenhos e mapas mentais dos estudantes foram desenvolvidos cadernos de impressões.

A partir dessas primeiras etapas, as problemáticas e as potencialidades começaram a vir à tona. Uma das questões postas como problemática era o desgaste e má construção da escada que dava acesso a comunidade pela Avenida Garibaldi (um dos principais acessos para quem utilizava o transporte público), e uma das potencialidades era o espaço sem construção, com muita vegetação que existia ao lado da escada. O Curiar então pensou em unir uma potencialidade e uma problemática. Assim, foi pensada uma intervenção que melhorasse a acessibilidade e embelezasse o local, sendo uma oportunidade de criar mais laços e ser mais reconhecido no território como grupo atuante. Essa ação poderia, ainda, aumentar a autoestima dos moradores e valorizar o espaço público existente.



*Figura 60a e 61b - Imagens da escada antes da intervenção. Enviada pelo grupo por e-mail em setembro de 2018*

A estratégia de preparação para a ação consistia em convidar a população que morava no local para participar, com a distribuição de panfletos sobre a intervenção, além da realização de orçamento e quantitativo de materiais que seriam necessários; definição do cronograma do processo; captação de parceiros e patrocínios e divulgação nas redes sociais.

Neste processo, a parceria com o Canteiros Coletivos foi muito importante, pois gerou futuros projetos com a comunidade. Além disso, dentro de poucos meses iria ocorrer o ENEA<sup>35</sup> na cidade, e a construção da escada poderia entrar como uma atividade do Encontro, gerando mais mão de obra para o processo.

Assim, o plano de execução da escada consistia em:

- 1- Limpeza da área a ser intervencionada;
- 2- Reconstrução e regularização da escada
- 3- Workshop de Plantio e Arte Urbana
- 4- Workshop de mosaicos.



*Figura 61 - Cartaz distribuído pela comunidade e pela Faculdade de Arquitetura para chamar as pessoas para participar da intervenção. Retirado do Facebook do grupo do Curiar em setembro de 2018.*

---

<sup>35</sup> ENEA – Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura



*Figura 62a, 63b, 63c, 63d, 63e e 63f - Fotos do processo inicial de limpeza, e reconstrução de alguns degraus da escada. Enviadas pelo grupo por e-mail em setembro de 2018.*

Em todos os processos, houveram formas de divulgação na comunidade, na Faculdade e nas redes sociais. Porém, de forma geral, a população da comunidade não colaborou muito com a intervenção. Eles ficavam mais como curiosos, de vez em quando perguntavam o que o grupo estava fazendo, e oferecia apoio em relação a banheiro e água, principalmente. No processo de reconstrução e regularização houve uma participação, muito importante, dos pedreiros que moravam na comunidade, que davam dicas e ajudavam em alguns processos, mas sem se envolver muito. No Workshop de Plantio e Arte Urbana, a parceria com o Canteiros Coletivos e com o artista plástico Thiago Nazareth foi muito importante, já que eles trouxeram, além das mudas para plantio e mão de obra para ajudar na plantação, outra perspectiva sobre o local e seu entorno, apoiando o grupo no processo, e criando um vínculo com a comunidade, que seria reforçado a posterior com outro projeto entre o Canteiros, a comunidade e o Curiar. Nesta etapa houve muita participação das crianças, que queriam plantar as mudas. A última etapa foi quando o ENEA estava acontecendo na cidade. O workshop de mosaicos foi realizado em parceria com o artista plástico e arquiteto Eliezer

Nobre que doou cerâmicas e seus materiais de trabalho para a realização dos cortes e montagens das cerâmicas na escada. Nessa etapa as crianças também ajudaram a fazer a fixação das cerâmicas, com o auxílio de adultos. O financiamento do projeto foi feito a partir de doações ou patrocínio de algumas empresas que conheciam os membros dos grupos, e com essas doações os materiais conseguiram ser comprados. Além disso, houve doação de cerâmica velha de algumas lojas de materiais de construção.



Figura 63a e 64b - Cartaz informativo sobre a intervenção e foto do processo de construção da escada. Enviado pelo grupo em setembro de 2018.



Figura 64a, 65b e 65c - Fotos do processo de inserção de construção dos mosaicos da escada. Enviada pelo grupo por e-mail em setembro de 2018.

Após a finalização das etapas da intervenção da escada, o grupo fez uma reflexão do processo de trabalho e chegou à conclusão que grande parte dos objetivos iniciais foram cumpridos, porém como a organização do processo foi muito rápida e impulsiva, junto com a falta de experiência do grupo, gerou um cronograma de trabalho irreal, demandando mais tempo de trabalho para o grupo. Além disso, apesar de sentir que a população apoiou o

trabalho e gostou do que foi produzido, e da intervenção ter sido pensada a partir das conversas com os moradores, ficou o questionamento sobre: até que ponto os moradores se sentiram parte do processo, gerando o sentimento de pertencimento e identificação?

As análises feitas a partir da primeira intervenção realizada levaram o grupo a pensar em novas formas de atuação que incentivasse mais a participação da população. Ao mesmo tempo, o grupo apresentava os processos, conclusões e análises no SENEMAU Fortaleza de 2012, que ajudou muito com a troca de experiências de outros EMAU's. Os trabalhos na comunidade do Gantois continuaram, só que agora com um processo mais organizado, pensando em um processo completo de metodologias de atuação que complementassem as que já tinham sido desenvolvidas na primeira etapa do projeto. Baseando-se nos princípios de atuação dos EMAUS, descritos no POEMA<sup>36</sup>, e a partir das experiências compartilhadas foram definidas diretrizes para a escolha da metodologia. Um deles era a importância da participação da comunidade em qualquer ação ou decisão a ser tomada, construindo uma relação horizontal com os envolvidos; a busca pela multidisciplinariedade e compartilhamento de experiências e ideias, entendendo a cidade como um ator multidisciplinar, construído um diálogo entre a sociedade e a universidade.

Desta forma, a metodologia escolhida compreendia:

1. Levantamento do histórico do local, através de bibliografia e legislação concernentes à área de estudo, que já tinha sido realizada na primeira etapa;
2. Adentrar na comunidade com o intuito de registrar percepções, através de técnicas de deriva, desenvolvidas por Jacques (2003), que consistem em percorrer o local, em diferentes dias e horários, com o objetivo de entender a dinâmica das relações do grupo social com o espaço e o espaço em si, que já tinham sido realizadas;
3. Estudos de métodos de abordagem aos moradores da comunidade, baseados na metodologia de Nunes (2002) e Freire (1987);
4. Aproximação com a comunidade, através de técnicas de levantamentos de informações e trocas de experiências
5. Análise dos resultados da abordagem;
6. Levantamento de dados para análise técnica;

---

<sup>36</sup> POEMA - Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo

7. Elaboração de materiais cartográficos, contemplando uso do solo, gabarito das edificações, levantamento de vias, topografia, infraestrutura, estado da calçada entre outros;
8. Intervenções coletivas junto com outros grupos estudantis, coletivos ou associações sobre temas de relevância para a comunidade, com base nos resultados do diagnóstico final;
9. Elaboração do plano participativo de melhorias arquitetônicas e urbanísticas para a comunidade do Gantois.

O final da metodologia leva a produção de um plano participativo de melhorias para a comunidade que fosse baseado na tríade da sustentabilidade (comunidade socialmente justa, ambientalmente equilibrada e economicamente viável) e nos preceitos do tombamento realizado pelo IPHAN. A ideia do plano participativo de melhorias era também de realizar mais ações sociais (workshops, oficinas...) e intervenções coletivas, promovendo o engajamento dos moradores a capacitação de líderes comunitários, que até o momento se mostrava fraco na comunidade. Em 2013, o Curiar se inscreveu em um edital do PIBIEX (2013 – 2014) para conseguir bolsas de pesquisa e ter um apoio maior para as atividades que seriam realizadas. Para o processo de seleção do edital o grupo propôs a elaboração do Plano Participativo de Melhorias para o espaço, como instrumento base para a intervenção e gestão da comunidade. Essa proposta já estava contemplada na metodologia de trabalho escolhida pelo grupo, antes da abertura da bolsa de pesquisa, por isso o cronograma da proposta no edital estava baseada na realização de oficinas e workshops de capacitação (a partir do item 8 da metodologia descrita acima) e na elaboração do plano.



*Figura 65 - Capa do produto final desenvolvido pelo grupo com a compilação de todos os processos desenvolvidos junto e na comunidade. Enviado pelo grupo em setembro de 2018*

A intenção era que o Plano Participativo de Melhorias fosse um documento de apoio para que a comunidade pudesse lutar por conquistas urbanas, pois nele estaria as principais características do bairro, das pessoas que moram nele, os problemas e potencialidades, compreendendo um material cartográfico, composto por descrições de vias, edificações, usos do solo, vegetação, tipologias, assim como novos projetos destinados à requalificação do espaço urbano e à autonomia da comunidade (associação de moradores, creche comunitárias, entre outros).

Com a conquista da bolsa, o desenvolvimento dos trabalhos pode ser feito com mais tranquilidade. Nesta primeira fase, os estudantes se candidatavam e doavam as bolsas para as atividades do escritório. Desta forma era possível comprar material para desenvolver as atividades. Os alunos passaram a organizar, corrigir, revisar e refazer o material já coletado para a inserção no caderno do plano de melhorias. Também começaram a desenvolver as oficinas que seriam realizadas na comunidade. Nesse mesmo período, os Canterios Coletivos ganharam um edital da “OI” para desenvolvimento de oficinas de jardinagem, arte e tecnologia na comunidade. Com o isso os trabalhos foram harmonizados e as oficinas muitas vezes aconteciam em conjunto, fortalecendo ainda mais a parceria entre os dois grupos.



Figura 66a e 67b - Cartaz de divulgação da ação de distribuição e plantação de mudas, e foto da distribuição das mudas para a população local. Enviado pelo grupo em setembro de 2018.



Figura 67a, 68b e 68c - Primeira imagem sobre oficina de arte urbana, e a segunda e a terceira imagem com o antes e depois de muro que foi intervencionado pelo grupo em parceria com os Canteiros Coletivos. Enviado pelo grupo por e-mail em setembro de 2018.

Com o desenvolvimento das primeiras oficinas realizadas no edital de 2013/2014, outras questões foram surgindo. Uma delas foi a percepção de que as crianças eram as mais interessadas no trabalho que realizávamos na comunidade. Elas estavam sempre querendo participar, o que era muito positivo. A segunda era a quantidade de lixo acumulado em muitos pontos diferentes da comunidade. Ao mesmo tempo, e também aliado a isso, o Curiar começou a entrar mais profundamente na comunidade, andando nas vielas e ruas estreitas da comunidade, já que muitas pessoas já conheciam o grupo pelo trabalho da escada.

Com a abertura do edital do PIBEX de 2014/2015, o grupo se inscreveu mais uma vez. Porém, com um projeto diferente, desta vez baseado nas novas perspectivas alcançadas pelas oficinas realizadas: O Plano para Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos na Comunidade do Gantois e Seu Entorno. A ideia principal deste projeto era trabalhar a questão do lixo na comunidade, tentando trazer uma reflexão sobre este tema, e incluir as crianças nas oficinas. Neste edital a metodologia foi pensada junto com o desenvolvimento do projeto e consistia em:

- 1- Mapeamento dos sistemas de coleta de resíduos sólidos;
- 2- Diagnóstico da estrutura de armazenamento de lixo e impactos com as redes de infraestrutura urbana local;
- 3- Oficinas de conscientização;
- 4- Reuniões para a construção do plano de melhorias integrado;
- 5- Produção gráfica do material do Plano e desenvolvimento de artigo científico.

Nesta segunda etapa as atividades se concentravam mais na Rua Souza Uzel, onde o grupo encontrou uma dinâmica muito diferente da Rua Garibaldi e da Rua Mãe Menininha do

Gantois, onde aconteceram as atividades anteriores. O Curiar convidou a Empresa Junior de Engenharia Ambiental da UFBA, A ESA- JR, para realizar a oficina de reciclagem junto com o grupo, propondo dinâmicas e interação com as pessoas que passavam. Assim como na primeira etapa do desenvolvimento do projeto, as oficinas aconteciam aos fins de semana, porque entendia-se que era o momento mais descontraído da comunidade, onde era mais fácil deles participarem das dinâmicas.

As oficinas realizadas nessa etapa buscavam trabalhar com conceitos de reciclagem, questões relativas as construções da casa (ventilação, insolação...), entendimento das infraestruturas, dentre outros. Houve exibição de filmes para adultos e crianças sobre o tema, discussões na comunidade, criação de brinquedos a partir de produtos reciclados, concurso de design na Faculdade de arquitetura com outros alunos, para desenvolvimento de uma lixeira que pudesse ser barata, e funcional, dentre outras atividades. Foi a partir dessas oficinas que o grupo descobriu que havia um grupo de pessoas que se reuniam e que tentavam fazer modificações no bairro. Foi neste momento que as reuniões para construção do plano de melhorias foram realizadas.



Figura 68a, 69b e 69c - Foto da oficina de reciclagem com as crianças da comunidade, da exibição do filme “Wall-E” e oficinas de saneamento e ambiente em parceria com a ESA-Jr (Empresa Junior de Engenharia Sanitária e Ambiental). Enviadas pelo grupo em setembro de 2018.

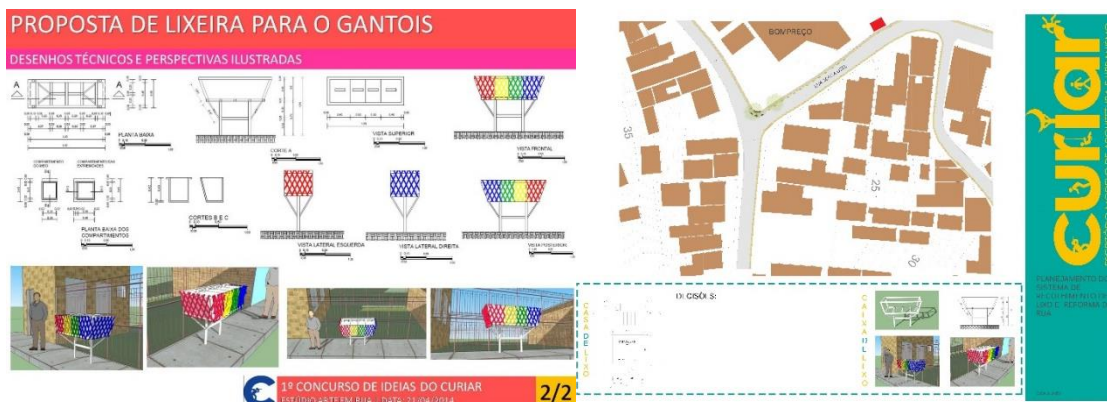


Figura 69a e 70b - Prancha do concurso realizado na Faculdade de Arquitetura da UFBA para desenvolvimento de uma lixeira para a comunidade do Gantois, e prancha de discussão para desenvolvimento das propostas para Plano de Intervenção, junto com a comunidade. Enviado pelo grupo em setembro de 2018.



*Figura 70a e 71b - Fotos da oficina "Brincando no Gantois" com o intuito de apresentar as crianças o espaço da rua como espaço também de brincadeiras e aprendizados. Enviado pelo grupo em setembro de 2018.*

De acordo com as entrevistas realizadas com os moradores, os trabalhos realizados na comunidade, principalmente relacionadas a questão do lixo e reciclagem foram muito importantes, guiando futuros encaminhamentos das associações para o descarte do lixo. A população de uma forma geral participou das oficinas realizadas, e a identificação da problemática do lixo, gerou debates junto com uma representação da administração pública, um vereador, para ver a possibilidade de construção do projeto na comunidade.

Porém, segundo moradores o projeto deixou a desejar, porque não houve uma continuação dos trabalhos, sendo finalizado antes do amadurecimento destas questões dentro da comunidade e com a própria população. Na visão dos membros do Curiar, os trabalhos foram interrompidos porque não houve mais interesse por parte das associações e moradores, havendo tentativas para retomar o processo, porém, sem grandes respostas da população.

#### 4. PARTE IV - ANÁLISE CRÍTICA

Os quatro capítulos iniciais deste estudo, permitiram a estruturação de um panorama analítico sobre a produção dos espaços das nossas cidades, do que ela representa para nossas vidas, da importância das lutas urbanas e sociais e da vinculação da Universidade nas transformações das estruturas. As rápidas transformações comunicacionais, tecnológicas e de rede tem se tornado um dos principais pontos de mudança na forma como as pessoas se relacionam e vivem. Essas mudanças levam a diferentes formas de enxergar a construção das cidades, nas ações sobre os territórios, suas formas de governação, atores envolvidos, dinâmicas e ambientes, exigindo uma abordagem mais colaborativa da cidade e na cidade. As novas tecnologias têm sido fundamentais, tanto como espaço propício a união e debate das transformações, como também espaço que transparece, denuncia e auxilia as ações realizadas, aproximando mais o cidadão das administrações públicas, dos outros cidadãos, e da cidade. Agora, os “olhos da rua”, destacado por Jacobs (1961) são, também, as redes sociais ou redes colaborativas da internet.

Os movimentos sociais urbanos têm adaptado a suas ações a essas novas realidades tecnológicas e de redes de comunicação. Além disso, os encontros de pessoas que tem a mesma opinião e tem a mesma vontade de mudança, são mais frequentemente possíveis nas redes sociais, gerando uma nova forma de luta. Geralmente são grupos de pessoas com interesses comuns, abertos, e com a intenção de fazer mais e esperar menos da ação da administração pública. Essa nova atitude é um reflexo da busca por essa cidade mais colaborativa e com mais urbanidade, e não deixa de ser uma adaptação a forma de luta utilizada pelos movimentos sociais urbanos em outras épocas. Em grande parte dos casos as lutas continuam sendo as mesmas, porém, com estratégias diferentes.

Apesar do forte apelo do capital e da sua influência nas modificações dos espaços, as práticas urbanas relacionadas a valorização e estimulação das relações sociais, os encontros e a diversidade, inerentes a cidade, está cada vez mais sendo buscada. Neste processo, a produção do espaço urbano tem sido um dos pontos chave, quando se percebe a influência das questões políticas, econômicas e históricas no desenvolvimento dos territórios, e a necessidade de participação dos cidadãos no planejamento e gestão dos espaços. Assim, criou-se uma rede dinâmica de responsabilização, compartilhamento de ideias e colaboração, obrigando a uma nova postura de governabilidade.

A universidade, dentro desse processo, tem sido um espaço de debate, de ação e de apoio nas transformações que as sociedades têm passado, mas também tem se modificado e adaptado as transformações globais. No Brasil esse posicionamento da universidade como espaço que precisa entender o seu papel social na cidade, principalmente por ser pública e gratuita, e ainda majoritariamente composta por pessoas com um certo privilegio socioeconômico, aparece mais fortemente a partir de 1990, após o fim da ditadura militar, com forte apoio dos movimentos sociais e estudantis. Em Portugal, a universidade pública também é composta por pessoas com um certo privilégio socioeconômico, não sendo mais gratuita, e apesar de haver a preocupação do retorno social da universidade, e haver programas que busquem isso, a sua ação na cidade ainda é fraca, quando nos referimos a relação entre os estudantes e as comunidades mais marginalizadas.

A relação entre a universidade e a sociedade deve ser mútua. A sociedade permitindo a universidade espaços e objetos de estudo e experimentos, e a universidade devolvendo esses estudos para a sociedade em forma de soluções e debates. De forma simplista, poderíamos pensar em três formas de retorno da universidade para a sociedade: os estudantes, os grupos de investigação e os ex-estudantes.



*Figura 71 - Esquema do ciclo existente entre a universidade e a sociedade.  
Produzido pela própria autora.*

Os estudantes são os alunos da graduação, mestrado ou doutorado, que podem estar vinculados a grupos de pesquisa, mas que, independente disso, levam, através dos estudos, o que se aprende e debate dentro da universidade para a sociedade. Os grupos de pesquisa são formados e administrados pelos professores, com o auxílio de alguns alunos e geralmente buscam respostas as problemáticas da sociedade, através de estudos e pesquisas. Apesar de serem grandes aliados nas lutas de grupos, associações e movimentos, também são os que

mais recebem as críticas sobre o fato de não darem os retornos das pesquisas a sociedade, ou de se fecharem no ciclo acadêmico, que, algumas vezes não permitem a entrada livre da sociedade. Já os ex-estudantes são aqueles que na sua grande maioria trabalham nas empresas privadas ou públicas, e atuam na cidade, de acordo com o modelo de capital vigente. Como forma de entender melhor alguns pontos sobre cada uma das três formas, foi desenvolvida uma tabela mostrando a diferença, de forma geral, na atuação de cada um dos três grupos.

Nesta tabela, especificamente, os grupos estudantis são aqueles que buscam algum tipo de atuação extracurricular. Os grupos de investigação são aqueles que fazem algum tipo de pesquisa relacionada a cidade, e os ex-alunos são aqueles que estão trabalhando em algum escritório privado, que também atua com o urbano. A escolha dos fatores analisados para cada um dos grupos tem relação direta com as perguntas de apoio da tese (*Porque houve/há a necessidade de surgimento de movimentos cívicos urbanos dentro da Universidade? De que forma esses movimentos atuam? Eles colaboram para a geração de urbanidade nos locais que atuam? Como eles conseguem se sustentar e desenvolver suas ideias e projetos? Qual a importância da atuação desses grupos?*), com os resultados encontrados a partir dos estudos de caso e das pesquisas realizadas durante o desenvolvimento da dissertação, buscando compreender as semelhanças e diferenças nas formas de atuação de grupos diferentes em trabalhos com comunidades mais excluídas da sociedade.

RELAÇÃO ENTRE GRUPOS ORIGINADOS OU PERTENCENTES À UNIVERSIDADE E A SUA RESPOSTA À SOCIEDADE							
FATORES A SEREM ANALISADOS		LISBOA - PORTUGAL			SALVADOR - BRASIL		
		Grupos Estudantis	Grupos de Pesquisa	Ex alunos	Grupos Estudantis	Grupos de Pesquisa	Ex alunos
Escolha da temática	Qual o nível de liberdade que os grupos tem para escolher onde, como e qual tema será desenvolvido?						
Financiamento dos projetos	Qual o nível de facilidade que os grupos tem para conseguir dinheiro para fazer os projetos?						
Sustentação Própria	Qual o nível de facilidade que o grupo tem para se sustentar administrativamente, estruturalmente e financeiramente?						
Envolvimento e tempo de trabalho com os projetos	Qual o nível de envolvimento e tempo que o grupo consegue desenvolver com a população que será afetada pelo projeto?						
Capacidade de resposta aos atores locais	Qual o nível de capacidade de resposta as demandas da população local?						
Relação com a Administração Pública Municipal	Qual o nível de relação com a administração Pública Municipal?						
Possibilidade legal de atuação	Qual o nível de possibilidade de reconhecimento desses grupos perante as legislações vigente para atuação na cidade?						
LEGENDA							
	MUITO						
	MÉDIO						
	POUCO						
	NENHUM						

Figura 72 - Tabela da relação entre grupos originados ou pertencentes à Universidade, e a sua resposta à sociedade. Produzido pela autora em agosto de 2018.

- **“Escolha da Temática”** - Tem relação com as escolhas relativas aos projetos que serão desenvolvidos por cada um dos grupos. Por exemplo, até que pontos os grupos podem escolher onde, com quem, como e quando trabalhar em determinados projetos? É uma escolha somente do grupo, ou envolve fatores externos, como financiamento, aprovação de processos administrativos, dentre outros?

Os grupos estudantis, são os que tem maior liberdade de escolha dos seus trabalhos, pois dependem pouco, ou não dependem de fatores externos como solicitação financeira do projeto, processos administrativos, ou retorno acadêmico. Como funcionam na base do voluntariado podem escolher quais projetos, onde, como e quanto tempo vai ser necessário

para desenvolver aquele projeto. Os grupos de pesquisa têm um nível “médio” de liberdade, pois são os principais responsáveis pela resposta social que se espera da universidade, e não devem simplesmente recusar ou não responderem a determinadas questões que lhe podem ser impostas. Já os Ex-alunos, representando seus escritórios, tem pouca liberdade nas escolhas da atuação, pois, geralmente, quando são solicitados já existe uma demanda e determinações específicas a serem cumpridas.

- **“Financiamento dos Projetos”** – Qual o nível de probabilidade e de facilidade do grupo para conseguir capital para o desenvolvimento dos seus trabalhos?

De forma geral, os grupos estudantis têm mais dificuldade em conseguir financiamento legal. Em Lisboa, recentemente, o surgimento de programas como BIP/ZIP tem ajudado no financiamento de iniciativas estudantis com comunidades mais excluídas, dando apoio a esse tipo de ação. No Brasil, o financiamento vindo da administração pública, como em Lisboa, é praticamente inexistente, ocorrendo apenas através de patrocínios ou editais de pesquisa de extensão. Essa é a principal diferença na forma de financiamento dos grupos dos dois países. No caso dos Grupos de Investigação, nos dois países, o apoio financeiro vem de editais de financiamento para pesquisas. Já os Escritórios de Ex-alunos, por funcionarem pela lógica de mercado, geralmente só realizam um projeto quando tem alguma forma de financiamento, que pode ser, ou pelo pagamento do trabalho realizado, ou através de alguma atividade extra da empresa que disponibiliza um capital próprio para esses tipos de ação.

- **“Sustentação Própria”** – Traz à tona a forma que os grupos mantêm a sua estrutura administrativa, de equipamentos e de apoio a realização dos projetos. Qual a facilidade de manutenção da estrutura interna que dá apoio a ação dos grupos?

No caso dos estudantes a universidade é a principal fornecedora deste apoio, doando espaços, materiais, suporte teórico e técnico ao desenvolvimento dos trabalhos, porém é como forma de doação, diferente do que acontece com os grupos de investigação, que tem direito a ter esse suporte da universidade, e por isso, conseguindo com muito mais facilidade manter essa estrutura interna. No caso dos escritórios, esse suporte vem inserido no custo dos projetos que eles realizam.

- **“Envolvimento e tempo de trabalho com os projetos”** – Tem a intenção de medir o nível de envolvimento dos grupos nos locais de atuação. Esse envolvimento tem relação direta com o tempo de trabalho que os grupos podem se permitir nos territórios.

Como os estudantes, de forma geral, não estão vinculados diretamente a processos administrativos, que exigem uma resposta com tempo determinado de ação, podem se permitir estar mais nos espaços em que os projetos serão realizados, possibilitando maior envolvimento com os atores locais. No entanto, existem outros fatores que limitam algumas ações dos grupos nos territórios, como por exemplo as atividades obrigatórias universitárias, que por vezes, demandam mais tempo dos alunos, limitando a permanência constante dos estudantes nos espaços de atuação, podendo diminuir o nível de envolvimento. Essa forma de ação é muito parecida com os grupos de investigação. Isso é facilitado para esses dois grupos, pois possuem esse apoio da universidade, não dependendo essencialmente de apoio financeiro para dar suporte a sua estrutura interna ou equipe. Apesar de ter que dar uma resposta acadêmica do que se está sendo produzido, esse processo de desenvolvimento dos trabalhos é melhor compreendido dentro do espaço científico-acadêmico. Diferente dos que ocorre com os Escritórios que precisam apresentar respostas em limites de tempo determinados, dificultando, muitas vezes, esse processo de imersão. A quantidade de tempo envolvido com um trabalho não significa diretamente um desenvolvimento melhor do projeto, já que depende do nível de envolvimento de todos os atores e de como esse envolvimento é efetuado.

- **“Capacidade de resposta aos atores locais”** – Tem relação com a capacidade de dar respostas as demandas locais discutidas e desenvolvidas pelo projeto. Até que ponto aquele projeto vai ter a possibilidade de ser executado?

Quanto a isso, os Escritórios conseguem atender melhor, já que são contratados para fazer esse tipo de projeto, e por isso, geralmente, já existe uma demanda definida, relacionado a solicitações das administrações públicas, e por isso com um capital disponível. Os estudantes e grupos de investigação tem capacidade técnica e teórica suficientes, assim como os escritórios, para dar resposta às demandas locais, porém, a falta de verbas dificulta a execução dos projetos, comprometendo, em alguns casos, a capacidade de resposta.

- **“Relação com a administração pública municipal”** – Qual o nível de envolvimento entre os grupos e a administração pública municipal? Acontecem muitas parcerias ou apoios mútuos?

Nesta questão existe uma diferença entre os estudantes e grupos de investigação de Salvador, no Brasil e de Lisboa em Portugal, já que no último, há programas municipais que permitem a parceria entre as universidades (estudantes e grupos de investigação),

movimentos e associações na resolução de problemas locais, com o apoio, inclusive financeiro. No Brasil essa relação entre a universidade e a administração pública municipal é quase inexistente em termos de parcerias. O que há, dos dois lados, são críticas às formas de atuação de cada um. Neste âmbito os Escritórios, nos dois países, são os que conseguem ter maior vínculo com a administração pública, inclusive na realização de parcerias, concursos e licitações.

- **“Possibilidade legal de atuação”** – Esses grupos são legalmente aceitos perante as legislações dos seus respectivos países para realização dos projetos que se propõe?

Não há nenhuma legislação que reconheça os trabalhos que os grupos estudantis realizam naqueles espaços. O que existe, no caso de Lisboa, é um programa que legaliza a atuação daqueles grupos e não o grupo em si. Por isso a possibilidade de legalização é pouca. No caso do Brasil, os grupos de estudantes se apoiam em projetos de extensão, que são legalizados nacionalmente, dando reconhecimento e autonomia aos trabalhos realizados. É o mesmo que acontece com os grupos de investigação no Brasil, e em Portugal, que tem o suporte da universidade como forma de reconhecimento dos seus trabalhos. Já os escritórios, neste caso, estão completamente legalizados, já que para realizar seus projetos precisam ter a documentação da ordem dos arquitetos reconhecida e aprovação municipal para a realização de suas atividades.

Apesar de diferenças históricas, políticas e sócio economias, são as semelhanças entre as cidades que nos permitem analisar a atuação de grupos vindos de realidades tão diferentes. Isto porque, mesmo que as urgências sejam diferentes, as cidades, serão esse lugar de possibilidades, de vivências e de ação. E as mudanças nas formas de comunicação e tecnologia, tem permitido cada vez mais que se entenda essa atitude na cidade. Tanto o surgimento do Curjar, como do U:ICLI (Locals Approach) foram instigados por inquietudes do lugar onde se estava (a Universidade) e das vivências e olhares mais atentos as suas cidades, seja de negativo, como abandono de certos espaços considerados marginais à cidade, seja positivo, como a possibilidade de se aprender fazendo. As rápidas transformações comunicacionais e de redes colaborativas permitiram também a troca entre esses grupos em diversas partes do mundo. É possível ver a transformação acontecendo, a partir da universidade, dos alunos ou de cidadãos, pela internet e redes sociais, e criar nesse mesmo ambiente virtual troca de experiências que auxiliam nas formas de atuação dos diversos

grupos. Neste caso, as diferenças entre as cidades só permitem o maior enriquecimento nas metodologias e formas de ação.

Cada vez mais a universidade tem sido um ambiente que instiga a diversidade. É possível encontrar pessoas de diversas classes, gêneros e visões em um só lugar. No momento que estudantes desse lugar se reúnem e resolvem atuar nos espaços da cidade, aquela ação tende a ser enriquecedora, só pela diversidade. Além disso, o fato de ser um grupo formado por estudantes permite sempre um retorno a academia, seja através das orientações com os professores, seja a partir de trocas com outros estudantes, possibilitando novos olhares, e enriquecendo ainda mais a experiência como grupo. O Curiar, por ainda ser um movimento dentro da universidade, permite com mais facilidade a troca de pessoas do grupo, e a mudança na gestão. No Locals Approach, essa rotatividade é muito mais difícil de acontecer, já que saiu do âmbito da universidade e se tornou uma ONG, onde os membros tendem a ficar mais tempo nos cargos. Porém, os trabalhos realizados pelo Curiar e, no caso do Locals, ainda como estudantes, proporcionaram a comunidade/bairro trabalhado uma troca de experiências, conhecimentos e práticas enriquecedoras para os dois lados, considerando ainda, o fato destes estudantes trazerem um olhar externo ao espaço, agregando novas visões sobre as problemáticas e potencialidades do local.

No Brasil a produção dos espaços e a construção histórica das cidades reflete problemas relacionadas a expansão desenfreada, construção irregular de casas e bairros inteiros, dentre outros problemas, que não recebem o olhar e a atenção adequada da administração pública para melhorar esses espaços. A urgência da cidade em relação a ações de melhora e desenvolvimento urbano, principalmente junto com as comunidades que vivem nesses locais é muito grande. Neste processo, a ação da Faculdade é vista positivamente, já que legitima aqueles territórios (apesar de haver uma desconfiança no trabalho universitário por conta da quantidade de pesquisas que se apoiam nos territórios para fins científicos, mas que depois não trazem retorno social). Por isso, quando estudantes universitários estão trabalhando com algum lugar de pouca visibilidade social, a atuação é vista de forma positiva colaborando com a melhora dos espaços e relações sociais. Como, de forma geral, são territórios em que a ação pública é pouco atuante, existe uma maior liberdade na forma de trabalho dos grupos, podendo mexer em algumas estruturas urbanas consolidadas (muitas vezes construídas de forma irregular, perante a lei), dando permissão, também, a uma maior

margem de erro nas ações e auto avaliação constante dos processos, aumentando o tempo de trabalho nos espaços.

Em Portugal, também existem espaços em que as estruturas urbanas são informais, marginalizadas ou pouco valorizadas pela administração pública. Nesses espaços, quando há interferência da Faculdade, aquelas ações ou espaços ganham maior legitimidade, obtendo maior visibilidade. Apesar disso, mesmo nesses espaços informais ou à margem, há uma fiscalização em relação a ação física, limitando, de certa forma, algumas ações, o que não impede a auto avaliação, e o maior tempo de imersão do grupo naqueles espaços.

As estratégias e metodologias utilizadas, tanto pelo Locals Approach, como pelo Curiar, visam atividades que valorizam a troca de saberes e compartilhamento de ideias, projetos e ações, construindo, junto com os moradores uma melhora na qualidade de vida das comunidades/bairros. Além disso, proporcionam mais urbanidade nos espaços que atuam, fazendo com que as ruas, praças, largos, paredes e escadas onde aconteceram as atividades passem a ser vistas e utilizadas de forma diferente da usual, ampliando a visão sobre a construção dos espaços da cidade, principalmente para as crianças, que participaram de muitas atividades desenvolvidas pelos dois grupos.

Outra semelhança na ação dos dois grupos foi a preocupação em realizar atividades de oficinas, cursos e workshops para envolver de forma mais consciente os moradores nos objetivos finais do projeto, mas também como uma forma de gerar a troca de saberes entre as técnicas desenvolvidas na Faculdade de arquitetura, e o conhecimento genuíno dos moradores sobre os locais estudados. A mesma lógica servia nas atividades relacionadas as crianças, tentando absorver e entender o que para eles significava espaço público, praças e brincadeiras, para a partir daí, instigar neles a utilização e valorização daqueles espaços. Essas ações relacionadas a oficinas, capacitações e workshops, visam também o estímulo a transformação de moradores de agentes passivos, para agentes ativos na produção dos espaços onde vivem, até porque, as ações dos grupos nos espaços, em algum momento, seriam finalizadas, e o intuito era que, com as experiências adquiridas e trocadas nos workshops, cursos e oficinas os agentes locais, associações ou movimentos urbanos pudessem continuar a transformação nos territórios.

Outro ponto importante a ser citado é que, por mais que as novas redes de comunicação e desenvolvimento de tecnologias, como a internet móvel, estejam evoluindo de forma rápida, contribuindo para o surgimento de redes criadas e a partir da união de

peças que tem os mesmo objetivos, moram no mesmo bairro, ou realizam as mesmas atividades, nas ações dos dois grupos, foi possível constatar, através das entrevistas, e pela análise das redes sociais dos grupos do bairro, que essa tecnologia foi pouco eficaz. Isso porque, o trabalho desenvolvido para a criação de vínculos e melhor conhecimento dos espaços estudados foi muito realizado a pé, andando nos espaços, conversando pessoalmente com as pessoas, ou na ação “porta a porta”. Em muitos momentos, mesmo que a divulgação de alguma atividade fosse realizada pelas redes sociais, tinha pouca visibilidade em relação as divulgações feitas por cartazes ou conversas, servindo, muito mais, para convidar pessoas externas à comunidade para participar, do que como forma de instigar os próprios moradores às atividades.

Além disso, deixa claro a importância de atuações que em algum momento envolva uma atividade de mudança física e espacial. Nos dois grupos, a atividade que mais ficou marcada foi a física. No caso do Curiar, a reforma da escada, e no caso do Locals Approach, a requalificação do espaço para a instalação da “Casa para todos”. Isso pode ser consequência de alguns fatores como: a falta de confiança já instaurada nas instituições ou administrações públicas, que por anos e anos, adentraram na comunidade prometendo transformações e nada foi feito, como também pode significar a real necessidades daqueles espaços de obterem alterações físicas urbanas, e da importância que essas alterações físicas causam nas relações sociais e urbanas das pessoas, ou seja na geração de urbanidade.

Desta forma, mesmo com as diferenças entre as realidades dos dois grupos vemos semelhanças nas formas de atuação e no impacto que as suas ações causam no espaço. Assim, como a cidade e o urbano moldam as práticas sociais, as práticas sociais moldam a cidade e o urbano, e para que as práticas sociais cada vez mais consigam mudar a cidade o urbano é preciso uma mudança mais efetiva na forma de governação das nossas cidades. O surgimento de coletivos, movimentos e grupos com a intenção de agir está cada vez maior, deixando clara a necessidade de planejar e gerir uma cidade junto com diferentes atores urbanos. Por isso, como forma de melhor clarificar as semelhanças e diferenças entre os dois grupos foi desenvolvida uma tabela com fatores a serem analisados em cada um dos estudos de caso (Locals Approach e Curiar), baseados nas problemáticas e perguntas levantadas na dissertação, e também a partir das entrevistas realizadas pelos dois grupos. Segue abaixo

CARACTERIZAÇÃO DOS DOIS ESTUDOS DE CASO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS REALIZADOS.			
FATORES A SEREM ANALISADOS.		LOCALS APPROACH	CURIAR
Financiamento e apoio público	Qual o nível de apoio financeiro, ou não financeiro, da administração municipal pública?		
Financiamento e apoio privado	Qual o nível de apoio financeiro, ou não, de empresas ou instituições privadas?		
Apoio Universitário	Qual o nível de apoio que a universidade deu ao movimento estudantil?		
Influência entre os estudantes	Qual o nível de influência que as atividades realizadas pelo grupo teve nos outros estudantes da faculdade?		
Influência na faculdade	Qual o nível de influência que as atividades realizadas pelo grupo teve na faculdade?		
Influência social	Qual o nível de influência social e urbanística que o grupo teve na comunidade onde realizou seus projetos?		
Realização de Projetos Físicos	Qual a possibilidade de realização de projetos urbanos físicos?		
LEGENDA			
	MUITO		
	MÉDIO		
	POUCO		
	NENHUM		

Figura 73 - Caracterização dos dois movimentos dos estudos de caso: *Locals Approach* e *Curiar*.  
Produzido pela autora

- **“Financiamento Público”** - Tem relação com o nível de apoio financeiro, ou não, que o grupo recebeu da administração pública municipal para realização dos projetos. No caso do *Locals Approach* em Lisboa, existe, como já explicitado, programas de apoio municipal para desenvolvimento de projetos junto com associações ou comunidades locais, e por isso podemos considerar um apoio médio. No caso do *Curiar* não existe qualquer programa de apoio municipal a esse tipo de atuação urbana e social. Esta é a principal diferença entre a forma de atuação dos dois grupos.

- **“Financiamento Privado”** – Tem a intenção de medir qual o nível de apoio financeiro, ou não, de empresas ou instituições privadas nos projetos do grupo. Neste caso, os dois grupos tiveram a mesma possibilidade de conseguir apoio privado, através de patrocínios ou parcerias, porém não era fácil de conseguir esse tipo de apoio. Não existe um programa contínuo em que os grupos possam se apoiar para financiamento privado.

- **“Apoio Universitário”** – Qual o nível de apoio que a universidade deu à criação dos grupos? Neste caso o apoio foi máximo, nos dois grupos.

- **“Influência entre os estudantes”** – As atividades desenvolvidas pelos grupos, influenciaram os estudantes a participarem mais de ação extracurriculares, do próprio grupo em si, ou de outros com o viés parecido com esses movimentos? No caso do Locals podemos considerar que a influência foi pouca, pois apesar de na época de desenvolvimentos dos trabalhos do grupo dentro da universidade, muito estudantes apresentarem interesse e participarem das atividades como voluntários, atualmente na Faculdade de Arquitectura de Lisboa não existe nenhum grupo semelhante ou parecido com o que foi desenvolvido pelo Locals, mostrando a pouca influência que grupo teve para os estudantes. No caso do Curiar, a influência foi média, já que durante o desenvolvimento do projeto muitos estudantes se interessaram como voluntários, e até os dias atuais, o movimento permanece atuante, tanto dentro da Universidade como com projetos na cidade.

- **“Influência na faculdade”** - Qual o nível de influência que as atividades do grupo tiveram dentro da universidade. No caso do Locals podemos considerar pouca, pelo fator acima citado, mas também pelo envolvimento do grupo com as questões da universidade, sem querer se envolver muito nas matérias, nem em objetivos pré-estabelecidos pelas disciplinas. Além disso, o grupo desenvolveu poucas atividades dentro da Faculdade, privilegiando o trabalho externo, apesar de ter feito parcerias com grupos de pesquisas e professores. No caso do Curiar, o grupo se dedicou, além das atividades externas, ao desenvolvimento de atividades dentro da própria universidade, em parceria com outros grupos (como DEA e Projecta), inclusive com atividades que levassem as pessoas da comunidade para dentro da Faculdade, como em debates ou exibição de filmes, além de apresentação das atividades externas em matérias e parcerias com grupos de pesquisa, obtendo uma influência grande dentro do âmbito acadêmico

-**“Influência Social”** – Qual o nível de influência social e urbanista que o grupo realizou nas atividades onde fez projeto. Nestes pontos os dois grupos são semelhantes, pois realizaram atividades muito intensas e importantes para os territórios, com aspectos sociais e urbanos, porém, depois do término dos trabalhos as comunidades não conseguiram se afirmar sozinhas, não continuando com o desenvolvimento de atividades ou melhorias sociais e urbanas, mostrando que as atividades e projetos escolhidos não foram eficazes em alguns pontos.

- **“Realização de Projetos Físicos”** - Qual a possibilidade de realização de projetos físicos urbanos. Nos dois grupos, a possibilidade era média, seja porque não tinha apoio financeiro, seja porque precisavam de aprovações municipais para realização deste tipo de atividade. Apesar das dificuldades os dois grupos conseguiram implementar projetos que são marcas dos seus trabalhos naqueles espaços.

A ação de grupos estudantis nos espaços reflete algumas características que não são facilmente encontrados em outros grupos. Dentre eles, está a força de vontade de mudança, a melhor aceitação por parte da sociedade ao erro, já que são estudantes, e com isso também, a menor pressão em relação a resultados efetivos. Dentre as características negativas, a falta de financiamento, ficando dependente de editais universitários ou apoios dos grupos de pesquisa, atrapalhando a realização de algumas atividades por falta de dinheiro, a falta de continuidade dos trabalhos, que em alguns momentos se misturam com os afazeres universitários, sendo obrigados a ficar em segundo plano, e a não legalização dessas atividades, gerando dependência técnica de algum profissional, caso seja necessário. Entre os dois grupos a principal diferença tem a ver com o relacionamento com a administração pública, a universidade e o apoio financeiro, tanto nas atividades, quanto para manutenção do próprio grupo.

## 5. PARTE V - CONCLUSÃO

Para cumprir com o objetivo de pesquisar, caracterizar e analisar a atuação de dois movimentos cívicos urbanos, que trabalham, ou trabalharam, diretamente com a produção do conhecimento acadêmico dentro das Universidades, e atuaram de alguma forma no espaço urbano, alguns questionamentos foram levantados, dentre eles o principal:

1. *De que forma os movimentos cívicos urbanos, procedentes das experiências universitárias, colaboram para as transformações urbano sociais?*

Como forma de apoio a essa pesquisa outras questões foram levantadas buscando dar uma base sobre a atuação desses movimentos colaborando para a resposta principal do trabalho. São elas:

2. *Porque houve/há a necessidade de surgimento de movimentos cívicos urbanos dentro da Universidade?*
3. *De que forma esses movimentos atuam?*
4. *Eles colaboram para a geração de urbanidade nos locais que atuam?*
5. *Como eles conseguem se sustentar e desenvolver suas ideias e projetos?*
6. *Qual a importância da atuação desses grupos?*

Os dois movimentos cívicos urbanos estudados sentiram a necessidade de criação, por perceberem que, apesar do debate sobre as cidades, as formas de governação, as políticas públicas e temas relativos à vida urbana estarem a todo o momento sendo discutidas em sala de aula, essa discussão ficava presa dentro do ambiente acadêmico, e não geravam nenhuma transformação real na sociedade. No caso do Curiar, no Brasil, essa discussão, e a criação do grupo, foi instigada por uma professora em uma matéria de Projeto, porém, a discussão sobre a importância da função social da Universidade era a todo o momento motivada pela Faculdade de Arquitetura da UFBA, ainda mais por ser uma universidade pública e gratuita. No caso do Locals Approach, em Portugal, foi uma iniciativa dos próprios estudantes, apoiado por alguns professores, que estavam cansados de desenvolver projetos que depois eram guardados, e queriam ter a chance de tentar agir de alguma forma na cidade. A Faculdade de Arquitectura de Lisboa teve seu papel de instigador também, mas as entrevistas, as pesquisas e a falta de continuidade de trabalhos como dos estudantes do Locals, mostram que ainda é um ponto a ser melhor desenvolvido pela gestão da Faculdade.

A descoberta por parte do grupo do Curiar da existência de um projeto estudantil nacional que realizava o tipo de atividades que eles estavam buscando, facilitou, em alguns momentos, o surgimento do grupo, que poderia trocar experiências com outros movimentos sobre as ações, dificuldades e atividades desenvolvidas. Esse apoio, vinculado a uma instituição estudantil legalizada, o FeNEA, e a inscrição como Projeto de Extensão dentro da UFBA, deu força para a continuação dos trabalhos do grupo dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no decorrer dos anos, existindo ativamente até os dias atuais. No caso do Locals Approach, que iniciou os seus trabalhos como um grupo informal de estudantes, o ICLI, o fato de não existir uma iniciativa universitária que preze pela realização de um trabalho voltado diretamente para territórios reais dentro da Faculdade de Arquitetura, ou um tipo de projeto ou programa que vincule as atividades realizadas dentro da Faculdade diretamente para a sociedade, enfraqueceu a continuação de um grupo com a mesma iniciativa do ICLI dentro da Faculdade. Além disso, as entrevistas realizadas mostram que os alunos não têm muito interesse em se vincular a atividades extra, alegando a falta de tempo ao fato da grade curricular universitária ser muito difícil. Desta forma, depois da criação do ICLI, não houve, e não há, nenhum grupo estudantil que busque um trabalho parecido com o que foi desenvolvido pelos ex-estudantes do Locals Approach.

Sobre a forma de atuação, os dois grupos são parecidos nos objetivos e metodologias de execução dos trabalhos. Buscam como primeiro passo a aproximação com o espaço, como forma de entender as relações comunitárias, identitárias, através de entrevistas, diagnósticos, dados técnicos, conversas, dentre outros. Depois procuram realizar oficinas com a comunidade como forma de trocar saberes e experiências, e quando necessário capacitar a comunidade, munindo-os de informações suficientes para a realização da ação, que é o passo seguinte. Existem duas diferenças importantes na atuação dos dois grupos: a primeira é que para o Curiar é importante existir a solicitação do projeto por parte da comunidade, enquanto que para o Locals Approach, esta questão não está em pauta, podendo eles próprios irem atrás de um projeto. A segunda é que para o Locals Approach a fase de Avaliação precisa estar presente dentro dos processos, fazendo uma crítica sobre o trabalho construído e os possíveis erros e melhoras, que no Curiar não existe formalmente, mas que, segundo entrevistas, acontece durante os trabalhos.

Relativamente à terceira pergunta a resposta é sim e não. No momento em que as atividades estão acontecendo, há, claramente, um aumento de vida urbana nos espaços,

levando as pessoas para a rua, envolvendo as crianças nos espaços urbanos, gerando troca de conhecimentos, de experiências e de vivências, tanto no Curiar, quanto no Locals Approach. Isto pode ser comprovado com as fotos e depoimentos dos moradores e pessoas envolvidas no processo. No entanto, após a realização do projeto na comunidade, não houve uma continuação por parte dos moradores das atividades, oficinas, planos e trabalhos realizados durante o processo do trabalho, gerando uma decepção para ambas as partes (moradores e representantes dos movimentos), e uma sensação, para os moradores, de que nada foi feito, porque a “vida voltou ao normal”. Isso é um reflexo da falta de experiência e administração dos grupos para a fase de pós gestão, e uma resposta, em parte negativa, dos moradores sobre todas as oficinas, workshops e formações que aconteceram no espaço, já que estas tinham o intuito de que os próprios moradores continuassem os trabalhos que começaram a ser desenvolvidos pelos movimentos, o que não ocorreu. Essa gestão pós projetos é um dos maiores desafios dos dois grupos nos espaços de atuação.

Outro grande desafio é a sustentabilidade financeira dos projetos. Neste caso há uma diferença muito grande nos dois grupos. O Curiar não tem nenhum tipo de financiamento fixo, o que leva o grupo a desenvolver outras formas de conseguir dinheiro para dar apoio aos projetos e à parte administrativa do grupo (que recebe uma pequena colaboração da Faculdade em termos de sala e alguns equipamentos), como por exemplo a realização de rifas, venda de comidas, camisas ou *bottons* do grupo. Como o Curiar é um projeto de extensão, na maioria dos casos, para a realização das atividades, o grupo se inscreve em editais de financiamento, ficando dependente dos professores orientadores para a inscrição. Mesmo quando ganha o edital, as bolsas são destinadas a alguns alunos que ficam como “responsáveis fixos” na realização das atividades daquele projeto. Caso o grupo precise do dinheiro, um dos alunos que se inscreveu doa o dinheiro para o grupo. A dificuldade financeira do Curiar é um dos principais fatores que dificulta a realização de transformações mais profundas nos bairros, porque, caso não seja de nenhuma forma acima citada, o grupo precisa buscar apoio de patrocinadores ou parceiros.

No caso do Locals Approach, o financiamento das atividades pode ser realizado através do programa municipal BIP/ZIP (quando eles estão fazendo projeto relacionados a zonas/bairros de intervenção prioritária, indicadas pela Câmara de Lisboa) ou através de editais de financiamento. Com a existência desses programas e projetos municipais ou privados o Locals consegue financiar a realização de trabalhos nos bairros, com melhor

respaldo jurídico, legal e financeiro. Quando o trabalho é realizado por editais com pauta definida, a principal problemática é a necessidade de atender ao que o edital pede, que não necessariamente poderá ser o que a população local precisa, limitando o campo de ação do grupo.

A importância da ação desses grupos está vinculada a três questões: a universidade, a sociedade, e a administração pública, principalmente municipal. A Universidade porque proporciona aos alunos uma vivência fora da sala da aula, com desenvolvimento de metodologias sócio urbanas de trabalho, avaliação das próprias ações realizadas, troca de saberes, compartilhamento de experiências tanto no local onde o trabalho é realizado, quanto na própria Universidade, preparando melhor os estudantes para ações futuras na cidade, e auxiliando a Faculdade a cumprir seu papel social, através de ações desenvolvidas pelos próprios alunos. Para a sociedade porque permite a troca de experiências, vivências e trabalhos com um espaço de constante debate e produção de conhecimento. Em alguns casos, o fato da universidade estar presente no espaço garante maior legitimidade a existência da comunidade e a possíveis lutas com poderes públicos e privados. Para a administração pública, pois esses grupos apresentam novas formas de governação e colaboração na cidade, sendo uma possibilidade, no caso de Salvador, de parceria para realização de ações em espaços necessitados da cidade, e no caso de Lisboa, já como um parceiro ou agente colaborador nas transformações urbanas e sociais atuais. Porém, ainda é preciso uma maior colaboração e compartilhamento entre os grupos e a administração pública municipal, como uma grande parceria, que potencializa os resultados nos territórios.

Considera-se, portanto, que os movimentos cívicos urbanos, procedentes de experiências universitárias, colaboram para as transformações urbano sociais, através, basicamente, de três maneiras: A primeira tem a ver com a forma, processo e execução dos projetos desenvolvidos na comunidade. Isto porque, os trabalhos realizados por estes grupos são assentes em metodologias participativas, buscando ampliar os próprios conhecimentos, (já que são estudantes), e os conhecimentos da comunidade, promovendo uma troca de saberes e experiências, permitindo-se aos erros e acertos inerentes a processos urbano sociais. A segunda tem relação com o reforço que o surgimento de grupos, como os dois estudados, fortalece na construção de uma cidade mais colaborativa, mostrando como é possível a realização de transformações urbano-sociais e assim, estimulando a criação de novos grupos que visem mudanças, dentro e fora da universidade. A terceira tem a ver com a

liberdade na atuação, e com os resultados obtidos, que são constantemente debatidos dentro e fora do ambiente acadêmico, permitindo, quando não há regra estipulada por editais, uma maior liberdade nas mudanças durante o processo.

A atuação dos movimentos cívicos urbanos apoia a busca pelo direito à cidade, entendido como um direito coletivo, no momento que provoca um estímulo a mudança social e urbana nos territórios por parte dos próprios atores, promovendo um acesso, mesmo que pequeno ou momentâneo, às necessidades básicas urbanas, como se movimentar, interagir, permanecer, dentre outras. A Universidade, neste âmbito, cumpre seu papel de orientar e instigar os estudantes, sendo o maior desafio desta, acompanhar as transformações exigidas pelas mudanças sociais, ampliando sua visão acadêmica e efetivando a extensão de suas ações a realidades mais concretas, incluindo a Administração Pública. Além disso, é preciso conseguir aliar os 3 atores (Administração Pública, Universidade e Movimentos estudantis urbanos) em uma ação colaborativa e efetiva nos territórios, entendendo o papel de cada um nesse processo, promovendo a importância da discussão sobre território, junto com a própria sociedade, gerando políticas públicas urbanas efetivas na transformação das realidades.

## 6. PARTE VI – REFERÊNCIAS

### Livros

ALEX, Sun **Projeto da praça**: Convívio e Exclusão no Espaço Público. 2 ed. São Paulo: Senac, 2008. 292 p.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. 1 ed. Lisboa: 70 Artes, 2006. 146 p.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. [SL]: Siglo Veintiuno, 1978. 517 p.

CASTELLS, Manuel. **Lutas urbanas e poder político**. [SL]: Firmeza, 1976. 125p.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. [SL]: Siglo Veintiuno, 1975. 304 p.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos Sociais na Era da Internet. 1 ed. [SL]: Zahar, 2013. 272 p.

COELHO, Carlos Dias. **Cadernos de morfologia urbana**: Livro 1: Os Elementos Urbanos. Lisboa: Argumentum, 2015. 208 p.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. 7 ed. Lisboa: Editorial Presença, 2008. 209 p.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. 1 ed. [SL]: Martins Fontes, 2014. 206 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 528 p.

JACQUES, Paola. **Estética da ginga**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2011. 145 p.

MAIOR, Portal Carta. **Cidades rebeldes: Passe Livre e Como Manifestações Que Tomaram As Ruas do Brasil**. 1 ed. [SL]: Boitempo, 2013. 112 p.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: Ensaio para mundos alternativos**. 1 ed. São Paulo: GG, 2014. 253 p.

NEL-LO, Oriol. **La ciudad en movimiento**. 1 ed. [SL]: DIAZ & PONS, 2015. 208p.

NETTO, Douglas Aguiar; NETTO, Vinicius M. **Urbanidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012.

ROSA, Marcos L. **Microplanejamento: Práticas Urbanas Criativas**. 2 ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2013. 232 p.

SANTOS, Boaventura De Sousa. **Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 3 ed. [SL]: Cortez Editora, 2008. 120 p.

SANTOS, Boaventura Souza. **Idéia da universidade na universidade de ideias: Revista Crítica de Ciências Sociais**, n 27/28. Coimbra. 1989. 11-62 p.

SANTOS, C.N.F. **Quando uma rua vira casa: Uma apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3 ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2012. 144 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico Informacional. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2013. 176 p.

SEIXAS, João. **A cidade na encruzilhada**: Repensar a cidade e a sua política. 1 ed. Porto: Edições Afrontamento, 2013. 352 p.

SIQUEIRA, AC De. **As notícias sobre a sociedade e a sociedade na época da revolução científica-tecnológica**: O saber (poder) em disputa. 1 ed. Niterói - RJ: Cadernos CES - Centro de Estudos Sociais Aplicados Uff, 1995. 36-45 p.

SMITHI, Neil. **Como cidades após o neoliberalismo?**: Revista Continentes n 10. Rio de Janeiro: [sn], 2017. 88-107 p.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria**. In: ARANTES, O.; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

#### ARTIGOS, DOCUMENTO e PDF

CAU / BA, Conselho de Arquitetura E Urbanismo Da Bahia; IAB-BA, Instituto De Arquitetos Do Brasil; SINARQ, Sindicato Dos Arquitetos Do Estado Da Bahia. Nota Técnica do IAB, CAU, SINARQ. Sobre o PDDU. **CAUBA**, [SL], 201. Disponível em: < <http://www.cauba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/1-NOTA-TECNICA-IAB-SINARQ-CAU-FINAL-1.pdf> >. Acesso em: 23 ago. 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Carta Estratégica de Lisboa - Um compromisso para o futuro da cidade. **Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024**, [SL], mar./jul. 2009. Disponível em: < [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara\\_Municipal/Carta\\_Estrategica/A\\_Carta\\_Estrategica\\_Lisboa\\_Comissariado.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Camara_Municipal/Carta_Estrategica/A_Carta_Estrategica_Lisboa_Comissariado.pdf) >. Acesso em: 14 ago. 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Economia de Lisboa em números - 2016. **Issuu**, [SL], nov. 201. Disponível em: < [https://issuu.com/camara\\_municipal\\_lisboa/docs/economia\\_lisboa\\_numeros\\_2016\\_pt\\_iss](https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/economia_lisboa_numeros_2016_pt_iss) >. Acesso em: 14 ago. 2018

FÁVERO, Maria De Lourdes De Albuquerque. Universidade do Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar Scielo**, Curitiba, set. /2008.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf> >. Acesso em: 26 ago. 2018

LIMA, Manuel. Divisões Administrativas de Portugal - territorialidade portuguesa. **Formas de Portugal**. 2008.

Disponível em: < <http://www.mslima.com/sop/divisooes/> >. Acesso em: 28 ago. 2018

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da experiência aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17.

Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-86502002000900001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001) >. Acesso em: 26 ago. 2018

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. Uma universidade brasileira. **Revista de Educação Superior**, [SL], v. 22, jul. 1. Disponível em: < [http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053\\_universidade\\_brasileira.pdf](http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf) >. Acesso em: 26 ago. 2018

NESP, LGBT. Perfil do município de Salvador / BA. **NESP**, [SL], mar. 2016. Disponível em: < [http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil\\_Salvador.pdf](http://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Salvador.pdf) >. Acesso em: 22 ago. 2018

NETO, Filipe M. L. G. Trindade; VIOLANTE, Edison. UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO PDDU DE SALVADOR. **XVII ENANPUR - São Paulo 2017**. Disponível em: < [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%2010/ST%2010.3/ST%2010.3-05.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.3/ST%2010.3-05.pdf) >. Acesso em: 24 ago. 2018

NETTO, Douglas Aguiar; NETTO, Vinicius M. **Urbanidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2012. MAPAS VELHOS ONLINE. "**mapa lisboa, 1890**". Disponível em: < <http://www.oldmapsonline.org/map/harvard/11302221> >. Acesso em: 23 mar. 2018

QUEIROZ, João Gomes da Silva E Silvana Nunes De. CENÁRIO DA MOBILIDADE PENDULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS). **XIII ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA**. 2016. Disponível em: < [http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2017/EB07\\_Joao\\_Gomes\\_da\\_Silva\\_MC\\_R\\_A.pdf](http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2017/EB07_Joao_Gomes_da_Silva_MC_R_A.pdf) >. Acesso em: 22 ago. 2018

REALE, Miguel. Realidades e perspectivas da universidade brasileira. **Revista de história**, São paulo, v. 1, n. 100, p. 693-704, 1974. Disponível em: <<http://periodicos.puc->

campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/461>. Acesso em: setembro de 2018

SALVADOR, Prefeitura De. Planejamento estratégico 2017 - 2020 prefeitura de salvador. **Planejamento estratégico 2017 – 2020**. Disponível em: < [http://www.salvador.ba.gov.br/images/PDF/arquivo\\_planejamento.pdf](http://www.salvador.ba.gov.br/images/PDF/arquivo_planejamento.pdf) >. Acesso em: 23 ago. 2018

SERRA, Ordep; NUNES, Débora. Projeto de Lei do PDDU e Salvador: uma avaliação. **Práticas Alternativas**, [SL], jan. 201. Disponível em: < <http://praticasalternativas.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Projeto%20de%20Lei%20do%20PDDU%20de%20Salvador%20-%20uma%20avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf> >. Acesso em: 24 ago. 2018

SIQUEIRA, A.C. De. **As notícias sobre a sociedade e a sociedade na época da revolução científica-tecnológica**: O saber (poder) em disputa. 1 ed. Niterói - RJ: Cadernos Ces Centro de Estudos Sociais Aplicados Uff, 1995. 36-45 p.

SOUZA, José Geraldo De. Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares. **Períodicos puc- campinas**, São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/461>>. Acesso em setembro de 2018

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 50, n. 111, p. 21-82, set. 1. Disponível em: < <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html> >. Acesso em: 26 ago. 2018

Torgal, L. R. (2015). **A Universidade em Portugal em período de transição para a democracia e para o neoliberalismo**. *Espacio, Tiempo y Educación*, 2(2), 155-171. doi: <http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.002.008>

## Sites

À TARDE. **Vida longa: salvador tem uma maior expectativa de vida entre as capitais do Nordeste**.

Disponível em: < <http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1980740-vida-longa-salvador-tem-a-maior-expectativa-de-vida-entre-as-capitais-do-nordeste> >. Acesso em: 29 ago. 2018

AEFA - SOBRE NÓS. **Associação de estudantes da faculdade de arquitetura.**

Disponível em: < <https://aefa.pt/pt/institucional/sobre-nos>>. Acesso em: 28 ago. 2018

AML. **Área metropolitana de Lisboa.**

Disponível em: < <https://www.aml.pt/> >. Acesso em: 14 ago. 2018

ARQUITECTUNA. **Faculdade de arquitetura da universidade de Lisboa.**

Disponível em: < <http://www.arquitectuna.com/> >. Acesso em: 29 ago. 2018

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Salvador - dados socioeconômicos.** Disponível em: < [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/salvador\\_ba](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/salvador_ba) >. Acesso em: 29 ago. 2018

CAUBA **“O primeiro não é bom, pois não é o maior plano de um plano que é reduzido a um município”, critica o arquiteto Carl Von Hauenschild.**

Disponível em: < <http://www.cauba.gov.br/o-novo-pddu-nao-e-bom-pois-nao-atende-o-grande-objetivo-de-um-plano-diretor-que-e-aproveita-as-desigualdades-nao-municipio-critica-o-arquiteto-carl-von-hauenschild/> >. Acesso em: 23 ago. 2018

CARRIS. **Empresa de autocarros.**

Disponível em: < <http://www.carris.pt/> >. Acesso em: 14 ago. 2018

CIAUD **Centro de investigação em arquitetura, urbanismo e design.**

Disponível em: < <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/index.php/pt/> >. Acesso em: 15 ago. 2018

CIAUD **CIAUD - projetos de urbanismo.**

Disponível em: < <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/index.php/pt/projectos-2/urbanismo> >. Acesso em: 29 ago. 2018

CNPQ. **CNPQ - apresentação.**

Disponível em: < [http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao\\_institucional/](http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional/) >.

Acesso em: 26 ago. 2018

COMISSÃO EUROPEIA. **Estratégia Europa 2020.**

Disponível em: < <https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention->

correction/european-semester/framework/ europe-2020-strategy\_pt #  
howisthestrategyimplemented >. Acesso em: 28 ago. 2018

COMISSÃO EUROPEIA. **Fundos europeus galeria e de investimento.**

Disponível em: < [https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/funding-opportunities/funding-programmes/overview-funding-programmes/european-structural-and-investment-funds\\_pt](https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/funding-opportunities/funding-programmes/overview-funding-programmes/european-structural-and-investment-funds_pt) >. Acesso em: 20 ago. 2018

CORREIO. **Apagar a cidade para bairros na cidade.**

Disponível em: < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/prefeitura-lanca-projeto-para-criar-nova-divisao-de-bairros-na-cidade/> >. Acesso em: 23 ago. 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **Densidade do comércio de Lisboa.**

Disponível em: < <http://www.cm-lisboa.pt/investir/comercio> >. Acesso em: 14 ago. 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **Planejamento urbano.**

Disponível em: < <http://www.cm-lisboa.pt/pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano> >. Acesso em: 14 ago. 2018

DICIONÁRIO MICHAELIS. **"globalização".**

Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=vbx4> >. Acesso em: 16 abr. 2018

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **"associação".**

Disponível em: < <https://www.priberam.pt/dlpo/associa%c3%a7%c3%a3o> >.

Acesso em: 07 mai. 2018

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **"cidade".**

Disponível em: < <https://www.priberam.pt/dlpo/cidade> >. Acesso em: 16 mar. 2018

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **"corporação".**

Disponível em: < <https://www.priberam.pt/dlpo/corpora%c3%a7%c3%a3o> >.

Acesso em: 07 mai. 2018

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **"globalização".**

Disponível em: < <https://www.priberam.pt/dlpo/globaliza%c3%a7%c3%a3o> >.

Acesso em: 16 abr. 2018

DIRETÓRIO DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAUFBA. **DEA faufba - projetos.**

Disponível em: < <https://faufbadea.wixsite.com/faufbadea/projetos-dea> >. Acesso em: 27 ago. 2018

EBC. **Salvador é considerada a cidade mais negra do mundo, fora da África.**

Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/videos/2014/03/salvador-e-considerada-a-cidade-mais-negra-do-mundo-fora-da-africa> >. Acesso em: 24 ago. 2018

ECONOMIA ONLINE. **Área metropolitana de Lisboa. Uma cabeça maior que o corpo.** Disponível em: < <https://eco.pt/2017/09/18/area-metropolitana-de-lisboa-uma-cabeça-maior-que-o-corpo/> >. Acesso em: 28 ago. 2018

FACULDADE DE ARQUITECTURA DE LISBOA. **Faculdade de arquitetura de Lisboa.** Disponível em: < <http://www.fa.ulisboa.pt/index.php/pt/sobre/a-fa> >. Acesso em: 15 ago. 2018

FAPESB. **Fabesb - sobre a fundação.**

Disponível em: < <http://www.fapesb.ba.gov.br/sobre-a-fundacao/> >. Acesso em: 27 ago. 2018

FAPEX. **Fapex - institucional.** Disponível em: < <http://www.fapex.org.br/fapex/site/principal/home/institucional> >. Acesso em: 27 ago. 2018

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. **Entidades da Bahia alertam sobre nova louos e pddu.**

Disponível em: < <http://www.fna.org.br/2016/09/23/entidades-da-bahia-alertam-sobre-nova-louos-e-pddu/> >. Acesso em: 23 ago. 2018

FENEA. **O que é um fenea?**

Disponível em: < [http://www.fenea.org/a\\_fenea](http://www.fenea.org/a_fenea) >. Acesso em: 25 ago. 2018

FENEA. **Fenea - emau.**

Disponível em: < <http://www.fenea.org/projetos/emaui> >. Acesso em: 25 ago. 2018

**FNEM. Região metropolitana de Salvador.**

Disponível em: < <http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-salvador-ba/> >. Acesso em: 22 ago. 2018

**FOLHA. Templo do candomblé é tombado na BA.** Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2511199912.htm> >. Acesso em: 24 ago. 2018

**G1. Aos 467 anos, Salvador é bairros oficializados por lei.** Disponível em: < <http://g1.globo.com/bahia/aniversario-de-salvador/noticia/2016/04/aos-467-anos-salvador-ainda-e-uma-cidade-sem-bairro-oficializado-por-lei.html> >. Acesso em: 23 ago. 2018

**GABINETE DE TRANSFERÊNCIA DO CONHECIMENTO. Faculdade de arquitetura de Lisboa.** Disponível em: < [http://beta.fa.utl.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1840&itemid=413&lang=en](http://beta.fa.utl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1840&itemid=413&lang=en) >. Acesso em: 29 ago. 2018

**GOVERNO DO BRASIL. Entenda como funciona a estrutura do estado brasileiro.** Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/entenda-como-funciona-a-estrutura-do-estado-brasileiro> >. Acesso em: 22 ago. 2018

**GUIA DO ESTUDANTE. Entenda o que são bacharelados interdisciplinares.** Disponível em: < <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/entenda-o-que-sao-bacharelados-interdisciplinares/> >. Acesso em: 25 abr. 2018

**IBGE. Dados socioeconômicos da região metropolitana de Salvador.** Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama> >. Acesso em: 22 ago. 2018

**IPEA. Atlas de Salvador - dados socioeconômicos da região metropolitana de Salvador.** Disponível em: < [http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/pdfs/livros/livros/141125\\_atlas\\_salvador](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/pdfs/livros/livros/141125_atlas_salvador) >. Acesso em: 22 ago. 2018

**ISSUU. Senemau Fortaleza.** Disponível em: < [https://issuu.com/camilamatos/docs/senemau\\_caderno\\_apresenta\\_o\\_paa\\_imprimir?utm\\_medium=website&utm\\_source=archdaily.com.br](https://issuu.com/camilamatos/docs/senemau_caderno_apresenta_o_paa_imprimir?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br) >. Acesso em: 27 ago. 2018

LOCALS APPROACH. **Locals approach.** Disponível em:  
<<http://www.localsapproach.org/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

MAPA RACIAL DE SALVADOR. “**Mapa racial de Salvador - Bahia**”. Disponível em:  
< <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/24/mapa-racial-de-salvador-bahia/> >. Acesso em: 24 ago. 2018

OBERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Fórum participa salvador** . Disponível em:  
< <http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/forum-participa-salvador/> >. Acesso em: 24 ago. 2018

PELOURO DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LISBOA - CÂMARA MUNICIPAL. **Programa bip / zip Lisboa 2018**. Disponível em: < <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=273300,159> >. Acesso em: 28 ago. 2018

PEREIRA, GC. Região metropolitana de salvador - Caracterização geral. **Observatório das metrópoles**. Indefinido. Disponível em:  
< [http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/como\\_anda/como\\_anda\\_RM\\_salvador.pdf](http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_salvador.pdf) >. Acesso em: 22 ago. 2018

POLITIZAR. **Três níveis de governo: o que faz o federal, o estadual e o municipal?** Disponível em: < <http://www.politize.com.br/niveis-de-governo-federal-estadual-municipal/> >. Acesso em: 22 ago. 2018

PORDATA. **Atividade econômica**. Disponível em:  
< <https://www.pordata.pt/municipios/popula%3%a7%c3%a3o+empregada+segundo+os+ce nsos+total+e+por+sector+de+atividade+econ%3% b3mica-145-606>>. Acesso em: 14 ago. 2018

PORDATA. **Habitantes**. Disponível em:  
< <https://www.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela> >. Acesso em: 08 ago. 2018

PORDATA. **Pib per capita**. Disponível em:  
<[https://www.pordata.pt/municipios/pib+per+capita+ \(base+ 2011\)-96](https://www.pordata.pt/municipios/pib+per+capita+ (base+ 2011)-96) >. Acesso em: 08 ago. 2018

PORTAL MEC. **Apresentação** – **proext**. Disponível em:  
< [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12241&ativo=488&itemid=487/proext-apresentacao](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&itemid=487/proext-apresentacao) >. Acesso em: 27 ago. 2018

PPGAU. **Programa de pós-graduação - história**. Disponível em:  
< <http://www.ppgau.ufba.br/node/1287> >. Acesso em: 27 ago. 2018

PREFEITURA BAIRRO. **“Quem somos” - prefeituras bairro de Salvador**. Disponível em:  
< <http://www.prefeiturabairro.salvador.ba.gov.br/index.php/quem-somos> >. Acesso em: 24 ago. 2018

PREFEITURA DE SALVADOR. **Programa ouvindo nosso bairro - prefeitura de Salvador**. Disponível em:  
< <http://www.ouvindonosobairro.salvador.ba.gov.br/index.php> >. Acesso em: 24 ago. 2018

PROEXT UFBA. **Proext UFBA**. Disponível em: < <https://proext.ufba.br/proext> >. Acesso em: 27 ago. 2018

R7. **Acm neto sanciona lei que cria mais de 130 novos bairros em Salvador**. Disponível em:  
< <https://noticias.r7.com/bahia/acm-neto-sanciona-lei-que-cria-mais-de-130-novos-bairros-em-salvador-20092017> >. Acesso em: 24 ago. 2018

RESIDENCIA AUE - UFBA. **Residência au + e ufba - apresentação**. Disponível em:  
< <https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/apresentacao> >. Acesso em: 27 ago. 2018

REVISTA CULT. **Os estudantes e a proletária**. Disponível em:  
< <https://revistacult.uol.com.br/home/os-estudantes-ea-condicao-proletaria/> >. Acesso em: 08 ago. 2018

REVISTA FORUM. **2018: O governo temerado em mais de 30% os investimentos em educação**. Disponível em: < <https://www.revistaforum.com.br/2018-governo-temer-reduzira-em-mais-de-30-os-investimentos-em-educacao/> >. Acesso em: 26 ago. 2018

SALVADOR 360. **Planejamento estratégico salvador 360**. Disponível em:  
< <http://360.salvador.ba.gov.br/> >. Acesso em: 24 ago. 2018

SEINFRA **Programa morar melhor - prefeitura de SSA**. Disponível em:  
< <http://seinfra.salvador.ba.gov.br/index.php/acoes-programas/morar-melhor> >. Acesso em: 24 ago. 2018

SUB - SOCIEDADE BRASILEIRA DE URBANISMO. **Nota de sbu sobre pddu e louos de Salvador**. Disponível em: < <https://sburbanismo.wordpress.com/2016/12/02/nota-sobre-pddu-e-louos-de-salvador-2/>>. Acesso em: 23 ago. 2018

SUCOM. **Mapas do pddu salvador - prefeitura de Salvador**. Disponível em: < <http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/mapas-pddu-2016/>>. Acesso em: 24 ago. 2018

SUPER ABRIL. **Onde e quando surgiu a universidade**. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/onde-e-quando-surgiu-a-primeira-universidade-2/>>. Acesso em: 25 ago. 2018

TERREIRO DO GANTOIS. **Terreiro do gantois - história**. Disponível em: < <http://terreirodogantois.com.br/index.php/o-terreiro/>>. Acesso em: 27 ago. 2018

TURISMOS DE PORTUGAL. **Iniciativa Jessica**. Disponível em: < [http://business.turismodeportugal.pt/pt/investir/financiamento/programas\\_incentivos/paginas/iniciativa-jessica.aspx](http://business.turismodeportugal.pt/pt/investir/financiamento/programas_incentivos/paginas/iniciativa-jessica.aspx)>. Acesso em: 28 ago. 2018

TVI 24. **Em 2011, 72% da população residem em áreas urbanas**. Disponível em: < <http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/ine/em-2011-72-da-populacao-residia-em-areas-urbanas>>. Acesso em: 28 ago. 2018

UFBA. **Assinatura de termo de implantação da implantação do campus da ufba em Camaçari**. Disponível em: < [https://www.ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/assinatura-de-termo-de-coopera%c3%a7%c3%a3o-marca-implanta%c3%a7%c3%a3o-do-campus-da-ufba-em-cama%c3%a7ari](https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/assinatura-de-termo-de-coopera%c3%a7%c3%a3o-marca-implanta%c3%a7%c3%a3o-do-campus-da-ufba-em-cama%c3%a7ari)>. Acesso em: 25 ago. 2018

UNE. **Une - união nacional dos estudantes - história**. Disponível em: < <http://www.une.org.br/a-une/>>. Acesso em: 26 ago. 2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA. **História e cronologia da universidade de Lisboa**. Disponível em: < <https://www.ulisboa.pt/info/cronologia>>. Acesso em: 15 ago. 2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Incubadora - universidade de Lisboa**. Disponível em: < <https://www.ulisboa.pt/info/incubadora-da-universidade-de-lisboa>>. Acesso em: 28 ago. 2018

UNIÃO EUROPEIA. **Dados econômicos**. Disponível em: < [https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/portugal\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/portugal_pt)>. Acesso em: 28 ago. 2018

WIKIPEDIA. **Empresa júnior**. Disponível em:  
< [https://pt.wikipedia.org/wiki/empresa\\_j%C3%banior](https://pt.wikipedia.org/wiki/empresa_j%C3%banior) >. Acesso em: 27 ago. 2018

WIKIPEDIA. **Europa 2020**. Disponível em:  
< [https://pt.wikipedia.org/wiki/europa\\_2020](https://pt.wikipedia.org/wiki/europa_2020) >. Acesso em: 28 ago. 2018

WIKIPEDIA. **Faculdade de arquitetura de Lisboa**. Disponível em:  
< [https://pt.wikipedia.org/wiki/faculdade\\_de\\_arquitetura\\_da\\_universidade\\_de\\_lisboa](https://pt.wikipedia.org/wiki/faculdade_de_arquitetura_da_universidade_de_lisboa) >. Acesso em: 15 ago. 2018

WIKIPEDIA. **História de Lisboa**. Disponível em:  
< [https://pt.wikipedia.org/wiki/hist%C3%b3ria\\_de\\_lisboa](https://pt.wikipedia.org/wiki/hist%C3%b3ria_de_lisboa) >. Acesso em: 14 ago. 2018

WIKIPEDIA. **Proext**. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/proext> >. Acesso em: 27 ago. 2018

WIKIPEDIA. **Região metropolitana de Salvador**. Disponível em:  
< [https://pt.wikipedia.org/wiki/região\\_metropolitana\\_de\\_salvador](https://pt.wikipedia.org/wiki/região_metropolitana_de_salvador) >. Acesso em: 22 ago. 2018

WIKIPEDIA. **Salvador**. Disponível em:  
< [https://en.wikipedia.org/wiki/salvador,\\_bahia](https://en.wikipedia.org/wiki/salvador,_bahia) >. Acesso em: 29 ago. 2018

WIKIPEDIA. **Subdivisões de Salvador**. Disponível em:  
< [https://pt.wikipedia.org/wiki/subdivis%C3%b5es\\_de\\_salvador\\_\(bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/subdivis%C3%b5es_de_salvador_(bahia)) >. Acesso em: 24 ago. 2018

WIKIPEDIA. **UFBA - Universidade Federal da Bahia**. Disponível em:  
< [https://pt.wikipedia.org/wiki/universidade\\_federal\\_da\\_bahia](https://pt.wikipedia.org/wiki/universidade_federal_da_bahia) >. Acesso em: 27 ago. 2018

WIKIPEDIA. **Universidade de Lisboa**. Disponível em:  
< [https://pt.wikipedia.org/wiki/universidade\\_de\\_lisboa](https://pt.wikipedia.org/wiki/universidade_de_lisboa) >. Acesso em: 15 ago. 2018

## **7. PARTE VII – ANEXOS**

1. Guião Base das Entrevistas
2. Tabelas relacionando os objetivos específicos as atividades desenvolvidas do BIP/ZIP de 2013, no desenvolvimento dos trabalhos do Projeto 2 de Maio todos os dias.
3. Tabelas relacionando os objetivos específicos as atividades desenvolvidas do BIP/ZIP de 2014, no desenvolvimento dos trabalhos do Projeto 2 de Maio todos os dias.
4. Cronologia do Locals Approach sobre o Projeto 2 de Maio todos os dias - Desenvolvido por Inês Veiga e João Martins

## GUIÃO BASE PARA ENTREVISTAS:

### UNIVERSIDADES:

1. De que forma a Faculdade de Arquitetura colabora para a solução dos problemas urbanos e sociais da sociedade?
2. Como os estudantes são envolvidos nessas questões?
3. Existe algum grupo estudantil que busca atuar na cidade de forma concreta para a melhora e transformação dos espaços?
  - a. Se não, por que não existe?
  - b. Se sim, qual ou quais?
  - c. Se sim, qual a importância desses grupos para a Universidade? E para a cidade?
  - d. Qual o apoio que a Faculdade de Arquitetura dá para esses estudantes?
4. Você conhece o Locals Approach/Curiar e os trabalhos que eles realizam/realizaram? O que acha do trabalho deles?

### SOCIEDADE:

1. Como e porque foi feita uma parceria com o Locals Approach /Curiar?
2. De que forma o Locals Approach /Curiar ajudou a Associação?
  - a. Qual o projeto foi realizado nessa parceria?
  - b. Ele continua até os dias atuais ou foi finalizado?
3. Como foi o envolvimento da comunidade e do Locals Approach /Curiar durante os trabalhos?
4. Se sentiram mais legitimados com a presença do Locals Approach /Curiar na comunidade? Ou seja, o poder público e a sociedade, de modo geral, olharam a freguesia / bairro / associação de outra maneira?
  - a. Se não, o que você acha que faltou para ter o reconhecimento?
  - b. Se sim, qual foi o principal motivo para o reconhecimento surgir?
5. Qual herança ficou depois da parceria?

### MOVIMENTOS CÍVICOS:

1. Como e porque surgiu a ideia de criação do Locals Approach /Curiar ?
2. Como Locals Approach /Curiar escolhe os espaços de atuação? Exemplos dos projetos escolhidos
3. De que forma Locals Approach /Curiar atua nos espaços escolhidos?
4. De que forma Locals Approach /Curiar mantém financeiramente seus projetos?
5. A Universidade dá algum apoio ao Locals Approach /Curiar?
  - a. Se sim, qual tipo de apoio?
  - b. Se não, porque esse vínculo não existe?
6. A associação comunitária dá algum apoio?
  - a. Se sim, qual?
  - b. Se não, porque não existe esse vínculo?
7. A administração Pública dá algum tipo de apoio?
  - a. Se sim, qual?
  - b. Se não, porque não existe esse vínculo?
8. Qual o resultado, para a Universidade e para a sociedade, das transformações que ocorrem nos espaços através das ações de vocês?

#### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

1. Qual o papel da Universidade na transformação de realidades sociais e urbanas?
2. Já houve alguma parceria entre vocês e a universidade?
3. Conhece o trabalho de Locals Approach /Curiar na cidade?
4. Se sim, qual a opinião sobre atuação desses grupos?
5. Na sua opinião, porque os estudantes sentem a necessidade de atuar na cidade?
6. Qual a importância desses estudantes atuarem na cidade?
7. Qual o apoio que a administração pública dá, ou deveria dar para esses estudantes?
8. Você acha que a atuação desses estudantes transforma as realidades sociais e urbanas existentes nesses espaços?

## RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESPECÍFICOS E ATIVIDADES - BIP/ZIP 2013

		Objetivo específico 01	Objetivo específico 02	Objetivo específico 03
		Criação de um espaço comunitário e multifuncional para realização das capacitações chamado de "Casa para Todos", que concentrará vários tipos de atividades como: espaço de informação e formação; espaço-oficina, para criação de produtos; e loja social e banco do tempo, onde existirá um espaço de troca de produtos e serviços, criando uma plataforma de diálogo e partilha	Desenvolvimento de atividades econômicas e culturais formativas e baseadas no empreendedorismo, buscando a capacitação da comunidade a partir de competências empreendedoras, focando em soluções sócio econômicas em parceria com o Polo das Faculdades da Ajuda, realizando uma troca de saberes.	Promover condições de vida no bairro a partir de melhora nos espaços públicos, aliado a higiene e saúde pública. Essas intervenções tem um foco em mudanças na escala de Acupunturas Urbanas[1] e baseado em projetos participativos
At. 1	Criação da "Casa para Todos", que consistia em uma reabilitação das salas cedidas pela Associação de Moradores do Bairro para ser um espaço multifuncional, abrigando diversos tipos de atividades como de capacitação, de workshops, de oficinas, da loja social e banco do tempo, de exposição, com salas de reunião, dinamizando ao máximo o espaço e os serviços			
At. 2	Estudo, avaliação e monitorização. Nesta atividade pretende-se monitorizar todo o desenvolvimento do projeto, do ponto de vista técnico, operacional, de concepção e implementação. O primeiro passo é uma análise detalhada dos espaços públicos e do mobiliário urbano que compõe o território, tentando ter uma visão completa a partir da análise técnica, vindo dos estudantes e da Faculdade, dos parceiros e das pessoas que moram no bairro, inserindo os diversos atores na construção dessa análise. Depois pretendia-se criar uma plataforma onde os trabalhos seriam expostos fisicamente (painéis informativos), e por suporte digital, (plataforma online)			
At. 3	Intervenção no espaço público, com base na Acupuntura Urbana, ou seja com projetos em micro escalas, em uma das principais entradas pedonais do bairro, o Largo do Cantinho, não inserida na requalificação do espaço proposto pela Unidade de Intervenção Territorial[2]. O Largo do Cantinho é um dos pontos estruturantes na passagem para a Loja Social, e por isso precisa ser valorizado, dando suporte e visibilidade à loja social, melhorando as condições de acesso para pessoas com mobilidade reduzida e criando maior interação entre os alunos e moradores, visto que os estudantes poderão contribuir com a construção de mobiliário urbano, por exemplo.			
At. 4	Ações de formação e workshop, através de grupos de informação e formação com os moradores, associações, grupo de vizinhos, jovens, mediadores, entre outros com o intuito de promover uma convivência entre as diferentes gerações e culturas, com atividades ao ar livre, principalmente no verão, e dentro da "Casa para Todos" no inverno, em áreas voltadas para artes e desporto. Também poderá haver capacitação sobre temas como governança, participação, agricultura urbana, empreendedorismo, dentre outros, complementando os conhecimentos e competências pessoais, principalmente de líderes e membros das associações para que no futuro, através desses líderes ou membros, novas atividades ocorram no espaço.			
At. 5	Bairro Limpo. A atividade tem a intenção de melhorar a limpeza do bairro a partir da conscientização e auto responsabilização. Desta forma, baseia-se em ações de sensibilização e informação, envolvendo técnicos da Câmara, a Universidade, através dos professores e estudantes, e os moradores, incentivando ainda a reciclagem e reutilização de lixo, melhorando a autoestima dos moradores em relação ao seu bairro, e a qualidade de vida.			

## RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESPECÍFICOS E ATIVIDADES - BIP/ZIP 2013

		Objetivo específico 01	Objetivo específico 02	Objetivo específico 03
		<p>Criação de um espaço comunitário e multifuncional para realização das capacitações chamado de "Casa para Todos", que concentrará vários tipos de atividades como: espaço de informação e formação; espaço-oficina, para criação de produtos; e loja social e banco do tempo, onde existirá um espaço de troca de produtos e serviços, criando uma plataforma de diálogo e partilha</p>	<p>Desenvolvimento de atividades econômicas e culturais formativas e baseadas no empreendedorismo, buscando a capacitação da comunidade a partir de competências empreendedoras, focando em soluções sócio econômicas em parceria com o Polo das Faculdades da Ajuda, realizando uma troca de saberes.</p>	<p>Promover condições de vida no bairro a partir de melhora nos espaços públicos, aliado a higiene e saúde pública. Essas intervenções tem um foco em mudanças na escala de Acupunturas Urbanas[1] e baseado em projetos participativos</p>
At 6	<p>Acompanhamento e Banco do Tempo. O acompanhamento consiste em formar uma comissão de monitorização das atividades, realizando reuniões para acompanhar, avaliar e calendarizar as ações, despesas e os efeitos das atividades, com os atores locais envolvidos e parceiros. O Banco do Tempo é um projeto que prevê a criação de um banco de dados com o registro das capacidade, saberes e competências dos moradores, que poderão ser trocadas pela lógica da reciprocidade, auxiliando no planejamento e organização das atividades e fomentando e reforçando laços de solidariedade.</p>			
At .7	<p>Criação do "Cartão do Morador" com o intuito de estimular a participação dos moradores nas atividades e processos do projeto, reforçando o sentido de identidade local, onde a sua utilização pode ser utilizada apoiando o "Banco do Tempo" na troca de serviços, e incentivando, ainda, o ciclo sustentável da vida comunitária.</p>			
At. 8	<p>Colônia de Férias Sênior. Busca proporcionar a população idosa do bairro oportunidades de lazer, através de atividades culturais, de desporto, jogos, passeios, terapias alternativas, dentre outros, melhorando a qualidade de vida dos idosos e combatendo a solidão e isolamento.</p>			
At. 9	<p>Criação de um espaço hortícola. Solicitação de um espaço de um talhão hortícola de acordo com o projeto de requalificação do espaço público, para desenvolver as atividades ligadas a agricultura urbana da "Casa para Todos", vinculando esse espaço a workshops e formações relacionadas a permacultura, agricultura vertical, dentre outros. Isso auxilia também no empreendedorismo social e interajuda comunitária, canalizando alguns produtos para o Centro de Dia da Associação de Moradores, e o excesso vendido na "Casa para Todos".</p>			
At. 10	<p>Realização de Eventos Comunitários. Desenvolvimento, implementação, gestão e avaliação de animações e festividades sócio culturais nas ruas ou espaços públicos junto com os moradores e parceiros com o intuito de reforçar a identidade e coesão social. Nas festividades poderia acontecer também a exposição dos produtos produzidos nas atividades do "Casa para Todos", gerando receitas para o próprio espaço. Além disso, as festividades têm a intenção de trazer pessoas de fora do bairro, valorizando o bairro e trazendo novos olhares para o espaço.</p>			

## RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESPECÍFICOS E ATIVIDADES - BIP/ZIP 2014

		Objetivo específico 01	Objetivo específico 02	Objetivo específico 03
		Construir uma base de dados sobre as condições de habitabilidade, junto com os moradores, utilizando metodologias aplicadas em grupos de investigação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa	Promoção de conferências, workshops, capacitações e formações na "Casa para Todos" e construção de "Tenda Móvel" para facilitar o acesso da população ao trabalho realizado e a outras informações pertinentes	Fortalecer o conhecimento dos residentes sobre o projeto e a visão mais ampla e assertiva das problemáticas do bairro, através da criação de agentes territoriais que percorrerão o bairro sistematizando problemáticas e aproximando a população dos projetos, e também com a criação de instalações arquitetônicas
At. 1	"Arquitetura da Cidadania" – Construção de uma estrutura arquitetônica temporal de 50m <sup>2</sup> (tenda móvel) que percorrerá o bairro criando novas dinâmicas, e a extensão das praticas desenvolvidas na "Casa para Todos". Também tem o intuito de criar discussões sobre temáticas relacionadas a comunidade			
At. 2	Estudos, Propostas e Monitorização – Consiste na criação de uma plataforma online, com atualização constante das atividades, eventos e projetos que acontecem no bairro, como forma de gerar coesão social e dinamização de variadas temáticas sobre o território, continuando alguns trabalhos iniciados no primeiro edital e promovendo encontros quinzenais para avaliar os trabalhos			
At. 3	Fóruns, Formações e Workshops - Continuar os trabalhos de formação, transmissão, exposição, oficinas, debates e encontros buscando o "empowerment" dos moradores do bairro através da cidadania e envolvimento comunitário local. As atividades aconteceriam na "Casa para Todos" e na "Arquitetura de Cidadania			
At.4	Acupuntura Urbana – Continuação e melhora das intervenções na zona de hortas e no Largo 13, e renovação da imagem das placas de identificação dos lotes, buscando uma metodologia participativa de desenvolvimento das propostas e parceria com a Faculdade de Arquitetura, fazendo uma ponte entre o conhecimento acadêmico e local.			
At. 5	Eventos comunitário – Continuação do desenvolvimento de festividades e eventos que reforcem a identidade local e o sentido de comunidade, ajudando na coesão sócio-territorial			